

Fachin, família e propriedade

Para o indicado por Dilma ao STF, o papel de um juiz é fazer justiça com as próprias mãos, ao arrepio da lei

01 MAI 2015

O ADOGADO Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff para a vaga aberta no Supremo, não pode ter seu nome aprovado pelo Senado Federal, a menos que essa Casa resolva pôr em dúvida a sua própria legitimidade e queira flertar com o bagunçismo jurídico. Aquele que Dilma, o PT, a CUT, o MST e o tucano Álvaro Dias (PR) pretendem que seja um dos 11 da corte constitucional já deu mostras de que despreza o Congresso, de que repudia fundamentos da Constituição e de que ignora valores caros à sociedade brasileira.

Em artigo publicado em 1986 (<http://goo.gl/4qu1xR>), ao qual permanece fiel, como pode atestar João Pedro Stedile, um de seus padrinhos, Fachin ironiza a representatividade do Parlamento; sustenta que o direito de propriedade é um dos males do Brasil e prega a sua extinção; defende o confisco de terras sem indenização; advoga a desapropriação de áreas produtivas; cobra uma Justiça de exceção para tratar das questões agrárias, acusa o Judiciário de só proteger os ricos e deixa claro que, mantido o regime —suponho que queira regredir do capitalismo para o socialismo—, todas as mudanças serão “perfunctórias”. Sem a virada de mesa, todo avanço será contraproducente; nas suas palavras, dar-se-iam “um passo à frente e dois atrás”. Ele quer revolução, não reforma.

O plano de doutor Fachin, como a gente nota, é mais, digamos, socialista do que a NEP leninista. Mas existe terreno para que um ministro

do Supremo atue além do que permite a lei? Fachin responde o que pensa em seu artigo: “Não basta ser tratado igualmente diante de uma lei que não considerou as desigualdades sociais e que não abrigou princípios protetores das classes menos privilegiadas”. Entenderam? Para ele, o papel de um juiz é fazer justiça com as próprias mãos, ao arrepio do que está escrito. Afinal, as leis embutiriam o mascaramento da luta de classes.

“Qual é, Reinaldo? Você pensa a mesma coisa de 29 anos atrás?” Não. Mas Fachin permanece fiel à causa. E foi ampliando seus domínios intelectuais. A mera extinção da propriedade privada lhe parecia café pequeno. Então ele decidiu investir no fim da família. O homem é uma espécie de Pablo Capilé das relações parentais, um pensador verdadeiramente “fora do eixo”.

No prefácio de um livro que faz a apologia da superação da monogamia como princípio estruturante da família (<http://goo.gl/JB1t7B>), o doutor, que desfilou no Senado de mãozinha dada com a sua mulher e se disse um avô extremoso, afirma ser a relação monogâmica um “jugo”.

Num conjunto de propostas que contam com a sua chancela, há heterodoxias como direitos de amante; reconhecimento de famílias simultâneas; atribuição de direitos e deveres idênticos a pais e padras-tos, mães e madrastras (multiparentalidade); presunção de paternidade com base na simples relação eventual de um homem e de uma mulher —enquanto ele não provasse legalmente não ser o pai, estaria obrigado a pagar pensão; redução

dos direitos de paternidade e maternidade com base em vínculos afetivos estabelecidos pelas crianças com outros adultos e vai por aí.

Fachin encontra resistências. Enquanto escrevo, fico sabendo que o PMDB está sendo assediado por 30 moedas para aprovar seu nome. Fiquem espertos, senhores! A sociedade brasileira acordou. E vai dizer o que pensa nas ruas e nas urnas.

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Apoio a causa progressista vira obstáculo para Fachin

Advogado indicado por Dilma ao STF será sabatinado no Senado neste mês

Vínculo com questão agrária e opiniões sobre direito da família criam resistência a nomeação para vaga no Supremo

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Em mais de três décadas de exercício da advocacia, Luiz Edson Fachin construiu uma reputação sólida como defensor de movimentos sociais e de causas progressistas como a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores.

Desde que ele foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para uma cadeira de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), porém, essas posições deram munição aos que se opõem à nomeação.

Representantes do agronegócio veem Fachin como um amigo dos sem-terra e ameaçam barrar sua indicação no Senado. Evangélicos estão incomodados com suas opiniões sobre questões de família. Juízes se preocupam com suas convicções ideológicas.

Seus defensores dizem que não há razão para temor. "Ele é um jurista antenado com a realidade social e sempre agiu nos limites da legislação", diz a ex-corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon.

Indicado por Dilma no dia 14, Fachin passou as últimas semanas visitando senadores para pedir apoio. Ele deve ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em meados deste mês. Depois, sua nomeação será submetida ao plenário.

A ligação com a questão agrária deverá ser um dos temas principais da sabatina. Ele foi um dos formuladores de um plano de reforma que o então presidente José Sarney lançou em 1985.

Frustrado depois que o governo decidiu esvaziar o plano, Fachin escreveu um artigo para lamentar que o projeto, que parecia ser "prioritário" para o país, tornara-se "um problema incômodo".

Em 2008, Fachin assinou um manifesto de apoio ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), na época alvo de uma ofensiva do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O documento defendia como "atos legítimos" as invasões de terra, descritas como "ocupações reivindicatórias".

À **Folha** a assessoria de Fachin afirmou que o advogado nunca trabalhou para o MST, não atuou como consultor de organizações sociais e nunca teve amizade com os líderes dos sem-terra.

"Ele é preocupado com a questão social, mas é um jurista sem vínculo de qualquer espécie e muito menos comprometido com políticos", afirmou o desembargador federal aposentado Vladimir Passos de Freitas, colega de Fachin na Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

FAMÍLIA

Gaúcho de Rondonia, a 341 km de Porto Alegre, filho único de um pequeno agricultor e de uma professora, Fachin mudou-se com a família para o Paraná com dois anos de idade e fez sua carreira como advogado na capital, Curitiba.

Ele é sócio de um escritório especializado em direito empresarial e dá aulas de direito civil na Universidade Federal do Paraná. Sua mulher, Rosana Amara Girardi Fachin, é desembargadora no Tribunal de Justiça do Paraná.

Há poucos dias, a Associação de Direito de Família e das Sucessões entregou aos senadores um dossiê com críticas às posições de Fachin.

O advogado defende estender o direito à pensão alimentícia às amantes e que direitos atribuídos a padrastos e madrastas sejam idênticos aos de pais e mães, entre outras inovações. Para a associação, medidas como essas instituiriam uma espécie de poligamia consentida.

À **Folha** Fachin rejeitou essa interpretação. "Não comungo de qualquer pretensão de ruptura do modelo monogâmico, em termos de estruturação social. Admito apenas a proteção jurídica, individual, daqueles que não vivem sob esse modelo basilar."

Colaborou Lucas Ferraz, de São Paulo

CONTINUA

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O QUE FACHIN
PENSA SOBRE...

... A CONSTITUIÇÃO

“ Em estações de baixos padrões de decência política, respeitar as regras constitucionais é pagar o justo preço da honestidade, da lealdade e dos valores que estão no fundo das boas almas

Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, mar.2014

... AS MUDANÇAS

“ Uma Constituição se faz no desenrolar de um processo constituinte material de índole permanente. Ações afirmativas, acesso a bens de um mínimo existencial digno, resgate de dívidas históricas, são exemplos disso

“Entre duas modernidades: a Constituição da persona e o mercado”, 2011

... A MÍDIA

“ Não pode o administrador público confundir ou dificultar o exercício de direitos por parte dos cidadãos; não pode, por conseguinte, a mídia migrar da reprovável improvisação à censurável má-fé

“Mídia e Poder Judiciário: entre transparência e coerência — Ideias para um ensaio preliminar”, mai.2014

... E O CASAMENTO

“ A finitude dos arranjos familiares fez nascer, para muito além de mera liberdade de contratar, um significado renovado da responsabilidade e mesmo da liberdade. O contrato, pois, para dar conta dessas ressignificações do casamento, não mais serve

Entrevista em 2013

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

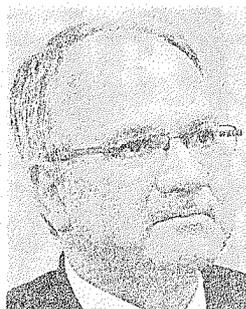
03 MAI 2015

QUEM É QUEM NO STF

Nomeação de Luiz Fachin traria nova especialidade ao STF

● Origem Nascimento Indicação Aposentadoria
● Especialidade

● INDICADO



	1940	1960	1980	2000	hoje 2020	2040	Idade quando assumiu	Idade hoje	Estado onde iniciou carreira
Luiz Fachin									
● Advocacia									
● Direito Civil									
		2015				2028		57	PR

OS MINISTROS QUE COMPÕEMO TRIBUNAL

	Luís Roberto Barroso ● Advocacia ● Direito Público					2013	2028	55	57	RJ
	Teori Zavascki ● Magistratura ● Processo Civil e Tributário					2012	2018	64	66	RS
	Rosa Weber ● Justiça do Trabalho ● Processo do Trabalho					2011	2018	63	66	RS
	Luiz Fux ● Magistratura ● Processo Civil					2011	2033	47	51	RJ
	Dias Toffoli ● Advocacia ● Direito Eleitoral					2009	2037	41	47	SP
	Cármen Lúcia ● Advocacia ● Dir. Const. e Empresarial					2006	2024	52	61	MG
	Ricardo Lewandowski ● Advocacia ● Direito Público					2006	2018	57	67	SP
	Gilmar Mendes ● Ministério Público ● Direito Público					2002	2025	46	59	DF
	Marco Aurélio ● Min. Público do Trabalho ● Direito Constitucional					1990	2016	43	68	RJ
	Celso de Mello ● Ministério Público ● Direito Constitucional					1989	2015	43	69	SP

04 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINE L

Para a torcida

Senadores da base aliada consideram que, ao indicar Luiz Fachin para o STF (Supremo Tribunal Federal), a presidente Dilma Rousseff fez um movimento para se reaproximar dos movimentos sociais. Caso seu nome seja rejeitado pelo Senado, o governo deverá adotar o discurso de que a “direita conservadora” impediu a nomeação à corte do advogado paranaense, cuja trajetória é ligada à defesa da reforma agrária e dos direitos humanos, avalia o grupo.

Val que é tua Para os congressistas, a prova de que Dilma acha que já fez a sua parte ao escolher Fachin é ela ter “terceirizado” para o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, a missão de convencer os senadores a aprovar o indicado, enquanto o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) saiu de cena.

Plonície Ministros de tribunais superiores se disseram atônitos com grampos da Lava Jato que detectaram conversas de Benedito Gonçalves, do STJ, e menções a Dias Toffoli, do STF. Com ironia, afirmam que a Polícia Federal ignorou o foro privilegiado de direito ao Judiciário.

Fórum debate no DF censura e liberdade de expressão

SÃO PAULO. O 7º Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia debate nesta segunda-feira (4), em Brasília, as relações dos meios de comunicação com o poder, entre outros temas. A ministra do STF Cármen Lúcia, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, e Carlos Müller, diretor de comunicação da ANJ (Associação Nacional de Jornais), têm presença confirmada. O chargista Carlos Latuff, o cartunista Jaguar e o ilustrador Oscar debaterão os limites da liberdade de expressão a partir do atentado ao satírico “Charlie Hebdo”. O fórum ocorrerá das 10h às 18h no Museu da Imprensa Nacional.

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

O STF que queremos e a indicação de Fachin

ARTIGO

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE

NORONHA, advogado e presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná

Nos últimos dias, a comunidade jurídica tem comemorado a indicação do nome do professor Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal. Muito menos pelo já transcorrido tempo da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, e a necessidade de dar vazão aos inúmeros processos que aguardam decisão, e muito mais pelas qualidades e predicados do indicado.

Todos que de alguma forma já tiveram a oportunidade de aprender, trabalhar ou foram assistidos em demandas pelo reconhecido advogado indicado, conhecem e reverenciam as suas qualidades – mais ainda porque nele os requisitos da reputação ilibada e do notório saber jurídico são muito claros, requisitos indispensáveis para ocupar uma cadeira na nossa corte constitucional.

Neste momento em que chega a discussão para todos os cidadãos o debate sobre as características que deve conter um ministro do STF, vem a pergunta: Que STF queremos?

Se queremos um STF capaz de estudar profundamente os casos, capaz de emitir decisões que sejam exemplos para os demais juízes no norteamento constitucional das suas decisões, um STF independente e probo, se queremos

um STF com ampla capacidade de trabalho para tentar dar vazão aos milhares de casos que aguardam ansiosamente por decisões, e que refletirá na vida de muitos de nós (ou de todos nós), o nome de Luiz Edson Fachin não poderia ter sido mais adequado.

Neste momento de divergências políticas e grandes manifestações populares, o nome do indicado foi aceito e festejado por advogados, juízes – federais e estaduais – e membros do Ministério Público, pessoas que efetivamente conhecem o seu trabalho e as suas posições. Portanto, as manifestações de apoio ao nome de Fachin chancelam a sua independência, a correção do seu caráter – que sempre foi norte na sua vida acadêmica e profissional – e a certeza de decisões juridicamente sólidas e corretas.

As diversas entidades que emitiram seu apoio ao nome do indicado representam as diferentes correntes do pensamento jurídico – com a menção de que vários juristas que fazem oposição ao próprio governo também manifestaram seu apoio – o que transmite – com o nome de Fachin no STF – a tranquilidade aos operadores do direito quando da análise das demandas e da formação da jurisprudência que influenciará toda a sociedade brasileira.

O prof. Fachin é daquelas pessoas de fácil e bom trato, de educação exemplar, tem como raiz de vida o estímulo e respeito aos educadores. Alguém que jamais deixou de

estimular o estudo do direito e sempre se preocupou com a sua correta aplicação. O indicado é uma pessoa ímpar, sendo ele um dos maiores pensadores do Direito Civil Constitucional, ensinando em sua obra que “a segurança jurídica para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, nos contratos, nas propriedades e nas relações de família, tem importância devida para a solução dos casos, com responsabilidade, limite e previsibilidade. O pleno conhecimento e a correta aplicação das regras legais, especialmente do Código Civil, apresentou-se como ferramenta indeclinável da tarefa de interpretação e (por isso mesmo) de aplicação do Direito” (FACHIN, L.E. Direito Civil: sentido, transformações e fim, 2014, p. 179).

Muito poderia se falar do prof. Fachin e de todas as suas obras, artigos e as contribuições para o “mundo jurídico”, mas o que se destaca na característica do indicado é o amplo respeito às instituições às pessoas e a personificação de alguém que se preocupa com uma visão humanística do direito como forma de pacificação social e que – com a aprovação do Senado Federal – chegará ao STF para contribuir na busca de um Poder Judiciário eficaz e eficiente.

CONTINUA

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Quando se fala no "STF que queremos", na busca de um perfil ideal para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, exige-se alguém com equilíbrio, com serenidade, com dedicação e, principalmente, com a humildade de saber da relevância que é exercer um cargo de tamanha importância para todos os demais cidadãos comuns, razão pela qual todos que conhecem o indicado, Luiz Edson Fachin, são entusiastas e apoiadores ao seu nome.

Nas palavras do próprio Fachin, em evento da OAB-PR em 2014, está bem delineado o seu pensamento: "Não sou integrante da política. Sou somente um professor que há três décadas se pauta pela vocação do diálogo comprometido com o seu tempo; apenas um advogado movido pela paixão pelo direito naquilo que se fundamenta na liberdade e na responsabilidade; tão só um membro da comunidade acadêmica que, sob o sereno da vida forense, julga essencial o esmero da técnica jurídica esculpida. Que trabalha na construção de um país e que não compactua com o arbítrio, com a falta de liberdade, com a censura, com a deslealdade ou com a corrupção."

A presença de Fachin no STF renova a esperança de bons tempos para o Poder Judiciário.

Vários juristas que fazem oposição ao próprio governo também manifestaram seu apoio ao nome de Fachin no STF

Para o cargo de ministro do STF, exige-se alguém com equilíbrio, com serenidade, e, principalmente, com a humildade de saber da relevância que é exercer um cargo de tamanha importância

03 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Fachin vai enfrentar cerco em sabatina para ocupar vaga no STF

Professor da UFPR, escolhido por Dilma para ser ministro do Supremo, será ouvido nesta terça-feira (5)

BRASÍLIA

André Gonçalves

▮ A sabatina do professor da UFPR Luiz Edson Fachin, terça-feira (5) no Senado, será marcada pelo cerco de senadores da oposição e da ala “rebelde” do PMDB à indicação dele para o Supremo Tribunal Federal (STF). Embora seja improvável que o grupo consiga reprová-lo, a sessão de questionamentos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve ser estendida ao máximo. Do outro lado, os três senadores paranaenses vão atuar na linha de frente de sua defesa.

A prévia do ambiente de confronto ocorreu na última quarta-feira, quando o relator da indicação, Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável à nomeação de Fachin. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) levantou a questão de que o professor teria exercido ilegalmente a advocacia depois de ter passado em concurso para procurador do estado do Paraná. Em seguida, Ronaldo Caiado (DEM-GO) propôs um requerimento para a realização de uma audiência pública anterior à sabatina.

Alvaro contornou a colocação de Ferraço com a informação de que a lei estadual garantia a Fachin que exercesse a advocacia e o cargo de procurador. Segundo o tucano, Fachin foi aprovado para o cargo público antes da entrada em vigência da Constituição Estadual de 1989. “Há inclusive o respaldo de uma nota da Ordem dos Advogados do Brasil sobre isso”, disse o senador paranaense.

O pedido de realização da audiência também foi rejeitado, mas contou com o apoio de Aécio Neves (PSDB-MG). Fachin sofre críticas da oposição pela suposta ligação com o PT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de ter declarado e pedido votos para Dilma Rousseff na eleição de 2014. A escolha de Alvaro como relator da indicação era uma estratégia para desarmar esse ambiente.

“Sinceramente, prefiro esse clima de questionamento do que o aval sem debate. Nós [oposição] não reclamamos sempre que as sabinas se transformaram em algo improdutivo?”, disse Alvaro. Segundo ele, o melhor andamento para a discussão é esgotar as polêmicas políticas logo no início e depois enfrentar a parte técnica.

Alvaro frisou que não acredita em uma retaliação ao governo. “Alguns governistas podem até usar de retaliação na votação para cargos menos importantes, mas não tem cabimento essa estraté-

gia para se discutir ministro do STF.” Em 2012, liderado pelo paranaense Roberto Requião (PMDB), o Senado recusou em plenário a indicação de Bernardo Figueiredo para a direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Atualmente, tanto Requião quanto Gleisi Hoffmann (PT) apoiam abertamente Fachin.

No Brasil República, a única vez em que o Senado rejeitou uma indicação de ministro do STF feita pelo presidente ocorreu há mais de 100 anos, quando Floriano Peixoto não conseguiu a aprovação do médico Barata Ribeiro.

CONTINUA

03 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Atuação em causas sociais e progressistas é marca de Fachin

Da Redação

O notório saber jurídico, um dos requisitos exigidos para compor o Supremo Tribunal Federal (STF), é item garantido no currículo de Luiz Edson Fachin na opinião de juristas de diferentes vertentes. O advogado civilista e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é doutor pela PUC de São Paulo, pós-doutor em um programa de pesquisa do Ministério das Relações Exteriores do Canadá e pesquisador visitante do Instituto Max-Planck, da Alemanha.

Fachin é reconhecido por sua atuação na "constitucionalização do direito civil", ou seja: defende a aplicação da Constituição no contexto prático do direito civil, como em assuntos relacionados à propriedade, ao direito de família e a contratos. Ele desenvolveu a teoria do estatuto jurídico do patrimônio mínimo, que defende que todo cidadão deve ter resguardado o mínimo de seus recursos para que mantenha sua dignidade. A partir dessa visão, o "ser" se torna mais importante do que o "ter".

Essa linha norteia a visão de Fachin sobre a refor-

ma agrária, assunto em que ele é também é reconhecido por sua atuação.

A atuação de Fachin no direito civil é considerada de vanguarda. Ele é o diretor da região sul do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), entidade de viés progressista, que apoiou causas no STF como união estável homoafetiva e a Lei Maria da Penha.

A obra do jurista já é referência para o próprio STF. A Secretaria de Documentação do órgão fez um levantamento sobre bibliografia, legislação e jurisprudência relacionadas à união homoafetiva e as seguintes obras de Fachin são listadas no documento: "Aspectos jurídicos da União de pessoas do mesmo sexo" e "Direito de Família — Elementos críticos à luz do Novo Código Civil brasileiro".

Fachin também tem um posicionamento mais progressista em outro assunto considerado tabu, a eutanásia. Em uma entrevista durante um programa veiculado na internet, conduzido pelo juiz Rodolfo Pamplona, Fachin argumenta: "É preciso entender que o modo de viver com dignidade encontra simetria em um direito igualmente fundamental que é o de morrer com dignidade". Na opinião dele, facilitar o procedimento de "passagem" seria uma maneira de garantir a resguardar o direito do indivíduo até o fim da vida.

MAPEAMENTO

Como se posicionam os senadores sobre a indicação de Luiz Edson Fachin ao Senado

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

Durante a sessão da CCJ que aprovou o relatório do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) favorável à indicação, três senadores deixaram claro que devem dificultar a sabatina — Ronaldo Caiado (DEM-GO), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Aécio Neves (PSDB-MG). O trio não teve forças para protelar a sessão de terça-feira. A votação em plenário deve ocorrer na quarta.

VOTAÇÃO NA CCJ

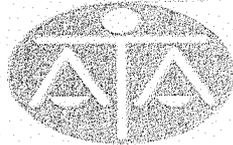
A última sabatina de ministro do STF (Luis Roberto Barroso) durou sete horas. A CCJ tem 27 titulares (com direito a voto) e 27 suplentes que podem fazer questionamentos. Três blocos estariam fechados a favor de Fachin (PT/PDT/PP, PCdoB/PSB/PSol e PTB/PSC/PR/PRB), que juntos somam os 14 votos necessários para aprovar Fachin. No mínimo metade dos oito peemedebistas deve acompanhá-los. A oposição (PSDB/DEM) tem só 5 titulares.

VOTAÇÃO NO PLENÁRIO

Assim como na CCJ, Fachin precisa ser aprovado por maioria simples, em votação secreta. O PMDB é ainda mais decisivo para a votação, já que tem 18 dos 81 senadores. O maior foco de preocupação é aia do partido rebelde em relação ao governo. OPT e demais partidos alinhados ao governo somam 38 votos. PSDB DEM e PPS têm 17 votos.

03 MAI 2015

GAZETA DO POVO



NOTA PÚBLICA DE APOIO AO PROFESSOR LUIZ EDSON FACHIN

A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ – AMAPAR;
A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO –
AMATRA IX;
A ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS DO PARANÁ -
AATPR;
A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS JUÍZES FEDERAIS – APAJUFE;
A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – APMP;
A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ;
O INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO PARANÁ - IAP; e
A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PRT-9;

CONTINUA

03 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Vêm a público manifestar apoio e júbilo pela indicação do Professor Luiz Edson Fachin ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Professor Luiz Edson Fachin, cuja integridade e conhecimento jurídico são indiscutíveis, preenche todos os predicados para integrar a mais alta Corte de Justiça do País. Os seus atributos de honradez, honestidade, fidalguia e serenidade são reconhecidos por todos aqueles que desfrutaram de seu contato profissional.

Advogados, Magistrados de todas as esferas jurídicas do Estado do Paraná, Membros do Ministério Público do Paraná e Procuradores do Trabalho da 9ª Região, com os quais o Professor Luiz Edson Fachin tem atuado, estão convencidos de que na condição de Ministro do Supremo Tribunal Federal atuará de forma imparcial e independente e contribuirá, em muito, para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário Brasileiro.

Curitiba, 03 de maio de 2015.

FREDERICO MENDES JUNIOR

Presidente da Amapar

JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da Amatra IX

MARCELO FOGGIATO LICHESKI

Presidente da AATPR

ANDERSON FURLAN

Presidente da Apajufe

FRANCISCO ZANICOTTI

Presidente da APMP

JULIANO JOSÉ GREDA

Presidente da OAB Paraná

JOSE LÚCIO GLOMB

Presidente do IAP

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Procurador-chefe da PRT-9

O ESTADO DE S. PAULO

Indicação infeliz



As duas precondições essenciais estabelecidas pela Constituição Federal para a escolha de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) são o notável saber jurídico e a reputação ilibada. É o mínimo que se pode esperar de um juiz sobre cujos ombros pesa, em última instância, a responsabilidade de ser o “guardião da Constituição”. A indicação do nome a ser aprovado, por maioria absoluta, pelo Senado Federal, é atribuição do presidente da República. O País vive neste momento o processo de escolha do nome que vai substituir no STF o ministro Joaquim Barbosa, aposentado há nove meses. E o indicado pela presidente Dilma Rousseff é o advogado Luiz Edson Fachin, gaúcho que fez carreira no Paraná e é descrito como “homem de esquerda”, muito chegado ao movimento sindical, como a CUT, e a organizações sociais, como o MST.

Embora seja natural que a visão de mundo de um magistrado, necessariamente conformada por suas inclinações ideológicas, influa de alguma forma em seu julgamento – e isso faz parte da condição humana, constituindo, portanto, um elemento subjetivo inevitável –, o que é lícito esperar de um candidato a integrar o colégio da Suprema Corte é, por óbvio, que sua carreira profissional seja um testemunho claro de compromisso com o respeito à lei. Luiz Edson Fachin está envolvido, porém, num episódio, no mínimo, controvertido do ponto de vista legal, o que lança sobre sua reputação uma nódoa difícil, se não impossível de ignorar: na década de 90, quando era procurador do Paraná, violou a Constituição estadual ao atuar simultaneamente à frente de seu escritório de advocacia.

A Constituição paranaense, promulgada em 1989, foi revisada em 1999, mas até então seu artigo 125, parágrafo 3.º, inciso I, dispunha claramente: “É vedado aos procuradores do Estado exercer advocacia fora das

funções institucionais”. Procurador desde 1990, Fachin advogou. Infringiu a lei, portanto.

Como sempre acontece, há divergências quanto à legalidade ou não do comportamento do indicado por Dilma para preencher vaga na Suprema Corte. De acordo com matéria publicada quarta-feira no **Estado**, um diretor da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, (Apep), Eroulths Cortiano Junior, manifesta a opinião gratuita, porque sem nenhum respaldo legal, de que só haveria impedimento do exercício da dupla atividade “se um procurador advogar em causa contra a administração pública”. Na mesma matéria, um professor de Direito Constitucional da FGV, Rubens Glezer, manifesta a opinião de que, como ocorreu no Paraná com a reforma da Constituição estadual, “uma mudança na legislação pode restringir ou modificar a concessão de auxílios e ou certas formas de exercer uma dada função no serviço público” (a de procurador, por exemplo), o que significa o seguinte: “Realizar o exame sobre a boa-fé do candidato nessa situação é o que me parece central para fazer a avaliação moral sobre a qualificação de Fachin para exercer a função de ministro da instância superior do Judiciário brasileiro”. Quer dizer: infringir a lei de boa-fé, pode. Mas a boa-fé é tão boa assim, que comporta infringir a lei durante 10 anos?

A indicação do advogado Luiz Edson Fachin para o STF revela, de novo, a insensibilidade e a inabilidade políticas de Dilma Rousseff. Uma das razões alegadas pelo Palácio do Planalto para a demora sem precedentes na indicação do substituto de Joaquim Barbosa era uma conjuntura política complicada pela fragilização da figura da presidente da República que tornava necessário, mais do que nunca, que fosse escolhido um nome acima de qualquer suspeita. Pois Dilma foi buscar exatamente um apoiador declarado de sua candi-

datura presidencial, com um histórico de intimidade com a CUT e o MST do carbonário Stédile e, pior ainda, sujeito de um caso que pode tisonar reputações.

A primeira consequência concreta de mais essa trapalhada presidencial foi o adiamento por uma semana da sabatina a que Fachin precisa se submeter perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que vai avaliar seu notório saber jurídico e sua reputação ilibada. A nova data é 13 de maio, se até lá não ocorrer nenhuma novidade.

O ESTADO DE S. PAULO

Senadores

questionam

indicado

para o STF

30 ABR 2015

Peemedebista diz que Luiz Edson Fachin exerceu advocacia de forma irregular

Isadora Peron | BRASÍLIA

O advogado Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff para vaga no Supremo Tribunal Federal, foi questionado ontem por senadores na primeira parte da análise da escolha de seu nome pela Casa. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que Fachin continuou advogando enquanto ocupou cargo de procurador no Paraná, entre 1990 e 2006, o que é vetado pela Constituição daquele Estado.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que era governador do Paraná quando Fachin foi nomeado para o cargo, se atrapalhou na hora de defender o jurista e teve de ser acudido por assessores. No fim, disse que a atuação de Fachin estava amparada por uma lei de 1985, anterior à promulgação da Constituição estadual em 1989.

O questionamento deu uma mostra da dificuldade que o jurista vai enfrentar para ser aprovado pela Casa. Apesar de o senador tucano ter apresentado um parecer favorável a Fachin na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parlamentares atuaram ontem para pôr em dúvida a idoneidade do nome indicado pela presidente.

Diante da dúvida levantada, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou um requerimento para que fosse feita uma audiência pública com autoridades do meio jurídico do Paraná para esclarecer as questões sobre o currículo de Luiz Edson Fachin.

Adiamento. Apesar de o pedido ter sido rejeitado pela maioria dos membros da CCJ, a oposição conseguiu adiar a realização da sabatina por uma semana, amparada numa questão regimental. Inicialmente marcada para a próxima quarta-feira, o escrutínio de Fachin deve ocorrer em 13 de maio. Depois, seu nome ainda tem de ser aprovado pelo plenário da Casa, em votação secreta.

Normalmente, a leitura do parecer elaborado pelo relator num processo de indicação de autoridades a cargos públicos é um trâmite meramente burocrático. O tom acalorado que marcou a sessão da CCJ de ontem, e que promete se repetir na sabatina, é mais um sinal da resistência demonstrada em relação ao nome de Fachin.

O principal temor do governo é de que o desgaste da relação de Dilma com o Congresso coloque em risco a aprovação do nome do jurista para a vaga

aberta desde a aposentadoria de Joaquim Barbosa, no fim de julho do ano passado.

Apesar dos esforços do senador Álvaro Dias para convencer os colegas tucanos da competência de Fachin, a estratégia do PSDB é trabalhar para que o nome do jurista seja recusado no plenário, para desgastar mais o governo. Na versão oficial, integrantes da oposição questionam se o futuro ministro teria imparcialidade para julgar casos envolvendo membros do PT, já que ele aparece em um vídeo pedindo voto para Dilma na campanha de 2010. Fachin tem histórico de boa relação com movimentos sociais.

Na base aliada, a indicação de Fachin também encontra resistência. Em pé de guerra com o Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), não tem escondido a sua insatisfação com o nome escolhido por Dilma.

Monitoramento. Ciente da dificuldade que será para que Fachin seja aprovado, o Planalto escalou interlocutores para monitorar o clima no Senado. Recém-empossado como líder do governo na Casa, Delcídio Amaral (PT-MS) foi avisado de que ajudar o governo a aprovar o nome de Fachin seria sua primeira missão à frente do posto. Dilma também teria pedido para que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, procurasse senadores para conversar sobre o assunto.

Para os petistas, apesar da tensão, há número suficiente de senadores que apoiam Fachin. Isso só não aconteceria, alerta um senador do PT, se o PMDB arquitetasse uma "traição" contra o governo. Nomes importantes da sigla, como o líder no Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), têm demonstrado simpatia a Fachin.

Procurado, o jurista não quis comentar o assunto. Ontem ele continuou o seu périplo pelo Senado – a ideia de Fachin é conversar com todos os 81 senadores até o dia da sabatina. Até agora, foram 47.

CONTINUA

30 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Outras Indicações

O período entre a apresentação do parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado sobre a indicação de nomeado a vagas no Supremo Tribunal Federal e a sabatina do candidato tem sido curto, no máximo de nove dias, desde a posse do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. O ministro Luiz Fux, por exemplo, recebeu parecer favorável e foi sabatinado no mesmo dia 9 de fevereiro de 2011. O senadores também não criaram problemas para a escolha da ministra Rosa Weber na CCJ, que foi sabatinada seis dias após ter seu nome aprovado pelo relator Romero Jucá (PMDB-RR) da comissão. O mesmo ocorreu com o ministro Luís Roberto Barroso. Teori Zavascki, o terceiro dos quatro ministros indicados pela presidente em sua primeira gestão, esperou nove dias para ser sabatinado, em meio ao julgamento do processo do mensalão. Luiz Edson Fachin vai esperar ao menos 13 dias.

02 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

Fachin seria amigo de Stédile, diz um senador

Corre à voz corrente pelos corredores do Senado Federal o comentário de que o advogado Luis Fachin, de Curitiba, indicado pela presidente Dilma Vânia Rousseff, seria amigo de João Pedro Stédile, o grande incentivador do Movimento Sem Terra e que defende a invasão de terras. Dizem que o senador Ronaldo Caiado já teria abordado o assunto com alguns de seus colegas. Como se sabe, o nome de Luis Fachin terá que ser aprovado pelos senadores da República. Um fato interessante é que o senador Álvaro Dias, do PSDB, partido de oposição, teria elogiado a indicação de Fachin. Deve conhecê-lo bem.

●● Um programa da paulistana rádio da Jovem Pan, o "Pingos nos Is", do jornalista Reinaldo Azevedo, já disse que "há um artigo publicado por Luis Fachin, em 1986, sobre a reforma agrária, que dizia que a produção rural brasileira estava Caiado de gente ruim", referindo-se certamente a Ronaldo Caiado, que era o presidente da UDR. Azevedo citou ainda que o doutor Fachin fez o prefácio do livro do pastor presbiteriano Marcos Ales da Silva, "em que o autor elogia a tese do fim da monogamia, que é um teórico dos direitos da amante e que não se incomodava muito com a dissolução da família".

●● A sabatina de Fachin está marcada para o próximo dia 13 no Senado da República. Ele é um advogado bem preparado, dizem aqueles que o conhecem, e portanto, em condições de defender suas posições. Até mesmo sobre o que teria dito o ex-presidente Lula: - "Ele é excessivamente esquerdista e populista para ingressar no Supremo Tribunal Federal". Resta aguardar os acontecimentos de 13 de maio.

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Bloqueio

Na leitura do seu relatório favorável a Luiz Edson Fachin para ministro do STF, Alvaro Dias percebeu a reação que está montada no PMDB para vetar o jurista com a indicação de suposta incompatibilidade entre sua condição de procurador, nomeado pelo paranaense após concurso, e o exercício da advocacia privada. Maiores hostilidades virão da bancada ruralista pela identificação com teses do MST.

01 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Os excessos de Richa

Governador tucano se reelegeu após devastar as finanças do Paraná e agora recorre a truculência policial contra revolta de servidores

As imagens de Curitiba na quarta-feira (29) e as quase duas centenas de feridos não deixam dúvida: houve violência policial além de qualquer proporção. O governador Beto Richa (PSDB), mesmo assim, continua alheio aos excessos de sua Polícia Militar.

Sim, houve agentes golpeados. Sim, alguns manifestantes tentaram romper à força o cordão da PM em torno da Assembleia Legislativa. Erraram, mas erra mais o governador tucano quando endossa o revide truculento como “uma reação natural da proteção da vida”.

É uma inversão completa dos fatos. Acertar balas de borracha nos professores atenta contra a integridade dos manifestantes muito mais do que protege o policial. O mesmo se pode dizer de lançar gás lacrimogêneo na vizinhança de uma creche e de atirar cães ferozes contra cinegrafistas.

Dito isso, há que registrar ainda o fato de os professores protestarem contra o que consideram afronta a seus direitos decorrente da inépcia do próprio Richa. É para fechar o rombo aberto pelo governador reeleito nas contas do Paraná que a Assembleia vota mudança na previdência estadual.

Marcou a gestão do tucano o descalabro financeiro, bem o oposto da imagem de bons gestores que

líderes do PSDB usam cultivar. Segundo dados preliminares da Secretaria da Fazenda do Paraná, o ano da reeleição terminou com déficit de R\$ 4,6 bilhões (num Orçamento de cerca de R\$ 40 bilhões) e R\$ 1,2 bilhão de restos a pagar.

O desequilíbrio é tal que, em 2014, o Estado viu as receitas crescerem 12% e as despesas, 43%.

Surgiu então o projeto de transferir 33 mil servidores aposentados (são 77 mil) de um fundo deficitário para outro, ora superavitário. Com a alteração, o Estado poderia poupar até R\$ 1,7 bilhão ao ano.

Era essa votação pelos deputados estaduais que os professores em greve pretendiam impedir, temendo o desequilíbrio financeiro do fundo e perdas futuras. Para garantir a deliberação parlamentar, a Justiça mandou a polícia cercar a Assembleia, que havia sido invadida por docentes em fevereiro.

Beto Richa recorreu às desculpas de praxe, ressaltando que a CUT insuflou os manifestantes. Incluiu no rol de provocadores “o pessoal do PT, alguns do PMDB, PSOL e PSTU” e sugeriu a infiltração de black blocs.

Agitadores não são uma raridade nesses protestos. A polícia deve estar preparada e bem orientada para lidar com eles. Não foi o que se viu em Curitiba.

Sobre as contas do Estado, Richa disse em fevereiro que não agira com imprudência, mas com coragem. Se agora se dispuser a enxergar o óbvio, terá de reconhecer que a PM não agiu só com imprudência, mas sobretudo com covardia.

01 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Para Procuradoria, há indícios de excesso na ação policial no Paraná

Ministério Público abriu uma investigação sobre a ação que resultou em 180 feridos na quarta

Na cúpula do PSDB, a avaliação é que faltou 'habilidade política' ao governador Beto Richa para lidar com situação

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

A repressão policial contra manifestantes insatisfeitos com a votação de um projeto previdenciário na Assembleia Legislativa do Paraná — ação que deixou ao menos 180 feridos na quarta (29) — foi qualificada como uma “tragédia” pelo Ministério Público local.

O órgão abriu uma investigação para identificar excessos da PM na ação, episódio que afeta a imagem do governador Beto Richa (PSDB).

“Outras manifestações ocorreram nos últimos meses no Paraná e nós não experimentamos nenhum resultado como o de ontem [quarta]”, disse o procurador Eliezer Gomes da Silva. “No mínimo, fugiu do padrão.”

“Cabe ao Ministério Público fazer um papel de historiador, num trabalho rigoroso de apuração dos fatos, para que a verdade seja condutora de um processo de justiça”, disse o procurador-geral, Gilberto Giacoia.

Com base em uma decisão judicial que garantia o isolamento da Assembleia, a PM cercou o prédio e arredores na quarta. Ônibus do choque, caminhões dos Bombeiros e a cavalaria foram convocados.

Ainda antes de a votação começar, parte dos manifestantes começou a forçar grades que isolavam a multidão. Os disparos com bombas de gás começaram quando quando a grade caiu e alguns tentaram furar a barreira.

Foram ao menos 60 minutos de disparos ininterruptos. Balas de borracha, sprays de pimenta e jatos de água também foram usados.

O revide de parte dos presentes foi feito com pedaços de madeira, pedras e copos de água. A maioria, porém, corria da confusão. Segundo os ativistas, 15 mil protestavam; para a PM, eram 5.000.

O comando da PM sustenta que havia black blocs infiltrados, armados com coquetel molotov. Segundo o governo, 20 policiais ficaram feridos. Do outro lado, foram pelo menos 160.

Uma das principais queixas contra a PM é que bombas e os tiros alcançaram mesmo quem não estava na linha de frente da confusão. “A gente estava longe, atrás do carro

de som, não fizemos nada. E era bomba de gás o tempo todo”, disse a agente educacional Saionara Silveira.

O comandante-geral da PM, coronel Cesar Vinicius Kogut, disse que adotou “procedimentos comuns em todas as polícias no mundo”, com base no uso progressivo da força. “A missão era cumprir uma ordem judicial. Não queríamos ferir ninguém.”

Nesta quinta, cerca de mil estudantes, na estimativa da PM, fizeram um ato em Curitiba em apoio aos feridos.

CRISE TUCANA

A cúpula do PSDB avalia que houve exageros por parte da PM e que faltou “habilidade política” ao governador Beto Richa. Avalia ainda que o episódio agrava a crise administrativa do Paraná.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que as imagens são “impressionantes”: “Se houve exageros, como aparentemente houve, devem ser investigados. É importante, contudo, lembrar que os manifestantes não estavam levando rosas.”

CONTINUA

01 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PM divulga foto coberto de tinta vermelha e vira alvo de críticas

CONTINUAÇÃO

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), considerou que uma ação policial não pode ser considerada positiva se houve um saldo de pessoas feridas.

O senador Álvaro Dias (PSDB), que já foi governador do Paraná, reconhece que houve exageros tanto de manifestantes como de policiais.

Questionado sobre um episódio similar em sua gestão em 1988, quando policiais também detiveram manifestantes, afirmou que a situação “não tem comparação”: “Hoje, é muito mais grave. A reação da polícia militar foi desproporcional”, disse.

Uma foto tirada por um policial militar do Paraná coberto de manchas avermelhadas gerou polêmica nas redes sociais nesta quinta (30), um dia após o confronto entre PMs e professores em Curitiba.

A estimativa é que o ato deixou 180 feridos —20 deles policiais, segundo o governo.

O membro da corporação Umberto Scandelari postou a foto, tirada por ele mesmo, acompanhada da legenda “Professor, conta outra...”.

Internautas questionaram se ele de fato havia sido ferido e se as manchas pelo seu corpo eram mesmo sangue — alguns insinuaram ser tinta de carimbo ou groselha.

No final da tarde, a imagem não estava mais no ar.

Procurada, a assessoria da PM do Paraná confirmou que não se tratava de sangue, mas sim tinta das bombas identificadoras, cujo propósito é justamente manchar os suspeitos para facilitar a localização em meio à multidão.

Questionada se a foto não seria uma provocação aos professores feridos com balas de borracha, a assessoria da PM minimizou: “Ele quis dizer que quem começou [o embate] foram os manifestantes”.

A Folha não conseguiu falar com Scandelari.



PM Umberto Scandelari manchado de tinta após ato no PR

01 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Mudança de lei no PR só adia deficit da previdência

Para especialista, é necessário novo fundo

A mudança na previdência dos servidores do Paraná, aprovada nesta quarta (29) na Assembleia após confronto de quase duas horas entre PMs e manifestantes, cria uma sobrevida para o sistema de aposentadorias do funcionalismo do Estado, mas não resolve o problema do setor, segundo especialistas.

O Paraná tem dois fundos para administrar as aposentadorias dos servidores. O fundo financeiro, que integra o caixa do governo, está deficitário e tem pensões antigas (74 mil aposentados).

Já o fundo previdenciário, que recebe contribuição do Estado e dos servidores, possui aposentadorias recentes (14 mil) e é superavitário — tem saldo de R\$ 8 bilhões.

Com o projeto, o governo Beto Richa (PSDB) vai transferir uma parte dos aposentados (33 mil) pagos pelo fundo financeiro para o previdenciário. A gestão tucana, que vive em crise financeira desde 2014, economizaria R\$ 1,7 bilhão por ano. Nada mudaria, porém, no pagamento dos benefícios.

A economia existiria às custas das contribuições dos servidores mais novos, que contribuem para o fundo previdenciário.

A advogada Melissa Follmann, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-PR, diz que a proposta acabaria com o fundo previdenciário — uma espécie de poupança do sistema — em 29 anos. “Ele não foi projetado para receber essa migração.”

Para aumentar a sobrevida do fundo, o governo prevê contar com aporte de R\$ 1 bilhão a partir de 2021, recursos que virão dos royalties a serem pagos pela usina de Itaipu ao Estado.

Mesmo assim, sua expectativa de vida seria de 32 anos, quando os recursos deverão se esgotar.

Um dos criadores do sistema previdenciário do PR, o consultor Renato Follador diz que as hipóteses apresentadas no projeto aprovado estão corretas.

Ele afirma, porém, que para garantir a solvência do sistema previdenciário do Estado é preciso instituir a previdência complementar.

Com ela, o servidor que quiser se aposentar ganhando mais que o piso do INSS precisaria contribuir ao Estado. A medida já foi implementada na União e em pelo menos cinco Estados. (EHC)

02 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Reação a protestos aumenta isolamento de Richa no Paraná

Para aliados, governo estadual está 'encastelado'; votos contrários a projetos do tucano triplicam na Assembleia

Presidente do PSDB, Aécio diz lamentar confronto entre PM e professores, mas critica comentários de Dilma

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

JULIANA COISSI
DE SÃO PAULO

O embate entre policiais militares e professores na quarta-feira (29) contribuiu para minar ainda mais a relação entre o governador Beto Richa (PSDB) e sua base de apoio na Assembleia. Para alguns, o tucano está "isolado" e "encastelado".

Os deputados admitem que o confronto cobrará seu preço. "Desgaste é pouco. Isso é um horror", disse o líder do governo na Assembleia, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), pouco depois do final da votação. "Foi uma batalha campal."

Para alguns, o tucano não soube lidar com a onda de protestos. O governador tem atribuído a responsabilidade a inimigos políticos e "baderneiros" infiltrados entre os servidores.

"É um negócio de autista", diz um aliado. "Ele está encastelado, mal aconselhado, e não consegue enxergar quem protesta também foi seu eleitor."

Richa sustenta sua posição. Em entrevista à **Folha**,

atribuiu a responsabilidade pelos confrontos a black blocs infiltrados na manifestação. Quem visita seu gabinete vê sobre sua mesa fotos de manifestantes que o criticam nas redes sociais.

"Veja, ele é da juventude socialista", diz o governador.

Entre os parlamentares, a queixa é de que Richa vê a Assembleia como "quintal" do Palácio Iguazu: se um projeto foi enviado, a Casa deve aprovar. Os deputados se sentem desprestigiados, excluídos do debate pelo Executivo e se ressentem de sofrer as consequências das medidas impopulares do tucano.

Em fevereiro, a Assembleia foi invadida por manifestantes que protestavam contra um pacote de ajuste fiscal do governo Richa. Professores em greve fizeram vigília em frente às casas dos deputados no interior do Estado e enviaram dezenas de mensagens por celular pressionando-os ao voto contrário.

Não à toa, a base do tucano encolheu do ano passado para cá: se antes os votos contrários a Richa em propostas caras ao Estado não ultrapassavam os sete da bancada de oposição, agora somaram 21.

Para alguns, Richa ainda é vítima de extremismos. "É uma época de desinformação, de gente que não vê o todo da questão. E há de fato uma politização de tudo isso", comenta Romanelli.

O sindicato dos professores é filiado à CUT, ligada ao PT. Os senadores Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB), da oposição, subiram no caminhão de som, na quarta, para protestar contra o bombardeio da PM.

O deputado federal Valdir Rossoni (PSDB-PR) disse já ter conversado com Richa sobre a queixa da base. "Os deputados não são exigentes. Muitos têm conversado comigo, eles pedem apenas melhor aproximação com o governo."

Segundo ele, Richa não pode articular "só na hora das votações difíceis". "O governo sempre tem que estar articulado com sua base. Uma boa base facilita o trabalho."

O líder da bancada do PSDB, Francisco Bühner, minimiza as queixas, afirmando que o diálogo já teve falhas, mas que melhorou.

AÉCIO

O presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), comentou pela primeira vez nesta sexta (1º) o confronto entre a PM e os manifestantes em Curitiba, que deixou cerca de 180 feridos.

"Nós lamentamos profundamente o que aconteceu", disse o tucano, que evitou, porém, fazer críticas ou comentários sobre a atuação de Beto Richa no episódio.

CONTINUA

CRISE FINANCEIRA NO PARANÁ

Por que o governo Beto Richa (PSDB) faz um ajuste fiscal

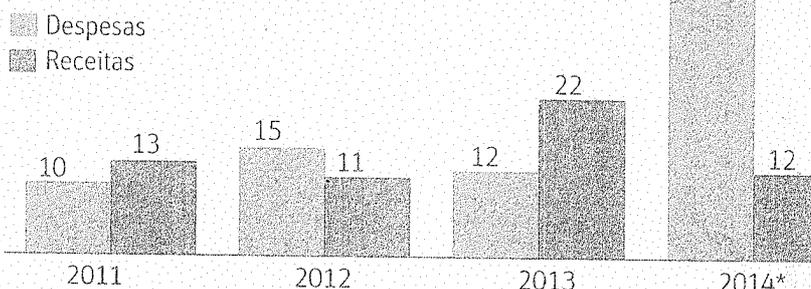


Gastou mais do que arrecadou

A receita do Paraná aumentou 70% desde 2010, mas as despesas dobraram

Despesas x receitas

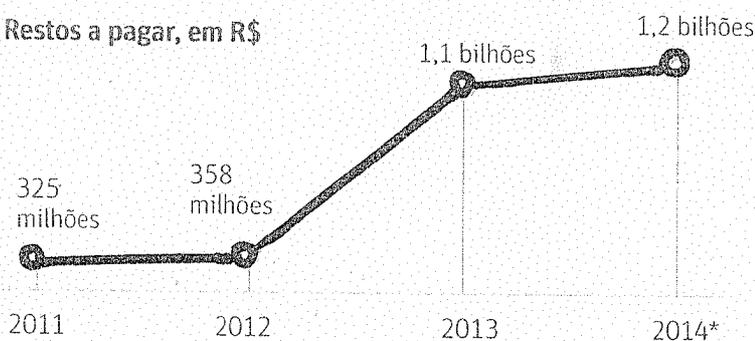
Crescimento em relação ao ano anterior, em %



Fez dívidas com fornecedores

Na hora de pagar por obras e serviços já realizados, não havia dinheiro. No fim do ano passado, as dívidas com fornecedores chegaram a R\$ 1,2 bilhão

Restos a pagar, em R\$



Apostou em empréstimos

No começo da gestão, Richa conseguiu sete empréstimos para financiar obras e projetos. A maior parte deles, porém, só foi liberada no final de 2014

R\$ 2,2 bilhões

somam os empréstimos solicitados e ainda não liberados para o Paraná

R\$ 4,6 bilhões*

foi o déficit do Paraná em 2014, o segundo maior do país

Aécio focou suas críticas sobre o assunto na presidente Dilma Rousseff, que alfinetou Richa em vídeo publicado na internet. "Nada do que aconteceu em Curitiba, que nós lamentamos, deve ser objeto de ironia de quem quer que seja", acrescentou.

No vídeo, a presidente diz que, em uma democracia, "temos que nos acostumar às vozes das ruas, aos pleitos dos trabalhadores, reconhecer como legítimas as reivindicações de todos segmentos sociais da população", sem "violência e sem repressão".

Colaborou GUSTAVO URIBE, DE SÃO PAULO

“ Desgaste é pouco. Isso é um horror. Foi uma batalha campal

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
líder do governo na Assembleia, sobre o confronto entre PMs e professores que feriu 180 em protesto em Curitiba

“ Nada do que aconteceu em Curitiba, que nós lamentamos, deve ser objeto de ironia

AÉCIO NEVES
presidente do PSDB

02 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Violência no Paraná

O Paraná está ferido com a truculência do governador Beto Richa ("Para Procuradoria, há indícios de excesso na ação policial no Paraná", "Poder", 1º/5). Mais do que tudo, ele fere a democracia ao impedir a livre manifestação dos professores e funcionários públicos. Colocando um exército armado contra os trabalhadores do Paraná, massacrando os professores, legitima o poder da força contra o diálogo. Ninguém pode respeitar tal truculência. O Paraná inteiro grita: Fora, Beto Richa. E parabéns ao editorial "Os excessos de Richa" ("Opinião", 1º/5) por sua posição democrática repudiando a violência do governo.

JARDEL DIAS CAVALCANTI, professor da Universidade Estadual de Londrina (Londrina, PR)



Finalmente a PM do Paraná capitulou. O jogo desses manifestantes comunistas é fazer baderna, depredar o patrimônio alheio, hostilizar a polícia de modo que o caldo acabe entornando e depois eles posem de vítimas. E com o beneplácito de muitos jornalistas. Em 12/4, o colunista Antonio Prata fez severas críticas às manifestações pacíficas contra o governo Dilma e afirmou ser contra manifestações que tenham a presença de famílias que fazem "selfies" com a tropa de choque ("As ideias fora do lugar", "Cotidiano"). Paradoxalmente, são esses mesmos esquerdistas caviar que adoram chamar a polícia de truculenta quando ela tem que agir contra arruaceiros como os grevistas do Paraná.

GERALDO MAGELA DA SILVA XAVIER
(Belo Horizonte, MG)

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

BETORICHA

Os policiais **ESTAVAM**
PARADOS, partiram para
cima deles e foi uma reação
natural da proteção da vida

governador do Paraná (PSDB), justificando ação
policial contra professores; ao menos 180
manifestantes e 20 policiais se feriram

04 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Secretário de Segurança do Paraná vira alvo de grevistas

Professores culpam Fernando Francischini por agressões da PM em protesto

FERNANDO FRANCISCHINI

LEI & ORDEM

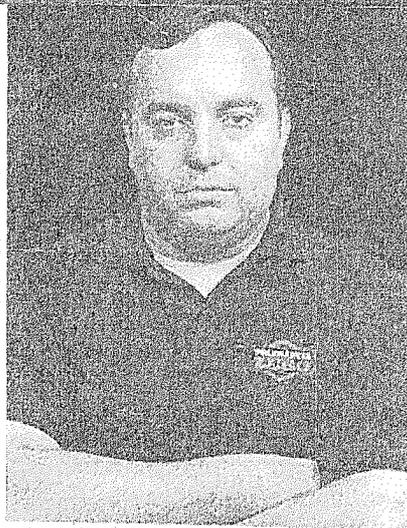


Foto de Francischini, que tem o mote “tolerância zero”, em sua página do Facebook; nas redes sociais, ele elogia polícia

Oposição apelidou de xerife o delegado que se compara ao Batman; ele foi reeleito deputado com quase 160 mil votos

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O secretário de Segurança do Paraná, Fernando Francischini, gosta de falar em público e dar entrevistas. Mas desde a operação policial que deixou quase 200 feridos — a maioria professores — em um protesto de servidores, na quarta (29), ele anda calado.

Deputado federal licenciado e delegado da PF, Francischini, 45, usa o mote “tolerância zero”. Assumiu a pasta a convite do governador Beto Richa (PSDB) em dezembro e, como ex-PM, ganhou apoio da corporação.

Após os protestos, porém, virou alvo dos manifestantes. “Quero saber se vai cair o secretário que mandou nos agredir”, gritavam servidores na sexta-feira (1º).

Na semana passada, quando três assaltantes morreram baleados pela PM em Curitiba, pediu que os policiais fossem elogiados, “e não criticados por suposta truculência”.

O confronto entre PMs e ativistas ocorreu enquanto deputados aprovavam projeto que transfere 33 mil aposentados de um fundo deficitário para outro superavitário. Alegando perdas futuras na previdência, os servidores eram contrários à migração.

Em cartazes, professores em greve chamavam Francischini de “criminoso”.

A oposição já o apelidou de “xerife”. Ele anda armado e já chegou a se vestir de bombeiro em uma operação.

CONTINUA

04 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'PULSO FIRME'

Francischini tem seu eleitorado cativo. Em 2014, foi reeleito deputado federal pelo Solidariedade com quase 160 mil votos —o sexto mais votado do Paraná.

Muitos dos eleitores e seguidores do Facebook o veem com “pulso firme”.

Na semana passada, para impedir que a Assembleia fosse novamente invadida, a PM convocou oficiais de todo o Estado. O objetivo era garantir a votação do projeto.

No dia do confronto, 1.600 PMs faziam a segurança. Bombas de gás foram lançadas sobre os manifestantes por uma hora. O líder do governo na Casa, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), pediu a Francischini o fim do bombardeio. O secretário negou, alegando que os ativistas avançavam contra a polícia.

Em outras ocasiões, ao também ouvir apelos de deputados, disse que era quem estava no comando.

Em entrevistas, Richa defendeu o secretário.

Francischini não atendeu ao pedido de entrevista da **Folha**. A pasta da Segurança argumenta que a PM adotou o uso progressivo da força, tentando conter black blocs

30 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Confronto entre PMs e manifestantes no PR deixa 170 feridos

Polícia usou bombas de gás, balas de borracha e jatos de água para impedir invasão da Assembleia Legislativa

Servidores protestam contra projeto que reduz contribuições do governo Beto Richa para as pensões

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

ADRIANA BRUM
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

Confronto entre PMs e servidores estaduais do Paraná em frente à Assembleia Legislativa do Estado deixou ao menos 170 pessoas feridas —35 delas hospitalizadas— na tarde desta quarta (29).

A confusão se acirrou em meio à votação na Casa, a portas fechadas, do projeto do governo Beto Richa (PSDB) que modifica a previdência dos funcionários públicos.

Foram ao menos duas horas de violência, que começou quando manifestantes tentaram romper o cerco da Polícia Militar na Assembleia. A corporação usou bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos de água.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, manifestantes usaram paus e pedras —20 dos feridos são policiais, informou a pasta. Seis pessoas foram presas. Parte delas eram black-blocks, sempre conforme a pasta, informação que os sindicatos dos servidores negaram.

Os manifestantes —15 mil, segundo os sindicatos (a PM não estimou)— queriam entrar na Assembleia para pressionar os deputados contra o projeto.

Desde o início desta semana, a Assembleia foi cercada por PMs a pedido de Richa.

Uma ordem judicial garantia a votação sem a presença de manifestantes.

O governo quis evitar a repetição das cenas de fevereiro, quando grupos invadiram a Casa contra o ajuste fiscal proposto por Richa, que incluía o projeto de previdência.

Nesta quarta, os manifestantes —servidores, professores e estudantes— receberam reforço de caravanas de ônibus do interior do Estado.

O prédio da Prefeitura de Curitiba, que fica em frente à Assembleia, foi transformado em uma espécie de enfermaria para os feridos. Casos mais graves eram levados para hospitais.

No tumulto, muitos se refugiaram na prefeitura. O saguão principal ficou lotado de pessoas ensanguentadas. Funcionários distribuíam água e tentavam acalmar os manifestantes.

Crianças de uma creche que fica ao lado da Assembleia também passaram mal com o gás usado pela polícia.

O Ministério Público instaurou uma investigação para apurar “eventuais excessos” da PM. Em nota, a OAB

repudiou os ataques. Já o governo tucano, também em nota, informou que “lamenta profundamente” os atos de confronto e acusa “o radicalismo e a irracionalidade de pessoas mascaradas”.

SESSÃO

A sessão na Assembleia chegou a ser interrompida por cerca de dez minutos por causa do gás que atingiu o plenário. Foi retomada, mesmo com o barulho de bombas e gritos do lado de fora.

Com medo de que o prédio fosse invadido, a gestão Richa mobilizou quase 2.000 policiais para a operação, segundo apurou a **Folha**.

Nas ações, a reportagem ouviu as ordens dadas por um dos comandantes da PM: “Se precisar usar a tonfa [cassetete], é por baixo. Nada de sair girando por cima”.

Do lado de fora, manifestantes carregam cartazes e gritam “retira, retira” e “eu estou na luta”. Já à noite, eles reconheciam a derrota.

O projeto, que diminui a contribuição do governo para as pensões, alivia o caixa do governo em R\$ 1,7 bilhão ao ano, de acordo com o governo, em crise financeira desde 2014.

CONTINUA

30 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Tucano defende PM diz que houve 'reação natural'

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), defendeu a ação da Polícia Militar, que entrou em confronto com manifestantes em frente à Assembleia nesta quarta (29).

A **Folha**, Richa disse que quem agiu com "truculência" não foi a polícia, mas os black blocs identificados pelo governo. Segundo ele, há vídeos mostrando mochilas contendo pedras sendo arremessadas nos policiais.

"Partiram para cima com as grades de contenção e estavam preparando coquetel molotov quando foram detidos", afirmou o tucano.

"Tem 20 policiais feridos."

Para o governador, a PM teve "uma reação natural da proteção da vida e revidou".

Ao responder se houve violência policial — uma das orientações à corporação era usar o cassetete quando necessário —, Richa admitiu o uso de spray de pimenta para "contenção da massa".

"Tem que analisar melhor as cenas. Mas o relato que recebo da Segurança Pública é que não houve violência, só contenção da massa que vinha para cima deles tentando invadir a Assembleia, principalmente com spray de pimenta e gás de efeito moral."

Ele acusou o PT e a CUT de inflar manifestantes ligados a sindicatos: "O pessoal do PT, alguns do PMDB, PSOL e PSTU claro que instigaram. A CUT tem presença forte aqui". (ANDRÉIA SADI)

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Em novo dia de protestos, Richa sanciona a lei da Paranaprevidência

Solidários aos professores, estudantes protestaram contra o governo do estado no Centro Cívico

*Rogério Waldrigues Galindo,
Euclides Lucas Garcia e
Thais Skodowski, especial
para a Gazeta do Povo*

O governador Beto Richa (PSDB) sancionou a polêmica lei da reforma da previdência do funcionalismo estadual no mesmo dia em que enfrentou novos protestos. Isso menos de 24 horas depois do violento confronto entre policiais militares e manifestantes que tentavam evitar a aprovação do projeto na Assembleia Legislativa. O embate da quarta-feira (29), no Centro Cívico, em Curitiba, deixou 213 manifestantes e 20 policiais feridos.

Pela nova lei, 33 mil funcionários inativos do estado vão passar a receber suas aposentadorias por meio do Fundo Previdenciário da Paranaprevidência. A mudança causará uma economia de R\$ 125 milhões por mês para o governo, já que esses servidores serão pagos com recursos poupados ao longo dos anos pelos servidores, desonerando o Tesouro Estadual.

Na prática, o governo terá mais dinheiro para gastar. Juntamente com o projeto de lei da Paranaprevidência, Richa sancionou a lei do ajuste fiscal do estado.

Estudantes

Após a repressão aos manifestantes e professores na quarta-feira, cerca de 200 pessoas — a maioria estudantes universitários — protestaram nesta quinta-feira (30) em frente ao Palácio Iguazu em apoio aos professores estaduais.

Com gritos como “Professor é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”, os jovens saíram por volta das 12h da Praça 19 de Dezembro (a Praça do Homem Nu) e seguiram à sede do governo do Paraná. Grande parte deles usava preto em sinal de luto pelos incidentes da quarta-feira. Durante o trajeto, os participantes do protesto foram aplaudidos por pessoas que estavam na rua.

Uma confusão começou quando os manifestantes chegaram à Assembleia Legislativa do Paraná. Alguns tentaram invadir o prédio, forçando a abertura do portão. Seguranças e policiais militares que estavam no local foram chamados para conter os manifestantes. A situação só se acalmou com a intervenção de outros participantes do protesto que

eram contra a invasão. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp-PR), três pessoas foram presas. Todas já liberadas.

Depois, os manifestantes se reuniram em frente do Palácio Iguazu, sede do governo estadual. Um princípio de confusão começou quando os manifestantes furaram o bloqueio de seguranças e tentaram chegar ao portão do prédio. A tropa de choque saiu de dentro da sede do governo e os manifestantes se afastaram. O clima voltou a ficar tenso quando os manifestantes souberam das prisões de integrantes dos movimentos, mas logo os ânimos se acalmaram e o protesto continuou sem qualquer intervenção policial.

Com cartazes em apoio aos professores e críticas ao governador, os estudantes fizeram encenações artísticas simbolizando o luto da educação, penduraram uma bandeira preta embaixo da bandeira do Paraná hasteada em frente do Palácio Iguazu. Eles pintaram o mastro com marcas de mãos vermelhas.

CONTINUA

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A manifestação foi encerrada por volta das 17h. Um novo protesto deve ocorrer na manhã desta sexta-feira (1.º de maio). Os manifestantes vão sair às 9h da Praça 19 de Dezembro e novamente vão seguir em direção ao Palácio Iguçu. A expectativa dos líderes dos movimentos estudantis é que mais pessoas participem desse ato de repúdio.

MANIFESTAÇÃO EM LONDRINA

Milhares de pessoas se reuniram, na manhã desta quinta-feira (30), para protestar contra a violência registrado na tarde de quarta-feira (29) no Centro Cívico, em Curitiba. Professores, servidores e cidadãos solidários aos funcionários estaduais vestiram preto e seguraram faixas com críticas diretas ao governador Beto Richa (PSDB) e aos deputados estaduais que votaram a favor do projeto de mudanças na Paranaprevidência. Os manifestantes hostilizaram parlamentares que votaram a favor da proposta.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Para porta-voz da Polícia Militar, desproporcional seria usar armas letais

Em entrevista à rede britânica BBC, a coordenadora de imprensa da Polícia Militar do Paraná, Márcia Santos, afirmou que “desproporcional seria usar armas letais” no confronto da quarta-feira (29), no Centro Cívico, que deixou mais de 200 pessoas feridas.

Ainda sobre o confronto, a porta-voz da Polícia Militar paranaense disse à BCC que o uso da força foi progressivo. “Se você olhar as imagens, primeiro os policiais estavam totalmente pacíficos, olhando tudo. Foi gradativo”.

Márcia Santos disse que fez as afirmações para explicar o contexto da situação à BBC, e que não falou como porta-voz da cooperação, mas sim como assessora de imprensa.

As manifestações que precederam a aprovação do projeto de reforma da Paraná Previdência já anunciavam momentos de tensão. Mas nem os mais pessimistas imaginavam o estado de guerra que se formaria nos arredores da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) durante a votação do projeto. O resultado: 213 manifestantes feridos, segundo a prefeitura de Curitiba, e 20 policiais, segundo a Secretaria Estadual da Segurança. Também houve três profissionais da imprensa na lista de feridos, vítimas de balas de borracha, estilhaços de bombas, spray de pimenta, mordidas de cachorro e gás lacrimogênio.

Na noite de quarta, o comando da Polícia Militar e o governador Beto Richa (PSDB) negaram que tenha havido exageros na ação da polícia contra os professores. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público do Paraná (MP-PR) vão investigar a conduta dos policiais.

GAZETA DO POVO

Procurador do MP diz que há indícios de que “algum excesso houve”

Kelli Kadanus

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) abriu um procedimento investigatório para apurar eventuais excessos cometidos na manifestação desta quarta-feira (29), no Centro Cívico, quando mais de 200 pessoas ficaram feridas depois de um confronto com a Polícia Militar (PM). “O MP esteve lá e tentou negociar o fim do confronto”, disse o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público, Olympio de Sá Sotto Maior.

“É evidente que, pelo que até agora foi divulgado, há indícios de que algum excesso houve”, disse o promotor Eliezer

Advogado defende “menção honrosa” à PM e causa tumulto

A coletiva de imprensa da Associação dos Praças do Estado do Paraná (Apra) foi marcada por uma confusão nesta quinta-feira (30). O advogado da Apra, Claudio Dalledone Junior, concedeu a entrevista na sede do Ministério Público do Paraná, onde vítimas da violência policial estavam sendo ouvidas para apurar se houve excessos durante a ação policial do dia anterior.

A confusão começou quando o advogado defendeu a ação dos PMs. “Com veemência, eu estou convicto, não só pelas imagens, de que a Polícia Militar do estado do Paraná merece uma menção honrosa e não essas críticas que

Gomes da Silva, um dos três promotores designados para apurar a situação. “Temos que reconhecer que, no mínimo, fugiu do padrão”, completou o promotor.

A investigação deve durar cerca de 30 dias. Até lá, os promotores de Curitiba e do interior vão ouvir os manifestantes e policiais que quiserem colaborar com as investigações. Até agora, cerca de 20 pessoas já foram ouvidas pelo MP. “O Ministério Público vai promover uma investigação imparcial”, disse o procurador geral Gilberto Giacoia.

O MP vai investigar também se havia black blocs infiltrados nas manifestações. Os promotores pedem que quem tiver vídeos e fotos do confronto compartilhe os arquivos com a equipe de investigação. O material pode ser enviado para o e-mail denuncias29deabril@mppr.mp.br.

Quem quiser prestar depoimentos também pode comparecer à sede do Ministério Público do Paraná em sua cidade.

está recebendo”, disse Dalledone. A afirmação causou revolta na professora Edna Miranda, que começou a discutir com o advogado. Depois do tumulto, a coletiva foi encerrada.

Defesa

O advogado defendeu a ação policial e atribuiu a confusão a black blocs infiltrados entre os manifestantes. “Nós temos imagens de pessoas utilizando pedras, de pessoas manejando explosivos, bombas de cal, de pessoas manejando bastão, com escudo, invadindo e cometendo crimes”, disse Dalledone. “A PM agiu em legítima defesa própria e manteve a ordem pública”, completou. Para o advogado, não houve excessos por parte dos policiais envolvidos na ação. “A PM agiu com a energia que o caso merecia”, afirmou. (KK)

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Anistia Internacional condena violência no PR

Entidade pede
investigação rápida
e independente
dos abusos
contra servidores
estaduais

A Anistia Internacional, ONG reconhecida mundialmente pela defesa dos direitos humanos, repudiou nesta quinta-feira (30) as atitudes da Polícia Militar do Paraná (PM) e do governador do estado, Beto Richa (PSDB), pelo que considerou uma “repressão violenta” à manifestação realizada por professores e servidores em greve, na quarta-feira (29), em frente da Assembleia Legislativa do Paraná. Segundo levantamento da prefeitura de Curitiba, 213 pessoas ficaram feridas no confronto entre policiais e servidores.

Em nota, o diretor-executivo da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque, pediu que a ação da polícia na manifestação seja investigada “de forma célere e independente”. A organização também pede que o governador e o comando da polícia assumam total responsabilidade pelo “uso desproporcional da força”.

“A polícia não age por conta própria e as falas das autoridades mostram que, para o governo, a ação policial foi adequada. Isso é uma agressão à liberdade de expressão e ao direito à manifestação pacífica”, afirmou Roque no texto divulgado nesta quinta.

A polícia usou balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta, jatos de água e cachorros para dispersar a manifestação, que reuniu milhares de professores e servidores.

A nota da Anistia Internacional ainda afirma que há informações de que 17 policiais foram presos por se recusarem a reprimir a manifestação. O comando da Polícia Militar nega a informação.

“A falta de investigação e responsabilização por estes abusos é como uma carta branca para o contínuo uso desses instrumentos”, afirma um trecho da nota da ONG.

Atila Roque também pediu urgência na regulamentação do uso das armas não letais pelas polícias do país e lembrou os casos de violência policial ocorridos nos protestos de 2013 e no ano passado, durante a Copa do Mundo. “O uso desse armamento tem sido feito de maneira desproporcional e abusiva pelas forças de segurança no Brasil, com vítimas entre manifestantes e jornalistas”, ressaltou Roque.

“A polícia não age por conta própria e as falas das autoridades mostram que, para o governo, a ação policial foi adequada. Isso é uma agressão à liberdade de expressão e ao direito à manifestação pacífica.”

Atila Roque, diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil.

REPERCUSSÃO

Entidades da sociedade civil e do poder público repudiam a repressão

Diversas entidades da sociedade civil se manifestaram contra a repressão violenta do protesto de professores e servidores estaduais no Centro Cívico. A Arquidiocese de Curitiba emitiu nota em que lamenta a violência ocorrida no Centro Cívico. “A violência, venha de onde vier, é sempre a pior alternativa”, diz o texto, que prega o diálogo em situações de conflito. O Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor-PR) classificou a ação, que feriu centenas de manifestantes e alguns profissionais de imprensa, de “inacreditável”, “absurda” e “ditatorial”. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) protestou contra o “emprego de violência desmedida pela Polícia do Paraná” contra servidores e jornalistas. A entidade pede medidas para que fatos como o de quarta-feira (29) não se perpetuem.

CONTINUA

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Luta dos trabalhadores

Instituições do poder público também se manifestaram contra a ação violenta do governo. O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) repudiou a ação policial contra trabalhadores. "(...) nosso trabalho se pauta sobretudo no diálogo para a resolução de conflitos e no respeito ao trabalhador, por isso nos sensibiliza muito a forma como esses professores foram tratados (...) na luta por seus direitos", diz a nota do MPT.

A repressão contra os servidores também foi condenada pela Defensoria Pública do Paraná e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



A história estava escrita

Em 1927, ao apreciar o caso *Whitney v. Califórnia*, o juiz da Suprema Corte norte-americana Louis Brandeis lançava uma magnífica lição sobre liberdade de expressão. Ensinava que todos os que conquistaram a independência “acreditavam que no final do Estado se encontrava o homem livre para desenvolver as suas faculdades; (...) acreditavam que a liberdade de pensar como se quer e de falar como se pensa são meios indispensáveis para a descoberta e a difusão da verdade política; que sem liberdade de expressão e associação a discussão seria estéril; (...) que a maior ameaça à liberdade é uma sociedade inerte; que a discussão dos assuntos públicos é um dever político; (...) A ordem não pode ser assegurada meramente através da ameaça do castigo; que é perigoso desencorajar o pensamento, a esperança e a imaginação; que o medo leva à repressão; que a repressão leva ao ódio; que o ódio ameaça a estabilidade do governo; que o caminho para a segurança jaz na oportunidade de discutir livremente os supostos danos e os remédios propostos; e que o remédio adequado para os maus conselhos são os bons conselhos”.

Poderíamos parar aqui e tudo estaria bem se os bons conselhos tivessem prevalecido antes da última quarta-feira em Curitiba. Se a discussão tivesse ocorrido à exaustão, se a lição de Brandeis tivesse sido compreendida e o bom senso tivesse ocorrido quando da manifestação contra alterações na Previdência Social do estado, não teríamos assistido às terríveis cenas de violência no confronto entre policiais e professores, que deixou feridos de ambos os lados, num momento em que deveria prevalecer a calma e a preparação de quem é profissional, para preservar a integridade física das pessoas.

Houve falta de habilidade desde o início. Ao cercar previamente a Assembleia e insistir na votação do polêmico projeto, Executivo e Legislativo escreveram antecipada-

mente o que aconteceria. Não avaliaram a dimensão das consequências e assumiram o risco do que poderia ocorrer.

Faltou a percepção de sentir que o momento não era o ideal para submeter à votação o projeto de lei, quando os professores não haviam sido convencidos de que sairiam sem prejuízo. Por sua vez, a Assembleia Legislativa, com exceção de alguns deputados, há tempos vem sucumbindo à mediocridade, com uma política de submissão e gananças. Lá há quem responda a processos por desvio de recursos públicos, o que gera descrédito. Recentemente deputados chegaram ao trabalho de camburão, manchando suas histórias e a daquela Casa. A falta de comando ficou evidente, pois a sessão deveria ser suspensa dada a tensão que se via no lado de fora. Ao impedir a entrada da população, a Assembleia voltou-lhe as costas.

Os professores sofrem adversidades na sala de aula e suportam excessos de alunos, tendo de lidar com o comportamento de alguns deles. Penam com a estrutura precária. Agora temem perder seu futuro com a mudança da previdência. É natural que pressionem pelos seus direitos, usem plenamente a liberdade de expressão que lhes deve ser garantida. Contudo, devem cuidar para que uma minoria, que pode ser de estranhos infiltrados, não atue no limite do confronto com a polícia, para impedir o funcionamento de um dos poderes da República e com isso inibir a legitimidade das suas manifestações. Quanto à qualidade dos deputados, os professores podem, como formadores de opinião, colaborar para que, pelo voto, tenhamos melhores representantes para um autêntico Legislativo independente.

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Defensoria e OAB negam prisão de black blocsem confronto

Taiana Bubniak e Rogerio Galindo

¶ A Defensoria Pública do Estado do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil se pronunciaram nesta sexta-feira afirmando que nenhum dos detidos na manifestação desta quarta-feira em Curitiba era black bloc nem portava artefatos perigosos. Segundo as duas instituições, todos os 14 presos durante o confronto eram professores, servidores ou estudantes.

Em entrevistas após o confronto, o governador Beto Richa (PSDB) e integrantes da Polícia Militar anunciaram a prisão de black blocs e apresentaram uma mochila com pedras, paus e coquetéis molotov que teria sido apreendida. No entanto, segundo a Comissão de Direitos Humanos da OAB, a mochila não foi atribuída a nenhum dos detidos nos documentos oficiais de detenção dos manifestantes a que a Ordem teve acesso.

Em nota, o Grupo de Trabalho de Direito Penal da Defensoria Pública do Estado do Paraná disse que, entre os 12 adultos e dois adolescentes detidos na quarta-feira, não havia black blocs. A Defensoria prestou atendimento a todos os manifestantes detidos. "Destaque-se que nenhuma das pessoas detidas foi autuada em virtude da prática de crime de dano ao patrimônio público ou privado, porte de arma ou artefato explosivo, não havendo nenhum indício de que tais manifestantes sejam integrantes de grupos denominados 'black blocs'", diz a nota, assinada pelo defensor público Caio Watkins.

Em entrevista à Gazeta do Povo, o advogado José Carlos Cal Garcia Filho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, afirmou que representantes da Ordem ficaram no 1.º Distrito Policial de Curitiba, para onde foram levados os presos, até perto de meia-noite da quarta-feira, e não tiveram notícia de qualquer apreensão de coquetéis molotov, armas ou artefatos perigosos.

Procurada, a Secretaria de Segurança não se posicionou sobre as notas até o fechamento desta edição.

GAZETA DO POVO

Democracia não se faz na marra

03 MAI 2015

Ninguém pode impor as próprias convicções – ainda que sejam as mais legítimas – pela força

O Paraná se refaz lentamente do choque sofrido na quarta-feira, quando mais de 200 pessoas ficaram feridas após o confronto entre policiais e professores em greve, enquanto dentro da Assembleia Legislativa os deputados estaduais aprovavam o projeto de lei que muda as regras da Parana Previdência. Na quinta-feira, neste mesmo espaço, mostramos a responsabilidade do governo estadual no triste episódio do dia 29 de abril. Mas seria injusto não mostrar que há um outro lado da moeda: o clima de conflito foi construído por grupos dispostos a usar métodos que contrariam a democracia.

Propomos aos professores e demais leitores da **Gazeta do Povo** um exercício retórico: se a Assembleia Legislativa estivesse se preparando para votar um projeto de lei sobre qualquer outro assunto, e um grupo interessado em que esse projeto fosse rejeitado decidisse que usaria todos os meios possíveis, inclusive a possibilidade de invadir o plenário, ou impedir que os deputados se deslocassem até o prédio, como tal ação seria avaliada? O exercício se torna ainda mais interessante se o leitor pensar em um projeto de lei cujo conteúdo seja de seu agrado, ou que seja indubitavelmente nobre ou positivo, embora tenha lá seus oponentes: é lícita ou é condenável uma ação que busque impedir a votação de acontecer?

O exercício testa nossa adesão a uma tese central da democracia: a de que ninguém pode impor as próprias convicções — ainda que sejam as mais legítimas, as mais justas, as mais nobres — pela força, e sim pelas vias institucionais, ainda que estas sejam falhas. A democracia requer saber aceitar as derrotas. Lembremo-nos da campanha das Diretas Já: milhões foram às ruas, mas a Emenda Dante de Oliveira acabou rejeitada. Mesmo com a decepção inicial, abriu-se o caminho para que o Brasil tivesse seu primeiro presidente civil depois de 20 anos de ditadura militar e, em 1989, os cidadãos pudessem votar para presidente pela primeira vez em quase três décadas. Outro exemplo mais recente é o do movimento O Paraná que Queremos, surgido na esteira do escândalo dos Diários Secretos. A sociedade se mobilizou e até houve um trabalho de moralização da política paranaense, mas que ainda não se completou (poucos dias atrás o Conselho de Ética da Alep livrou Nelson Justus de um processo que poderia levá-lo à cassação). Mesmo assim, o movimento gerou sementes de conscientização que, esperamos, frutifiquem no médio e longo prazo.

Voltando a nosso exercício, boa parte dos leitores que condenariam uma ação que buscasse impedir a Assembleia Legislativa de votar um projeto de lei demonstra a compreensão de que, em uma democracia, as ideias não se impõem pela força, mas pelo convencimento, usando as instâncias que a própria democracia nos oferece (ainda que, como dissemos, essas instâncias possam falhar, e falham). Pertencem também a este grupo aqueles professores que, de boa-fé, foram ao Centro Cívico e lá acamparam, esperando com isso sensibilizar os deputados, mas que discordavam de qualquer tentativa de impor sua vontade recorrendo à invasão da Assembleia ou a artifícios para impedir ou interromper a sessão de votação.

Mas, infelizmente, essa mentalidade não estava na mente de certos líderes sindicais presentes no Centro Cívico. De antemão, eles se mostraram dispostos a não aceitar o resultado das deliberações dos representantes do povo, reunidos no Legislativo, e fazer o que fosse possível para que esse resultado não se concretizasse, como mostramos em nosso editorial de quarta-feira. Aqui pode residir uma incoerência: há quem até condene uma ação que impeça a votação de um “bom” projeto de lei, mas a considere legítima quando se trata de algo que ameace seus interesses. Não é assim que a democracia funciona. O credo democrático vale para todas as situações, independentemente do mérito do que está sendo votado ou da nossa opinião sobre o assunto. É por meio das instituições que o jogo democrático é jogado. O caminho institucional torna ilegítimo e antidemocrático qualquer recurso à força para, por exemplo, interromper sessões legislativas ou coagir parlamentares quando se percebe que o resultado final de determinada votação não será o esperado. Por isso, é preciso que aqueles que foram ao Centro Cívico dispostos a ajudar seus líderes a conseguir seu intento, não importando o que fosse necessário para tal, repensem sua atitude e se perguntem se não estarão, lentamente, desenvolvendo uma alma ditatorial.

A violência policial demonstrada na quarta-feira não pode nos cegar para o fato de que aqueles que incentivaram, ao longo do tempo, a postura de confronto com o governo estadual e mostraram-se dispostos inclusive a agir para barrar a sessão da Assembleia Legislativa também precisam ser cobrados; do contrário, eles verão um sinal verde para seguir em frente com a estratégia da intimidação. Bem sabemos que, diante das fortes imagens de professores feridos, esta posição pode soar antipática. Mas quem não compreende a importância de defender a ordem e as instituições em um momento como este não compreendeu nada a respeito da democracia.

Estava escrito nas estrelas

Amão pesada da polícia que investiu contra os professores no Centro Cívico, dia 29 de abril, causou não apenas duas centenas de feridos. A relação de danos ultrapassa qualquer limite. Atingiu a integridade física de manifestantes desarmados e também instituições que deveriam merecer admiração e respeito de toda a sociedade. Atingiu principalmente o estado democrático de direito.

Infelizmente, as cenas dantescas que mereceram destaque e repúdio em 70 idiomas da imprensa mundial já estavam escritas nas estrelas. Voltemos, por exemplo, a 18 de janeiro, quando esta coluna reproduziu o pensamento de oficiais superiores reunidos dias antes na Associação de Defesa dos Policiais Militares do Paraná (Amai).

Naquele encontro, experientes e sensatos profissionais da corporação manifestavam preocupação com os primeiros sinais de que a PM seria contaminada por uma orientação incompatível com a doutrina e as normas mais modernas e civilizadas de segurança pública, pondo em risco a cidadania, o respeito e a integridade da própria tropa (lembre-se de que 20 policiais saíram também feridos e 17 foram detidos por se recusarem a participar da barbárie).

Da reunião se concluiu que a responsabilidade pelos desvios seria do então recém-empossado secretário da Segurança, Fernando Francischini, cuja história de truculência já era de há muito conhecida, tanto durante sua curta passagem como soldado da PM nos anos 90 quanto já como agente da Polícia Federal, no Espírito Santo, no início da década passada. Sobram documentos oficiais que desabonam sua carreira.

“O governador Beto Richa ainda vai se arrepender de ter nomeado Francischini”, advertiam os oficiais da PM. Esclareça-se: o governador não ficou sabendo desta opinião apenas pelo jornal, mas foi pessoalmente alertado para o perigo de a escolha do temível assessor manchar seu governo.

As únicas reações conhecidas de Francischini para se contrapor à opinião dos se-

tores lúcidos da PM foram, num primeiro momento, difundir ofensas ao jornalista e, logo em seguida, enquadrar o presidente da Amai, coronel Elizeo Furquim, numa kafkiana sindicância da Corregedoria.

Desconhecendo todas as evidências e as mais abalizadas opiniões, teimosamente Richa mantém a crença de que tudo não passou de uma obra de arruaceiros e que, portanto, a ação policial foi um ato “natural” de legítima defesa naquele 29 de abril — data que já se inscreveu como vergonhosa na história do Paraná. Não dá sinais de que precisa se desculpar pelos excessos e de demonstrar arrependimento pela escolha do secretário. Demiti-lo seria o gesto mínimo que se esperaria de um político preocupado em deixar pelo menos o nariz fora do lodaçal. Supõe-se que deva ter suas razões para mantê-lo no cargo — assim como mantém o comandante-geral da PM, coronel Kogut, que também considerou “proporcional” e “normal” a ação da tropa.

As perdas e danos são mais abundantes do que o sangue, as lágrimas, as balas de borracha, as bombas e as mordidas de pitbulls que deixaram o Centro Cívico marcado para sempre. A primeira das perdas devasta o resquício de respeito de que ainda gozava o governador, levando com ele o já ralo conceito do deputado Ademir Traiano — condutor mediocre e insensível da sessão que, a despeito da tragédia que se dava lá fora — e que àquela altura parecia ser ainda maior — aprovou as mudanças na Paranaprevidência.

CONTINUA

03 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Protestos surgiram de todos os setores. Da OAB à Igreja, do Ministério Público à Anistia Internacional, de comissões de direitos humanos a associações de imprensa e inúmeras outras organizações nacionais e internacionais. Sobre esta onda de protestos surfaram estudantes, sindicatos e até mesmo os oportunistas de plantão, da oposição e da situação. Surfaram sobretudo os partidos da esquerda radical que literalmente usaram os professores para cometer sandices e provocar policiais que, ainda que a contragosto, cumpriam ordens.

Surfar não foi exatamente o caso dos senadores Roberto Requião (PMDB), Gleisi Hoffmann (PT) e Alvaro Dias (tão tucano quanto Richa) que, cumprindo o papel de representantes do estado, condenaram a violência. Mas não há dúvida de que se beneficiaram politicamente da cena.

Quem também quebrou o silêncio foi o ex-senador Osmar Dias, ao lembrar que na campanha eleitoral de 2010 em que foi vencido por Beto dizia que o adversário não estava preparado para o cargo. O prefeito Gustavo Fruet, que transformou o prédio da prefeitura em hospital de guerra para atender feridos, foi outro beneficiário. Aplaudido pelo gesto, assiste agora ao esfarelamento político dos mais fortes adversários que teria em 2016.

Se os objetivos do governador eram estes, conseguiu.

Paranaprevidência: futuro dos servidores ou presente do governo?

A Paranaprevidência foi criada há 17 anos, quando a previdência estadual estava quebrada. Hoje, tem mais de R\$ 8,5 bilhões em reservas e seu modelo divide os servidores em dois grupos, conforme a idade. Os mais velhos ficaram no regime antigo, pagos pelo Tesouro estadual. Para os demais servidores e todos os novos, foi criado um fundo capitalizado, para o qual o estado e os servidores contribuem mensalmente, formando o patrimônio necessário para pagar suas aposentadorias e pensões.

Ela é blindada juridicamente para evitar a gula governamental. Nenhum governo pode usar, mesmo que temporariamente, os sagrados recursos da Paranaprevidência. O dinheiro que entra não sai para outra finalidade! Mas o dinheiro pode não entrar? Pode, e é o que tem acontecido. A Paranaprevidência deveria ter, hoje, algo em torno de R\$ 15 bilhões. A diferença se deve a pecados atuariais e administrativos cometidos pelo governo atual e pelo governo anterior, que demagogicamente mantiveram alíquotas de contribuição insuficientes, isentaram de contribuição inativos e pensionistas, obrigaram a instituição a aplicar seus recursos somente em títulos públicos através de bancos estatais e, pior, deixaram de repassar contribuições obrigatórias de responsabilidade do estado em vários anos na última década.

Para corrigir essas distorções, o governo, em 2012, transferiu servidores que deveriam ser pagos pelo Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, que paga inativos e pensionistas com dinheiro do Tesouro estadual. O que faz agora? Retorna ao Fundo Previdenciário 33 mil servidores com 73 anos ou mais. Isso alivia o Fundo Financeiro em uns R\$ 140 milhões por mês, e o governo economiza dinheiro. Não é a solução ideal — a solução ideal ficou lá atrás, em 1998, inviabilizada pela falta de visão dos governos posteriores à era Lerner.

Técnica e atuarialmente, a atual proposta é viável? A resposta é sim. Mas abandona-se o financiamento por capitalização, pelo qual haveria recursos para pagar aposentadorias até a morte de todos os servidores do Fundo Previdenciário. No lugar, entra o princípio da solvência atuarial: um determinado número de anos em que haverá recursos para pagar as aposentadorias daquele grupo. No caso, 29 anos, prazo que poderá ser estendido para 31 ou 32 anos com o aporte de R\$ 1 bilhão de novos royalties de Itaipu.

A Paranaprevidência, que 35 anos após sua criação se responsabilizaria pela folha total de inativos e pensionistas, com a nova lei esgotará seus recursos em uns 30 anos. O governo usou dinheiro de longo prazo dos servidores para pagar despesas de curto prazo. Entretanto, contanto que seja aprovada a previdência complementar para os futuros servidores, esse prazo de umas três décadas seria um prazo adequado de transição, porque os novos concursados se aposentariam por um novo regime previdenciário: até o teto do INSS, pelo Fundo Previdenciário da Paranaprevidência; nos salários acima do teto do INSS, pela nova previdência complementar a ser criada.

A única despesa que um governo não tem como deixar de pagar é com aposentadorias e pensões, porque não dá para demitir aposentados e pensionistas. Todas as outras — salários, saúde, educação etc. — vêm depois de garantir as aposentadorias e pensões. Por isso, a Paranaprevidência sempre será o principal instrumento de equilíbrio financeiro do estado. Sem ela, o “desgoverno” estadual não teria alternativa hoje.

A maior conta que os governos têm é com pessoal. Quando se contrata um servidor, esse é um contrato de 65 anos: 35 de serviço e uns 30 de aposentadoria. Os governadores fazem essa conta? Hoje, no Brasil, só nascem governantes com visão do mandato, e não estadistas com visão da posteridade. Na falta destes, fico feliz ao ver os servidores lutarem tão ferozmente por seu maior patrimônio, que é a previdência.

Renato Follador é especialista em previdência.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

03 MAI 2015

Praça de guerra no Centro Cívico 1

Uma crueldade foi praticada contra os professores paranaenses. Nós, como Igreja, repudiamos todo e qualquer tipo de violência (*Gazeta*, 30/4). Como arcebispo de Maringá, conclamo o povo de Deus a rezar pelas vítimas, mas também a se manifestar por uma cultura de paz, uma cultura em prol da vida. Com que ânimo os nossos mestres vão voltar às salas de aula? Nosso pedido é que o governo do estado e os deputados estaduais peçam perdão aos professores e revejam a decisão tomada que afeta o regime próprio dos servidores estaduais.

Dom Anuar Battisti, arcebispo de Maringá – PR

Praça de guerra no Centro Cívico 2

Nada justifica o comportamento excessivo da Polícia Militar no Centro Cívico. E nada justifica o governo do Paraná e a Assembleia Legislativa imporem de maneira atropelada a aprovação de uma lei tão controversa – a mudança da previdência dos servidores. Como irão governar ao longo de quase quatro anos mais sem nenhum suporte popular? Somos hoje um estado que envergonha o país.

Clóvis Borges

Praça de guerra no Centro Cívico 3

Realmente foi absurda e desastrosa a ação da última quarta-feira (29) do governo do Paraná contra os manifestantes. Professores e demais servidores – acreditando na democracia – saíram para protestarem por algo justo. Foi um massacre desproporcional e desumano. Imagens desse lamentável episódio correram o mundo. As cenas ficaram marcadas na história política deste estado. Com certeza, futuramente, os paranaenses darão resposta nas urnas aos responsáveis por tudo o que ocorreu no Centro Cívico.

Jesus de Deus da Silva, Matinhos – PR

Praça de guerra no Centro Cívico 4

Tal como em Baltimore, nos Estados Unidos, a manifestação dos professores e servidores passou dos limites. Uma coisa é protestar; outra é provocar os policiais para, na sequência, se passar por vítimas. Parece conflito com torcida organizada em campo de futebol. Por pior que seja preparada a polícia, nunca vi situação alguma em que ela saiu agredindo sem mais nem menos. Uma coisa é ser a favor ou contra o projeto. Outra é dar ou não razão ao comportamento de policiais que são literalmente provocados, agredidos e, a partir daí, revidam.

Nelson Luís Trela

FRASES

“Não tem comparação (com a repressão da PM a professores em 1988). Hoje, é muito mais grave. A reação da Polícia Militar foi desproporcional.”

Alvaro Dias (PSDB), senador.

“Temos de reconhecer como legítimas as reivindicações de todos os segmentos sociais. Temos de fazer isso sem violência e sem repressão.”

Dilma Rousseff (PT), presidente da República.

“A medida que esses radicais, baderneiros foram para cima dos policiais, houve uma reação natural, até em proteção à própria vida e à integridade física.”

Beto Richa (PSDB), governador do Paraná, ao ser questionado sobre a ação da Polícia Militar contra manifestantes no Centro Cívico durante a votação da reforma da previdência estadual.

FRASE

“Não dá para dizer que representamos o povo num momento como este. Não sei se algum deputado vai para casa com a alma tranquila. Eu não vou. É o pior conflito da história do Paraná.”

Rafael Veneri (PT), deputado estadual, sobre a repressão da PM a manifestantes durante a votação do projeto de reforma da Previdência/Garcia.

04 MAI 2013

GAZETA DO POVO

Após confrontos, base pressiona Richa a demitir secretários

Titular da Educação, Fernando Xavier Ferreira, é visto pelos deputados como o principal nome a ser substituído

Rogério Waldrigues Galindo

Os deputados que dão sustentação ao governo Beto Richa (PSDB) na Assembleia estão fazendo forte pressão para que o secretário de Educação, Fernando Xavier Ferreira, seja demitido do cargo. Na base do governo, ele é visto como um dos responsáveis pelo acirramento do clima entre o Palácio Iguacu e os professores, que culminou na última quarta-feira com um confronto no Centro Cívico — foram 213 feridos depois do uso de balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e cães policiais.

Embora o protesto dos professores na quarta-feira tivesse mais relação com a reforma da previdência — aprovada pelos deputados a pedido do governo — do que com a pasta da Educação, a visão dos deputados é de que Ferreira errou em vários momentos na condução da greve dos professores. Antes de mais nada, por ter sugerido vários cortes de direitos dos trabalhadores na primeira versão do pacote de ajuste fiscal, em

fevereiro — os trechos foram depois retirados na segunda versão do pacote, aprovada na semana passada.

“Ele é difícil de conversar, não tem diálogo. E não é da área de educação”, diz um dos deputados descontentes. “É um bolha”, resume outro. Para os deputados, Ferreira não tem condições de gerir a secretaria. “Ele vem da iniciativa privada, é um excelente gestor. Mas quer aplicar no governo estratégias agressivas dos lugares por onde passou, cortando gastos de todo jeito. E sem dialogar. Não dá”, diz um parlamentar.

Neste fim de semana, o próprio presidente estadual do PSDB, deputado federal Valdir Rossoni, usou o Facebook para pedir a cabeça de Ferreira. “O secretário da Educação está fora do contexto da pasta. É um ótimo técnico, seria muito útil em outra área, mas não está preparado para a área da Educação”, disse.

Rossoni, no mesmo post, também admitiu o uso de força excessiva e desproporcional por parte da polícia na contenção dos manifestantes na quarta-feira e disse que todos os “responsáveis pelas atitudes desmedidas, pelos desmandos, pelos exageros” devem ser exonerados ou “pedir para sair”. Em nenhum momento, porém, disse o nome do secretário da Segurança Pública, Fernando Francischini.

Comandante das polícias, Francischini deixou de se pronunciar publicamente desde o confronto de quarta-feira. Entre os deputados estaduais, a impressão é de que a chance de ele cair é menor do que a de Ferreira. Mas isso não quer dizer que a sua permanência no posto esteja garantida.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Paranaprevidência

"Interessante" a ideia do governo do Paraná de patrocinar os investimentos do estado com o dinheiro do fundo de pensão dos servidores (**Gazeta**, 30/4). Mais uma vez a história se repete. Se não tivessem quebrado antigos fundos, como o Instituto de Previdência do Paraná (IPE), com certeza, não teria sido necessário criar a Paranaprevidência e nem a dificuldade em pagar inativos existiria. Gerações após gerações dos políticos cometem o mesmo erro: não planejam o futuro e empurram com a barriga o problema para o próximo ocupante do cargo.

Marcelo Rocha

Praça de guerra no Centro Cívico 1

O Centro Cívico de Curitiba foi palco da tarde mais sombria que já vimos no estado do Paraná na última quarta-feira (29). As cenas protagonizadas naquele espaço, onde se encontram os prédios dos poderes constituídos, são profundamente lamentáveis e apontam para a insensatez de um governo incapaz de dialogar de forma ampla – como é de se esperar dentro de um regime democrático (**Gazeta**, 30/4). A ação desproporcional e truculenta por parte das forças de segurança deve ser repudiada por toda a sociedade. Demonstra o desequilíbrio e insensibilidade por parte de quem as comanda.

Fábio Mauricio Holzmann Maia

Paranaprevidência 1

"O correto é guardar a lista dos deputados que votaram a favor da mudança na previdência dos servidores. Será preciso publicá-la nas próximas eleições, para que eles não sejam mais eleitos."

Nelson Rossa Moraes, via Facebook, na matéria "Previdência é dor de cabeça antiga para o estado".

Paranaprevidência 2

"Esses deputados não podem receber votos. E parabéns aos professores, pois eles estão atentos ao que acontece. Deveríamos fiscalizar sempre e tentar evitar essas medidas que só nos atrapalham."

Vilson Müller Junior, via Facebook.

Praça de Guerra no Centro Cívico 1

"Vivemos em um regime democrático e essa foi apenas uma demonstração do que o Estado, com seu aparato policial, pode fazer contra pessoas que reivindicam seus direitos. Eram professores, sim, aqueles que educam seus filhos. Vamos usar o que temos de melhor para mudar isso, o voto."

Helton Carlos, via Facebook.

Praça de Guerra no Centro Cívico 2

"Os dois lados erraram. Os professores que queriam invadir a Assembleia e repetir o que fizeram em fevereiro; e os policiais que usaram cães e deram cacetadas até em quem estava caído. Ninguém tem razão nessa história. É minha opinião."

Lourival Marques, via Facebook.

04 MAI 2015

Praça de guerra no Centro Cívico 2

As pessoas ficaram tão cegas pelo ódio e não percebem que estão sendo manipuladas por sindicalistas. Esses somente sabem reivindicar com violência, depredação e agressão ao Estado de Direito. Enquanto isso, os alunos – as verdadeiras vítimas – ficam ameaçados de perder o ano letivo; e a Polícia Militar teve a imagem arranhada por fazer seu trabalho e até mesmo se defender de ataques de militantes infiltrados. Quanta diferença das manifestações contra a corrupção.

André Renato Wengliarek

Praça de guerra no Centro Cívico 3

Sou funcionária pública, mas antes de tudo sou mãe. Fiquei pensando no medo que aquelas crianças de um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) próximo passaram. O governador diz que foram pessoas infiltradas que provocaram a confusão, mas eu só vi professores e funcionários apanhando como se fossem bandidos. Parabéns aos professores, pois mostraram que não podemos nos calar frente à injustiça.

Valdirene Gandoifo Parolin

AGENDA

Força - A Comissão de Constituição e Justiça do Senado sabatina Luiz Edson Fachin, indicado por Dilma Rousseff para uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA



'Dia da Covardia'

OPINIÃO DO LEITOR

O 29 de abril de 2015 via ficar marcado como o Dia da Vergonha, da Covardia e da falta de respeito com os professores e servidores do Paraná. Assisti atônita ao massacre no Centro Cívico. Vivemos numa democracia? Os representantes escolhidos por nós (o povo) estão nos representando dignamente e defendendo nossos interesses? A sensação que tive foi de indignação e de impotência diante de um governo ditador que não soube e nem quis ouvir seus servidores e que garantiu através do uso da força seus interesses, em detrimento da vontade, do bem-estar e de um futuro melhor para o povo. Parabéns aos professores (cidadãos de bem, trabalhadores, idealizadores de um Brasil melhor e mais justo) que bravamente defenderam sua categoria e que ingenuamente acreditaram que haveria uma sensibilização por parte do governo e dos parlamentares no sentido de desistir desse projeto. Vinte parlamentares votaram contra o projeto e demonstraram a consciência do absurdo que estava sendo imposto aos servidores do Paraná (a esses minha admiração pela atitude e pela hombridade), porém 31 deles votaram a favor do projeto e dos interesses do governo! Dia 29 de abril de 2015, um dia que ficará marcado na história do Paraná, para sempre, como um dia de dor e de tristeza! Estou em luto pela educação e pelos servidores do Paraná.

BRUNA MARIA DE MORAES NORCIA (médica) – Londrina

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP vai investigar excessos em manifestação

Promotores falam em concluir processo em 30 dias;
Anistia Internacional

cobra que autoridades assumam responsabilidades pelas agressões

66

Temos que reconhecer que a atuação policial fugiu do padrão de resultados”, diz procurador

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O Ministério Público do Paraná (MP) anunciou ontem que abriu uma investigação para apurar responsabilidades por eventuais excessos na repressão à manifestação realizada na tarde da última quarta-feira, que deixou ao menos 200 feridos no Centro Cívico, em Curitiba. A expectativa é de que em até 30 dias o procedimento seja concluído, mas os promotores e procuradores do órgão esperam que a apuração possa caminhar mais rapidamente para poder dar uma resposta à sociedade.

Para tanto, inclusive, os promotores solicitaram que qualquer vídeo ou imagem da confusão seja enviado por meio do email denuncias29deabril@mppr.mp.br. Além disso, desde ontem o MP está ouvindo os envolvidos na manifestação. Em

princípio professores e servidores, que estão se encaminhando até o órgão na capital e no interior (pelo menos 20 prestaram depoimentos nesta quinta em Curitiba). “Quanto mais rápido tivermos um panorama do que aconteceu e a contribuição da imprensa e da sociedade é fundamental, por isso gostaríamos que nos ajudassem”, ressaltou o procurador Eliezer Gomes da Silva.

Além dele também vão coordenar as investigações os promotores Paulo Markowicz de Lima e Maurício Cirino dos Santos. Segundo Eliezer, ainda é muito cedo para fazer qualquer tipo de análise, mas que existem indícios de que houve provavelmente algum excesso. “Temos que reconhecer que a atuação policial fugiu do padrão de resultados inclusive experimentados aqui no Paraná em outras manifestações mais recentes”, disse.

Ao final das apurações, o MP pode denunciar criminalmente e civilmente os envolvidos na confusão generalizada, seja individualmente ou coletivamente. De acordo com o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacóia, “a reprodução dos fatos para fins de responsabilização não tem lado”, e que os envolvidos deverão ser responsabilizados. “O MP vai promover uma investigação imparcial, por isso todos os elementos de prova são bem-vindos. Se também houver policiais com ferimentos e que queiram prestar informações, a investigação está aberta e em andamento”, destacou Giacóia.

CONTINUA

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional Brasil divulgou ontem um comunicado cobrando que as autoridades paranaenses assumam a responsabilidade pela violência contra os professores durante os protestos de quarta-feira. "É fundamental que a violência de ontem (quarta) seja investigada, de forma célere e independente, e que as autoridades do alto escalão também sejam responsabilizadas pelo que ocorreu. A polícia não age por conta própria e as falas das autoridades mostram que para o governo a ação policial foi adequada", afirmou Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional Brasil.

DEFENSORIA

O Grupo de Trabalho de Direito Penal da Defensoria Pública do Estado do Paraná afirmou ontem, em nota oficial, que na manifestação de quarta-feira foram detidos 14 manifestantes: 12 adultos e 2 adolescentes. Todos foram encaminhados para o 1º Distrito Policial e a Delegacia do Adolescente, sob a supervisão de membros da Defensoria Pública, que acompanharam todo o procedimento de autuação em relação às pessoas que não tinham advogado particular constituído. "Entre os manifestantes presos havia apenas professores, servidores e estudantes, que foram acusados da suposta prática dos delitos de resistência, desacato e da contravenção penal de perturbação do trabalho ou sossego alheio. Todos foram ouvidos e, em seguida, liberados, mediante termo de comparecimento a atos processuais futuros", disse a nota.

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Alvaro alfineta

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) não escapou dos questionamentos em redes sociais sobre um posicionamento acerca do embate entre a Polícia Militar e servidores estaduais do Paraná, anteontem. A um jornalista de São Paulo ao se pronunciar após as cenas de guerra, o senador respondeu que não concorda com o modelo de mudança proposto no Paraná e classifica a retirada de recursos de Fundo Previdenciário como apropriação indébita. Também não poupa o governador, do mesmo partido, ao dizer que "modelo federal que desorganiza as finanças públicas do país chega a alguns Estados e lamentavelmente ao Paraná". Sobre o ataque da PM a professores, diz que lamenta profundamente "e sei que não há ninguém que possa concordar com ela".

'Sem comparação'

O senador Alvaro Dias é frequentemente lembrado pelo episódio em que, quando era governador do Paraná, lançou a cavalaria da PM contra professores que acampavam em Curitiba durante greve por melhores salários. A data, 30 de agosto de 1988, é lembrada pelos educadores até hoje. Ontem, entretanto, em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo", Alvaro diz que não há comparações entre o ocorrido naquele ano e o do dia 29 de abril de 2015. Segundo ele, o que houve anteontem foi muito mais grave. "A reação da polícia Militar foi desproporcional", afirmou.

Sindicato aguarda decisão de recurso

Curitiba - A APP Sindicato afirmou que ainda não teve retorno do recurso contra a decisão judicial concedida pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) a favor do governo do Estado que considerou a greve irregular e determinou o retorno dos professores estaduais e universitários às salas de aula. Ontem ainda, o sindicato teve uma reunião na sede da APP, em Curitiba, com o deputado federal e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS). Também participaram os deputados federais Christiane Yared (PTN-PR) e Aliel Machado (PC do B-PR) e os deputados estaduais Tadeu Veneri (PT) e Professor Lemos (PT). Nessa reunião foi formado um Comitê Paranaense de Direitos Humanos que ainda vai decidir as ações que serão tomadas.

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LOIZ GERALDO MAZZA

Despreparo geral

Episódios de violência como os de anteontem não se reproduziram na contenção de novas manifestações ontem no Centro Cívico, embora tivesse alcançado um momento de tensão. Resumo: despreparo do governo e de sua polícia que, afinal, deveria ter um melhor adestramento para conflitos de massa, tantas as vezes em que foi chamada a intervir.

A parte não comprometida da sociedade, e com ela o Ministério Público mais a OAB e a Arquidiocese, destacaram a óbvia e covarde desproporção de força entre os litigantes, o que torna a repressão com viés fascista numa espécie de culto da violência pela violência, alinhamento que um grupo de policiais da academia vinha acentuando que tal ocorreria com o modus operandi de Franceschini. Com a hipótese, bastante provável, de a mudança na Paranaprevidência não ser aceita pelo Ministério da Previdência Social e negado o registro de regularidade torna o drama vivido, com desgaste dos dois lados, um desperdício de energia.

O Judiciário tem agora a cumprir as medidas que adotou ao declarar a greve abusiva: multar a APP Sindicato nos termos da advertência feita, exigir a volta às aulas e isso imediatamente, ou então, na hipótese de sustentação da parede, encará-la como "resistência civil" e aplicar a lei. Não pegaria bem o Judiciário enquadrar-se como o Executivo e o Legislativo como despreparado.

Consequências políticas imediatas: a reação até internacional - isso sem falar nos órgãos de proteção interna dos direitos humanos, o governador fazendo algo que o seu colega de São Paulo, embora a persistência da greve professoral, se recusa e revelando um facies que nem seu adversário máximo, o PT, faz diante das agitações populares gigantescas no País. Endireitou politicamente, mas não na perspectiva fiscal com o avanço no capital do fundo de pensão já que não tem a mínima vocação para a austeridade. Teme-se, inclusive, que com essa folga momentânea nas contas volte à velha compulsão do primeiro mandato na curtição de um clima de lua de mel com o poder e gastos incontroláveis em progressão geométrica de uma receita que cresce aritmeticamente.

02 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

'Menos bala e mais giz'

De preto, milhares de professores e servidores fazem ato conjunto com centrais sindicais no Centro Cívico em repúdio à violência da PM no histórico 29 de abril

Andréa Bertoldi

Reportagem Local

Curitiba – O feriado do Dia do Trabalho foi marcado ontem por manifestações nas principais cidades do Estado em repúdio à violência empregada na última quarta-feira pela Polícia Militar contra os professores e servidores estaduais no Centro Cívico, em Curitiba. E o cenário da guerra que chocou o País foi o palco da principal manifestação realizada no 1º de maio, liderada pela APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As duas entidades fizeram um ato conjunto na manhã de ontem na Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico, onde ficam as sedes do Palácio Iguazu e da Assembleia Legislativa (AL).

Inicialmente, os manifestantes se concentraram na Praça 19 de Dezembro, a algumas quadras dali, e a maioria das pessoas vestia preto como forma de luto pelo histórico confronto de 29 de abril, ocorrido durante a aprovação das mudanças na Parana Previdência na AL. Segundo os organizadores do movimento, o protesto de ontem reuniu 5 mil pessoas. Já a Polícia Militar contabilizou 3 mil manifestantes.

Por volta das 11 horas, os sindicalistas iniciaram uma caminhada até o Palácio Iguazu. A principal bandeira do ato foi contra a violência que os professores sofreram du-

rante esta última semana durante os protestos. Cruzes com fotos dos deputados de que votaram a favor das mudanças na previdência estadual, do governador Beto Richa e do secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini, foram carregadas no protesto. Outra reivindicação de ontem também foi a oposição ao projeto de lei da terceirização. Antes de iniciar a caminhada, os manifestantes gritaram o nome de todos os políticos que tinham as fotos nas cruzes.

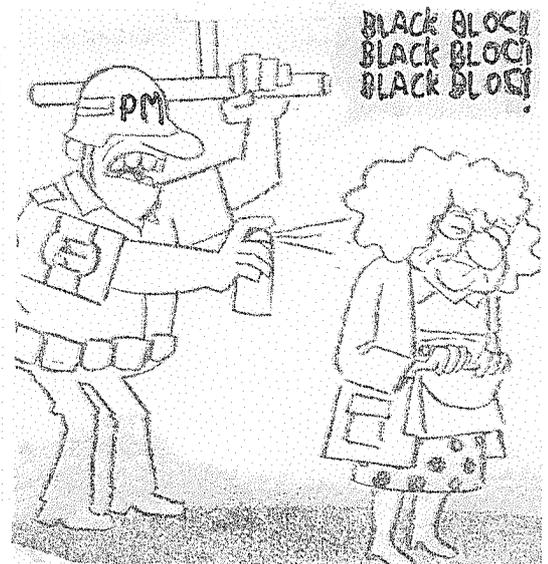
Durante o ato, que teve a presença de poucos policiais, foi utilizado um carro de som da CUT. Ao longo da passeata as palavras de ordem mais ouvidas foram "Fora, Beto Richa!" E questionaram por que não havia necessidade de polícia ontem. Quando os manifestantes chegaram à sede do Palácio Iguazu, desceram as bandeiras do Brasil e do Paraná a meio mastro. A água do chafariz em frente ao palácio foi tingida de corante vermelho em alusão à violência que foi empregada para conter os protestos. Os professores também usavam um adesivo preto colocado no corpo e nas cruzes que dizia "Menos bala, mais giz. Somos todos professores". Alguns docentes também carregavam flores como uma forma de fazer o velório da educação, já que um caixa de Beto Richa foi colocado em frente ao Palácio Iguazu. Também foram posiciona-

das faixas em frente à Assembleia Legislativa. Uma delas dizia que "Covardia tem nome e sobrenome – Fernando Francischini".

ADESAO

Políticos de oposição ao governo, grupos de estudantes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da marcha mundial das mulheres também participaram do ato. A candidata à presidência da República pelo PSOL ano passado, Luciana Genro, foi outra que compareceu para prestar solidariedade aos sindicalistas. O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) disse que a oposição vai questionar judicialmente as mudanças na previdência estadual à luz da Constituição Federal. E o diretor de assuntos jurídicos da APP, Mario Sergio de Souza, afirmou que a tendência é aprovar a continuidade da greve na assembleia do dia 5 de maio.

TRUCULÊNCIA



03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

Educação no Brasil: o futuro roubado

O discurso a favor da educação é pauta de todas as eleições, como opção de pessoas inteligentes comprometidas com a justiça social e o progresso do País. Na prática, o que se vê é que tudo não passa de conversa fiada, retórica vazia de gente que só quer se eleger, mas é incapaz de projetar um país além do seu mandato, o que demonstra a pobreza de mentalidade que povoa boa parte dos políticos.

O Brasil nunca deu importância à educação e muito menos valorizou seus professores, sempre os viu como incômodos quando não supérfluos.

Se alguém quer ser respeitado por aqui, tem que ostentar e participar das redes de poder, que tudo transforma em balcão de negócios.

A educação no Brasil continua a ser vista como custo e, por isso, é postergada indefinidamente, pois os frutos do conhecimento geralmente não são colhidos por quem os planta.

Predomina a cultura do imediatismo e do individualismo: a primeira transforma as pessoas em cigarras incapazes de perceber o amanhã e de projetar o futuro, pois este impõe sacrifícios que não querem ser assumidos. Já a segunda, o individualismo, pensa a educação de forma seletiva, para poucos, reduzindo-a a uma elite que pode pagar, eternizando o status quo e facilitando a dominação.

Se a marca do Brasil é a desigualdade econômica e social, seu alicerce está plantado na desigualdade educacional.

Temos muito a aprender com o sucesso dos países asiáticos que - de nações pobres e sem perspectiva - a partir dos anos de 1970, deram

saltos de desenvolvimento impressionantes.

O segredo do sucesso asiático foi a seriedade com que passaram a tratar a educação pública, começando pela valorização dos professores, que independentemente do governo, nunca se recuou desse compromisso.

Ao renegar a educação, deixando-a em segundo plano, está-se a cometer um verdadeiro crime intergeracional, em que a atual geração condena as que estão por vir, sem que estas possam sequer se defender.

Ao não assegurar educação pública de qualidade, valorizando os professores e garantindo a infraestrutura adequada, impedimos o desenvolvimento das competências e potencialidades de nossas crianças e jovens, roubando-lhes o futuro, eliminando a única possibilidade que a maioria deles têm de ascender socialmente.

O Paraná é tristemente exemplo da miopia em relação ao futuro. Querem pagar as iniquidades administrativas com o sacrifício de nossos jovens, roubando-lhes o amanhã, tratando professor como baderneiro e delinquente,

eliminando direitos, dentro de uma realidade já tão precária e desprestigiada, que expulsa talentos desmotivados por tamanho desprezo.

Enquanto a educação continuar a ser vista como custo e professor como supérfluo, continuaremos condenados a ser uma nação subdesenvolvida, conhecida apenas pelo país do carnaval e do futebol.

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS
é professor na Universidade
Estadual de Londrina

66

*Enquanto a
educação continuar
a ser vista como
custo e professor
como supérfluo,
continuaremos
condenados a ser
uma nação
subdesenvolvida*

03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Educação sentimental

A semana do Paraná entre dois abismos: um de beleza, outro de truculência

Renato Forin Jr.
Especial para a FOLHA

“De vez em quando, Deus me tira a poesia / Olho pedra, vejo pedra mesmo” Lembro Adélia Prado, aquela minetra senhora, professora por mais de duas décadas, ensinando gente a ver além dos rochedos. Lembro outra senhora, baiana, cantando o poder de um dom que Deus lhe deu: “as pedras do que sou, dilui / E eleva em nuvens de poeira / Mesmo que, às vezes, eu não queira / Me faz sempre ser o que sou e fui”. Tão professora quanto a primeira, esta também nos faz olhar além.

No sábado retrasado, teve show de Maria Bethânia em Curitiba, terra bem menos quente que Minas e Bahia. Público concentrado, silencioso, atento, atônito pela beleza de “Abracar e Agradecer” - este é o nome do espetáculo comemorativo dos seus 50 anos. Entre luzes várias, no céu, na terra (salve Bia Lessa), a ventania e o ouro da intérprete que transforma pedra em ouro, em nuvens. Flechas poéticas sobrevoam, atingem. Roteiro amarradíssimo que percorre os temas essenciais de uma artista madura: a reflexão sobre o gesto artístico (a can-

ção, o teatro, mentiras reais); os amores delicados, ardentes, doridos; o protesto; a fé sem cor e sem nome; um projeto de Brasil que recorre à essência do negro, do índio, do matuto. Aqueles que, na rocha, veem Deus e, qual o poeta, brincam as pedrinhas no degrau da porta da casa. Como se cada pedra fosse todo o universo. O interior do interior.

Já conhecemos a dimensão do talento, a profundidade da voz, a habilidade cênica, a inteligência arguta de Maria Bethânia. Filha dileta de Mário de Andrade e Mãe Maria de todos nós, a semear lendas que a gente aprende e ensina. Pois é preciso aprender a aprender e ensinar a ensinar. Coisa de professor. Tão bom comemorar meio século desta trajetória, tão bom ser contemporânea a uma artista eterna. “Abracar e Agradecer” é para celebrar e para, nós também, dirigirmos a ela a grauidão pela carreira sem concessões. O Brasil seria bem menor e desmemoriado sem ela. Através de sua voz, ele é mais bonito e menos pétreo. Vem à memória Manoel de Barros: “as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras

do mundo. Justo pelo motivo da intimidade”.

Na mesma semana do show de Bethânia. Penso nas pedras do meu quintal e na quinta-feira elas parecem feias, disformes, lodo-sas. Da vergonha. E o pior: olho pedra, vejo pedra mesmo. Falo do quintal de araucária e gralha-azul, tomado por carcarás. Pois a história roda, repete-se e, por instantes, a gente parece não ter aprendido nada com o regime de exceção e com o grilo de artistas como Maria Bethânia. No antes e no agora, a democracia rui. Poucas horas separam o lume poético do show de Bethânia do massacre despótico a professores da rede pública empreendido por policiais, a mando do governo do Paraná. Não, não quero misturar os assuntos, mas a proximidade dos eventos e o abismo que distancia esses dois brasis são por demais fortes simbolicamente para eu não me abalar.

No mesmo quintal de Curitiba, ataques noturnos a manifestantes em vigília e, à luz do dia, bombas de efeito mortal, rasantes de helicóptero, cães raivosos, jatos d'água, balas de borracha contra militantes da educação.

CONTINUA

03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A reivindicação: O óbvio direito de não ter a previdência extirpada pelo Estado. O resultado? Quase duas centenas de manifestantes feridos num ataque à democracia e à educação que ficará marcado na história do País. Professores e artistas sempre incomodaram muito, sabemos. Pedra-no sapato. Mas resistem, fortes, bravos, feito rocha (ou água que a atravessa).

Essa semana sombria vai passar, ao contrário da luta diária dos mestres, ao contrário dos saberes semeados na terra fértil das crianças, ao contrário do legado dos artistas. Maria Bethânia e seu irmão Caetano Veloso foram educados em uma escola pública do Recôncavo Baiano Interior do interior. Ela, sempre que pode, nos palcos e fora dele, reitera a sua crença no poder alquímico dos pro-

fessores. Gente que faz a gente ver além da dureza das pedras. "Quanto mais a gente ensina, mais aprende o que ensinou", canta. E cantou no sábado: "O meu contentamento sai de mim com voz de mágoa / Mas se eu canto a dor que existe / E que sei que, lá no fundo, / todo canto, mesmo triste, / Ameniza a dor do mundo".

A gente quer – e precisa – abraçar e agradecer os professores do Paraná.

03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Pressa comprometeu debate sobre Paranaprevidência

Especialista tranquiliza servidores quanto a eventual falta de pagamentos com as mudanças

Edson Ferreira
Reportagem Local

Já sancionada pelo governador, Beto Richa (PS-DB), a lei que mexe na forma de custeio da Paranaprevidência começou a tramitar na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná em fevereiro. Mesmo com as alterações no projeto original, o governo conseguiu concretizar em três meses transferência de 33,5 mil servidores inativos com 73 anos ou mais, que estão atualmente no Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário e reduziu em R\$ 125 milhões por mês os gastos do Tesouro com o pagamento dos beneficiários. “Não se trata algo tão importante, que mexe com o futuro do trabalhador, em tempo tão reduzido. Previdência é assunto de longuíssimo prazo”, criticou o professor de Direito Previdenciário e Processo Civil da Unopar, Paul Kelter.

Para justificar a medida, Beto afirma que o pagamento dos servidores está garantido e não há risco de atrasos ou falta de dinheiro no futuro. Pelo projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná na última quarta-

feira, enquanto a Polícia Militar (PM) reprimia violentamente os manifestantes contrários à proposta, o governo se compromete a aportar R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário, caso os royalties de Itaipu não sejam suficientes a partir de 2021. Segundo a assessoria de imprensa da Paranaprevidência, “não há qualquer mudança nos planos de benefícios dos servidores civis e militares aposentados e pensionistas que continuarão recebendo os proventos da mesma forma como é feito hoje” e “na prática nada mudará no seu dia a dia”.

Paul Kelter concorda com a justificativa da administração. “Realmente é um erro dizer que não haverá aposentadorias para os servidores no futuro, pois seja pagando do fundo ou do próprio bolso, o governo terá que pagar. Mas o problema é que vão antecipar muito o deficit do fundo que hoje é superavitário e que vai triplicar as suas obrigações.” O Fundo Previdenciário, hoje com R\$ 8,5 bilhões em caixa, pagava cerca de 14 mil aposentados e, com a mudança feita pelo governador, passará a bancar 47 mil aposentadorias. “Existem grandes especialistas no Paraná sobre cál-

culo atuarial que poderiam ter sido chamados para ajudar nesse debate”, disse Kelter.

Segundo o especialista, “o que está sendo feito com a Paranaprevidência é uma política do governo e não de Estado, é uma solução para o caixa hoje, que vai fazer sobrar bastante dinheiro para investimentos, mas que deveria ser melhor explicada quanto aos impactos futuros”.

Após a votação de primeiro turno, o deputado estadual Cobra Repórter (PSC), um dos 31 parlamentares que cancelaram a proposta de Beto Richa, afirmou que se não votar com o governo “esse cara (o governador) não me dá nada, nem um papel de bala”. Essa dependência política pode ser apontada como outro agravante para o debate sobre as mudanças na Paranaprevidência. “Penso que muitos dos deputados que votaram a favor não saberiam explicar quais mudanças estavam aprovando”, analisou o professor, sem citar nomes.

CONTINUA

03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

ENTENDA

Criada há 17 anos, a Parana Previdência é formada atualmente por três fundos: o previdenciário, o financeiro e o militar

Em 1998, com 74 mil beneficiários, foi criada a Parana Previdência com dois fundos: financeiro e previdenciário

Para garantir a sustentação do caixa naquele momento foram antecipados os royalties de Itaipu, em valores que correspondem até 2020

As alíquotas eram de 10% para todos, servidores ativos e inativos e Executivo. Para quem ganhava acima do teto do INSS, havia uma cobrança de 14% sobre o excedente

Em 2003, foi retirada dos inativos obrigatoriedade de contribuição

De acordo com o Palácio Iguaçu, aportes previstos pela legislação não foram feitos ao longo dos anos

Em 2012, foi criado o fundo militar. O fundo financeiro passou a ser bancado pelo Tesouro do Estado, para quitar o débito acumulado de R\$ 6 bilhões pela falta de aportes

No último mês de abril, foi implantada a cobrança de 11% sobre os benefícios dos inativos e pensionistas que ultrapassarem o teto do INSS, hoje em R\$ 4.663,75



O projeto de lei do Executivo, retirado de pauta pelo governo em fevereiro, previa a transferência de todos os inativos do fundo financeiro para o previdenciário, o que daria uma redução de gastos de R\$ 300 milhões ao mês para o Tesouro

Depois das alterações, o projeto aprovado e já sancionado por Beto Richa (PSDB) reduziu o número de servidores atingidos para 33,5 mil (incluindo outros Poderes), reduzindo em R\$ 125 milhões por mês os gastos do Tesouro com a Parana Previdência

O governo estadual alega capacidade do fundo previdenciário, hoje com R\$ 8,5 bilhões em caixa, para pagar os aposentados por 29 anos

O Estado justifica que também irá depositar, entre 2030 e 2050, 1% do valor da folha de pagamento para capitalização do sistema previdenciário

03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Sequelas possíveis

Reflexões e especulações que se seguiram ao bogotazo de Beto Richa buscaram ver as consequências mediatas e imediatas de caráter político do tema: é ainda prematura uma avaliação pelo fato de que não são visíveis a totalidade do trauma e sua migração pelas bases capilares das redes sociais. Até uma imagem da Guernica (e o registro trocadilhesco de Guernica) de Picasso numa colagem com o Centro Cívico foi imaginada. Exagero, é claro, mas com forte mensagem condenatória, aceitável como pedagógica.

O fato de o garrote vil da Polícia Militar ter alcançado tanta gente, muito mais do que os 200 e poucos feridos, é indicador de que há ainda muita dor e sofrimento represados para uma retaliação. A ida de secundaristas ao Centro Cívico na quinta-feira para um protesto é a parte visível do "iceberg" que pode contemplar novas e frequentes articulações nessa direção por parte de sindicatos e movimentos sociais.

A quadra é nada favorável ao governo para a reversão tanto no front dessa relação com funcionários públicos, espoliados em seu fundo de pensão, como na própria estratégia do ajuste fiscal, mesmo com as comemorações precipitadas no sucesso legislativo. Para fechar a folha de pagamento de abril foi uma luta na coleta de recursos como sempre e que se tornará com a sanção da lei que mexe na Parana previdência mais tranquila se não houver o acidente de percurso bem possível do veto ministerial.

O Fórum dos Servidores Estaduais quer criar um sistema de vigilância dos gastos governamentais em função da "pedalada" para ver se não crescem os abusos das nomeações e dispêndios mordômicos. Pode ser que essa atalaia se torne num dos avanços específicos da participação cidadã com olho firme em gastos supérfluos, a publicidade, indispensável à virada imaginada.

01 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Lições de selvageria



Enquanto os professores se permitirem representar por partidos sem voto – aqueles que dependem do caos para triunfar – sua reivindicação por condições melhores de trabalho e de vida servirá como instrumento para que aqueles oportunistas exercitem sua truculência liberticida.

Recentes conflitos envolvendo professores em São Paulo e no Paraná revelam uma estratégia comum entre os sindicatos dessa categoria profissional: provocar situações embaraçosas para governos administrados por seus adversários políticos e ideológicos. A luta dessa turma, portanto, nada tem a ver com a dos professores. Seu interesse está mesmo é na confusão de valores, na desinformação e na desmoralização das instituições democráticas, situação de onde a mazorca extrai sua força.

Em Curitiba, na quarta-feira passada, manifestantes liderados pelo sindicato dos professores tentaram invadir o prédio da Assembleia Legislativa, durante a votação de um projeto de lei do governo que alterava a forma de custear o regime de Previdência Social dos servidores do Paraná.

Dias antes, os representantes dos professores haviam decidido deflagrar uma greve em protesto contra a tramitação do projeto – por meio do qual a aposentadoria de 33,5 mil servidores, hoje bancada pelo governo, passaria a ser de responsabilidade também do funcionalismo estadual, com recursos do fundo Paraná Previdência. Com isso, projetase uma economia mensal de R\$ 125 milhões, como parte das medidas de austeridade que o governador Beito Richa (PSDB) vem tentando aprovar desde que foi reeleito.

A Polícia Militar (PM) havia cercado a Assembleia em cumprimento a uma ordem judicial que impedia que professores entrassem no prédio durante a votação. O interdito proibitório resultou de fundado

temor de que houvesse tumulto e vandalismo, pois o movimento de professores já havia invadido a Assembleia em fevereiro, quando o governo tentou aprovar um pacote de cortes de gastos. Na ocasião, a votação acabou suspensa, em razão da ocupação do prédio – no dia seguinte, alguns deputados que ainda tinham expectativa de conseguir votar tentaram entrar no prédio em carros da Polícia Militar, pela porta dos fundos, mas nem assim puderam continuar a sessão. A baderna triunfou sobre a democracia.

Cerca de três meses depois, o mesmo movimento de professores, decerto confiante no sucesso de sua estratégia violenta, acreditou que não seria um pedaço de papel assinado por algum juiz nem a presença de um grande contingente policial que o impediria de criar um novo constrangimento para o governo estadual e para as instituições democráticas.

Assim, esses manifestantes – cerca de 5 mil, segundo a PM – forçaram a passagem que lhes estava vedada, provocando pronta reação da polícia. Mais de 200 pessoas ficaram feridas, policiais entre elas.

Não se pode deixar de criticar a violência desmedida da PM em alguns casos, mas também não se podia esperar outra reação da força de segurança destacada para fazer cumprir a lei – coisa que esse pessoal com máscaras, pedras e paus, em seus delírios, vê como expressão de um regime que pretende derubar.

Situação semelhante viveu a cidade de São Paulo há alguns dias, quando professores em greve tentaram invadir a Secretaria Estadual de Educação. Os arruaceiros usaram até mesmo uma espécie de aríete para abrir os portões de ferro. A PM reagiu, como era seu dever.

A contínua ocorrência desses episódios, nos últimos tempos, dá a certeza de que não se trata de uma coincidência fortuita. Os inimigos

da democracia parecem ter concluído que é fácil miná-la por dentro, provocando situações violentas envolvendo professores – uma categoria profissional querida pela sociedade – para que sejam vistos como vítimas de um Estado opressor e, a partir daí, consigam vergar as instituições a ponto de submetê-las a seus propósitos.

Enquanto isso, as crianças sofrem com a falta de aulas – e, quando têm, é de questionar que tipo de lições elas andam aprendendo.

02 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Professores do PR

recolhem provas

de violência da PM

Objetivo é incluir materiais como pedaços de bomba em inquérito que apura abusos em ação na quarta; novo protesto foi feito ontem

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA

Os servidores paranaenses envolvidos no confronto de quarta-feira com a Polícia Militar, no Centro Cívico de Curitiba, recolheram pedaços de bombas para levar ao Ministério Público Estadual, que investiga abusos na ação repressiva. Ontem, as manifestações do Dia do Trabalho na capital foram marcadas por atos de repúdio à intervenção policial.

A professora Vera Marcia Morteau, de 53 anos, foi uma das que guardaram restos do arsenal usado pela polícia na repressão da manifestação, que acabou com 234 feridos.

O governo do Estado afirma que a ação foi necessária para impedir a invasão da Assembleia Legislativa, que votava mudanças na previdência estadual, e só aconteceu após provocação de black blocs infiltrados. "Foi a PM sendo usada como aparato ideológico para impedir uma manifestação livre, foi um exercício de atitude antidemocrática", rebate Vera.

O Ministério Público deverá ouvir, nos próximos 30 dias, todas as pessoas que queiram relatar o que aconteceu durante o confronto. O objetivo é apurar as responsabilidades. O promotor Eliezer Gomes vê "indícios de excessos".

Vera conta que recolheu as peças na madrugada de anteontem, horas depois dos confrontos. "Fiz também a pedido de uma professora amiga que foi

atingida pela polícia e precisou ser atendida pelos médicos", contou. Ela ainda entregou um vídeo que mostra uma ação policial na madrugada do dia 28.

A professora, que leciona há 28 anos, afirmou que a ação policial já era observada desde o primeiro dia de manifestação. "Policiais à paisana monitoravam toda a área e, em um determinado momento, avançaram para onde estávamos acampados e iam arrastando (*segurando por braços e pernas*) as pessoas que se colocaram, deitadas, na frente do carro de som que era usado pelo movimento para informar o que acontecia dentro da Assembleia", disse.

Protestos. Ontem, manifestantes de diversos segmentos caminharam da área central da capital até o Palácio Iguazu, no Centro Cívico, local do confronto. Os organizadores estimavam em dez mil pessoas mobilizadas, enquanto a Guarda Municipal indicava cinco mil no ato. Não houve registro de violência.

Os manifestantes jogaram tinta vermelha na fonte que fica na frente do Palácio Iguazu, do governo do Estado, arriaram as bandeiras do Brasil e do Paraná, e colocaram faixas pretas nas principais estátuas do percurso, incluindo as de Nossa Senhora da Salette, que fica na frente da Assembleia Legislativa. O Batalhão de Choque segue posicionado ao redor do palácio.

Grupos ainda desfilaram com cruzeiros e cartazes que estampavam os rostos dos deputados estaduais que aprovaram o

projeto que muda a previdência e divide contribuições entre governo e trabalhadores.

MST. No interior, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Teto (MST) fez bloqueios em apoio aos professores. Foram fechadas as praças de pedágio de Floresta (PR-317) e Sertaneja (PR-323) e as rodovias federais em Cascavel, Prudentópolis, Candói, São Miguel do Iguaçu e Céu Azul.

Docentes fazem ato na Sé em apoio à greve de SP e PR

● Cerca de 50 pessoas participaram de ato na tarde de ontem na Praça da Sé em apoio à greve dos professores de São Paulo e do Paraná. O ato foi convocado nas redes sociais por docentes da rede estadual paulista.

Nenhum sindicato participou oficialmente da mobilização. Um pequeno grupo de manifestantes ainda se reuniu por volta das 17 horas na Praça da República, na frente da sede da Secretaria Estadual de Educação do Estado. No local, a Apeoesp, principal sindicato da categoria, organiza um acampamento por causa da greve – que já dura quase 50 dias.

Os professores de São Paulo exigem reajuste salarial de 75,33%. Até agora, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) não ofereceu proposta de reajuste.

O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO 02 MAI 2015

De birutas e bombas

Se a inabilidade do governador fosse só política, os hospitais não teriam ficado lotados

Não há vácuo no poder. Quando o eleito não o exerce, outros o fazem. E, ao exercê-lo, impõem sua própria agenda. Acusados pela impopularidade, pelas ruas e pela Lava Jato, Dilma e o PT retiraram-se do centro decisório. Ocuparam o espaço Joaquim Levy na economia, e o PMDB na política. O plano do ministro da Fazenda é claro: desfaz parte do que Dilma fez. O do PMDB não. Pela simples razão de que não há um, mas muitos PMDBs.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disputa a primazia de definir a agenda política com o presidente do Senado, Renan Calheiros, que, por sua vez, confronta publicamente o vice-presidente Michel Temer, emaranhando sua articulação. Os três são do PMDB, mas cada um quer tirar partido do vácuo decisório.

Com o governo desnordeado, o Congresso vira biruta de aeroporto. Apon-ta a cada hora para um lado. Não gira com o vento, mas por pressão dos lobbies empresariais e corporativos. É a chance para quem tem aquele projeto encalhado de finalmente aprová-lo. Qualquer parvoíce pode passar. Tem deputado propondo cadeia a quem noticiar algo protegido por sigilo fiscal ou bancário. Sorte de quem está metido no Swissleaks ou na Operação Zelotes.

A balbúrdia abre tantas oportunidades que o impeachment de Dilma deixou de ser conveniente à maioria dos atores políticos. Ao menos enquanto acharem que têm chances de emplacar o que querem.

Nota zero. Na opinião de seus colegas de PSDB, faltou habilidade política ao governador do Paraná, Beto Richa, durante a repressão aos professores. Em tucanês, isso é quase uma ofensa. Mas se a inabilidade do governador fosse só política, os hospitais de Curitiba não teriam ficado lotados de feridos por balas de borracha, estilhaços de bombas e mordidas de cachorro.

Richa e seus – em tese – subordinados deram à tropa da PM a liberdade de um drone norte-americano no Afeganistão. O resultado não chegou a ser um “massacre”, mas poderia ter sido.

Foi um desastre operacional, humanitário e – como reconhecem os tucanos – também político. Não ajudou em nada a popularizar a imagem do PSDB. Deu munição para petistas e outros rivais.

A chuva de bombas de gás e balas de borracha – disparadas contra os rostos dos alvos – foi muito desproporcional a qualquer ameaça que os professores desarmados pudessem representar. No confronto da pele de um cinegrafista contra os caninos de um pitbull é fácil imaginar qual lado acabou na mesa de cirurgia.

Seguiram-se duas negativas emblemáticas. A polícia foi instada a desmentir que a foto publicada no Facebook por um PM tingido de vermelho fosse de alguém ensanguentado. Era só tinta, disparada pela própria polícia, para marcar os manifestantes. A confusão e a profusão de disparos foi tamanha que pintaram o colega. A PM negou também que tivesse punido policiais por se negarem a participar da repressão. Ou seja, ninguém foi punido por nada.

Ao contrário. A PM avaliou que seus homens usaram a força certa. E o governador mostrou-se menos preocupado com o modo de agir dos policiais do que com um imaginário grupo de “black blocs” que, segundo ele, teria se infiltrado entre os professores. Nas imagens, porém, há pouco preto e muito vermelho – de bandeiras e camisetas da oposição, da tinta disparada pela PM e de sangue.

Não é a primeira vez que policiais do Paraná agem sem medo das consequências. Pelo menos dois jornalistas paranaenses que tiveram a coragem de denunciar policiais corruptos ao longo dos últimos anos tiveram que sair do Estado porque receberam ameaças de morte. Reporteres que participaram da cobertura foram intimados e acareados com agentes que não eram suspeitos de nada a não ser de terem sido as fontes das denúncias de corrupção.

Pela atitude até agora dos governantes paranaenses, nada deve mudar. O poder e influência dos policiais não correm risco. O mesmo não pode ser dito de professores e jornalistas.

04 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

EDITORIAL

ERROU SIM, SENHOR GOVERNADOR

Sabe aquelas coisas que não se justificam de forma alguma? Pois o confronto entre policiais e professores, na última semana, entra nessa categoria. O PT estava por trás, só pra atrapalhar o governo tucano? Havia black blocs infiltrados? Os educadores foram orientados com táticas de guerrilha? Nada disso importa, mesmo que tudo fosse verdade. Há um lado muito mais forte e, quem está a frente desse lado, tem a responsabilidade máxima de evitar que tragédias aconteçam. Beto Richa, o senhor falhou nisso.

Deu a primeira derapada ao não assumir pra si mesmo a incapacidade de dialogar com uma imensa massa de servidores públicos. Escalou secretários pra dizer que estava tudo combinado, sem que estivesse. Muitos não entenderam e a grande maioria era realmente contra a alteração na gestão dos fundos de previdência. O amplo diálogo prometido resumiu-se a quatro reuniões que não terminaram em consenso.

O senhor continuou errando, governador, quando encaminhou o projeto pra Assembleia Legislativa e pressionou pela tramitação em regime de urgência, pra que tudo fosse resolvido numa única semana. E piorou as coisas quando mandou mais de mil policiais pra lá, desenhando uma verdadeira praça de guerra.

Falhou completamente, senhor Beto Richa, ao não dar ordens expressas pra que as tropas recuassem. Bombas sendo atiradas de helicópteros? Estratégia de defesa, de responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública? Não. Quem manda nisso tudo é o senhor. Aliás, Fernando Francischini, titular da pasta, que gosta de marcar presença em todas as entrevistas coletivas, que adora aparecer em programas de televisão com pistola na cintura, largou a bomba pros subalternos. No dia seguinte a baúncia no Centro Cívico, não compareceu a entrevista concedida pelos chefes das polícias Militar e Civil.

O episódio dos cavalos, em 1988, marcou a carreira política do atual senador Alvaro Dias, que levou anos pra limpar a barra. Daquela vez, foram dez feridos. Agora, mais de duzentos. O trabalho pra apagar a lousa será árduo. Já pegar o giz e escrever nova história, parece difícil.

BATE BOCA

BETO RICHIA, COVARDE E AUTORITÁRIO

Diferente do seu Pai José Richa, que foi um dos maiores Governadores do Paraná, que mais valorizou os professores e que junto com Jaime Canet Junior os que mais construíram escolas no Paraná, seu filho o hoje governador Beto Richa, passa para a história com uma gestão marcada por nepotismo, compadrio, falso, comparado aos ditadores que se apropriaram do poder usando o Povo como massa de manobra.

A barbárie acontecida no último dia 29, justamente na Praça Nossa Senhora de Saete, onde autorizou a Polícia Militar do Paraná a bater, atirar, prender os professores e funcionários públicos que estavam defendendo seus direitos no sentido de evitar que o Estado lance mão dos recursos da Paraná Previdência, já que está em dificuldades financeiras.

Senhor governador termina aqui sua carreira política marcada por inanição, covardia, compadrio, nepotismo, corrupção de amigos próximos a você. Todos os jornais brasileiros mostraram nas primeiras páginas o massacre contra nossos professores, agora você não se eleger nem para síndico do Minha Casa Minha Vida, está mais sujo que pau de galinheiro. Quero ver sua cara ao visitar os 399 municípios do nosso Estado, só utilizando óleo de peroba, depois dessa tragédia.

José Pedro Nalser, por email

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Acusado de chefiar o esquema da Receita se recusa a depor

O auditor fiscal e ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual, Márcio de Albuquerque Lima se recusou a ir ao Grupo de Atuação Especial de Combate Organizado (Gaeco) de Londrina, nesta quinta-feira (30), para depor. Ele havia se apresentado à polícia na quarta-feira depois de quase 50 dias foragido.

Lima é considerado o líder do que o Gaeco chama de "organização criminosa", grupo supostamente formado por auditores fiscais, contadores e empresários para favorecer a sonegação fiscal em troca de propina, alvo de investigação da Operação Publicano.

Esse é o 2.º caso em que um preso pela operação se recusa a se apresentar. Há cerca de 20 dias, Luiz Antônio de Souza, que assim como Lima está preso na Penitenciária Estadual de Londrina II (PEL II) se recusou a ir ao Gaeco.

No caso de Lima, o Gaeco vai entrar na Justiça para pedir um mandado de condução coercitiva. A expectativa sobre o depoimento do auditor fiscal se justifica também pelo fato de ele ser companheiro do governador Beto Richa (PSDB) em provas de automobilismo e de ter Luiz Abi Antoun, o primo em sétimo grau do tucano, como responsável pela sua indicação ao cargo de inspetor geral de fiscalização da Receita Estadual.

O delegado do Gaeco, Alan Flore, afirmou que o preso "tem direito de apresentar a sua versão ou não, mas o comparecimento é um dever, uma obrigação". "É in-

PEDOFILIA EM LONDRINA

O caso de estupro de vulneráveis levou a mais prisões nas investigações sobre crimes sexuais em Londrina. O advogado e ex-vereador Zaqueu Berbel foi um dos presos nesta quinta-feira (30). Foi presa também Laisa Pereira Silva, acusada de ser a aliciadora. O empresário Fabiano Rodrigues de Oliveira Filho, outro acusado de praticar abusos, teve a prisão preventiva decretada, mas está foragido.

justificável", disse. "Em dez anos de Gaeco nunca houve uma situação dessa natureza", completou.

"Eu não tenho como obrigar o preso a ir para audiência, não posso usar de força", declarou o diretor da penitenciária, Emerson Chagas.

No caso em que os presos se recusam, a direção da PEL abre um processo disciplinar, no qual o preso pode sofrer sanções. É o que vai acontecer com Lima, que vai responder a um processo disciplinar dentro da unidade. Chagas afirmou que o advogado do auditor fiscal, Douglas Maranhão, esteve nesta quinta na PEL II. "Nenhum dos 1.150 presos da unidade eu posso obrigar, eu não posso fazer isso. Tanto é que o Gaeco está pedindo autorização judicial [para que Lima seja conduzido]", disse. Maranhão não foi localizado para falar.

Foragidos

Com a apresentação de Lima, restam dois auditores fiscais que tiveram a prisão preventiva decretada, mas que seguem foragidos: Ana Paula Lima, esposa dele, e Miguel Arcanjo Dias. Onze auditores estão presos e outros dois respondem ao processo em liberdade.

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Justiça acata nova denúncia contra Duque e Vaccari

A Justiça Federal do Paraná acatou nesta quinta-feira (30) a denúncia por lavagem de dinheiro contra o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque. Também foi acatada, no mesmo pedido feito pelo Ministério Público Federal, a denúncia contra o empresário Augusto Ribeiro de Mendonça, pelo mesmo crime.

“Presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, recebo a denúncia contra os acusados Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, João Vaccari Neto e Renato de Souza Duque”, afirma a decisão judicial.

Vaccari já responde a processo por corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato e agora passará a responder a mais um processo relacionado às investigações sobre um esquema bilionário de corrupção na Petrobras.

Na denúncia, o MPF afirma que parte da propina paga para Duque quando era diretor de Serviços da Petrobras foi direcionada por empresas do grupo Setal Óleo e Gás, controlado por Augusto Mendonça, para a Editora Gráfica Atitude a pedido de Vaccari, então tesoureiro do PT. Há ainda vários indicativos de ligação da Gráfica Atitude com o partido, segundo o Ministério Público. A defesa de Vaccari negou as acusações e afirmou que a denúncia foi feita sem que fossem apresentadas provas pelo Ministério Público.

DOLEIRO

Em novo depoimento prestado à Justiça Federal no Paraná, o doleiro Alberto Youssef disse que as lideranças do PP sempre buscavam favorecer as empreiteiras que formaram cartel nas licitações e que pagavam propinas em contratos na Petrobras. “Para favorecimento [de empreiteiras] existia pedido todos os dias [no Congresso]”, disse o doleiro.

GAZETA DO POVO

“Os tribunais superiores não são tribunais de apelação”

Joana Neitsch



ENTREVISTA

FELIX FISCHER, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Nascido na Alemanha, criado no Rio de Janeiro, é ao Paraná que o jurista Felix Fischer declara sua gratidão tanto pela carreira, quanto pela vida pessoal. Ele atuou durante 23 anos no MP paranaense e constituiu família no estado. Daqui, Fischer foi para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e foi presidente da corte entre 2012 e 2014. Referência para os juristas paranaenses, principalmente para os integrantes do MP, o ministro foi homenageado durante o seminário “Estudos em Homenagem ao Ministro Felix Fischer”. Durante o evento, ele concedeu uma entrevista exclusiva ao Justiça & Direito, falou sobre sua experiência ao presidir o STJ, do atual momento do Brasil e do papel do MP e sobre sua trajetória pessoal.

O que o senhor ressaltaria no período em que esteve na presidência do STJ?

Em termos administrativos o período é relativamente curto, são somente dois anos. Então nós montamos uma equipe, mas projetos de longo prazo são complicados de desenvolver, pois não há como saber se a próxima gestão irá acompanhar o que se iniciou. Então, o que se procura fazer

são as coisas mais importantes. Também não há motivo para fazer tantas alterações porque os tribunais já estão prontos e já se sabe o que irá acontecer. Enfim, a previsibilidade é grande. Os tribunais em Brasília são nacionais e têm muitos funcionários. É quase uma cidade. O STJ tem mais ou menos 3.500 funcionários, todos servidores da casa. Então sempre existem problemas setoriais e pontuais, talvez até em nível de colegas que têm problemas para resolver.

Hoje existem muitos recursos que chegam aos Tribunais Superiores e há diversos debates sobre isso. Deveriam existir alguns mecanismos para diminuir a quantidade de recursos que chegam?

Antes da constituição de 1988 não existia o STJ. O STJ é um desmembramento do antigo Supremo Tribunal Federal. O Supremo deveria ficar com a matéria constitucional e a matéria infraconstitucional seria do STJ. Mas antes de 1988 as duas coisas eram feitas pelo Supremo e, nessa época, ele tinha poderes. Então, no próprio regimento eles tinham o poder de restringir a competência de apreciação dos recursos. Em primeiro lugar, os tribunais superiores não são tribunais de apelação. Em regra geral, o Supremo vela pela constituição e também padroniza a jurisprudência em matéria de direito.

CONTINUA

● **Currículo:** bacharel em Ciências Econômicas (UFRJ); bacharel em Ciências Econômicas, (UFRJ); foi promotor substituto do MP-PR; foi procurador do MP-PR; ministro do STJ desde 1996; presidiu o STJ e o Conselho da Justiça Federal 2012 a 2014

● **Jurista que o inspira:** Juarez Tavares

● **O que está lendo:** *Teoria do Crime Culposos*, de Juarez Tavares

● **Nas horas vagas:** gosta de ouvir música (clássica, ópera, jazz e choro)

GAZETA DO POVO 01 MAI 2015

CONTINUAÇÃO

Mas hoje acaba ficando como uma terceira instância?

Não é uma terceira instância. O que acontece é que o volume de processos é muito grande. Mas não é função nossa ficar apreciando matéria de fato. Nem nossa, nem do Supremo, nem do STM. O que acontece é que há muitos recursos. Onde nós apreciamos matéria de fato é no indevidamente chamado foro privilegiado. Aí volta a ser como se fosse um tribunal comum ou uma vara. Mas nos demais recursos predomina só o exame de matéria de direito. No tempo em que o Supremo atuava sozinho o acesso era muito limitado. Examinavam matéria constitucional, divergências na súmula deles. Havia uma listagem dos tipos de processos que eles permitiam. Fora isso, só se houvesse o acolhimento da chamada arguição de relevância.

O senhor acha que seria necessário fazer isso hoje?
Acho que aquele era o sistema correto. No nosso caso, quer dizer, o Supremo teria que examinar todas as matérias constitucionais. A matéria infraconstitucional, como era na época deles, tinha que ser limitada pela arguição de relevância. Se não limitar vai crescendo o volume de processos, ocasionando uma ampliação do tribunal. E ampliando o tribunal, ele deixa de ser um tribunal de padronização, sendo que a função essencial do tribunal superior é padronizar.

Qual a opinião do senhor sobre as propostas de mudança no Código Penal?

Eu não me empolguei nem um pouco com esse projeto do Código Penal. Assisti uma vez o professor Miguel Reale Júnior e ele detonou completamente o [novo] Código. Parece que ele tem muita impropriedade. E mudar o código só porque ele tem 30 ou 40 anos não significa que seja necessário. Existem países que têm códigos mais antigos que funcionam bem.

Mas quais questões penais precisariam de ajustes mais pontuais?

Questões da criminalidade moderna, por exemplo. Mas para isso não é preciso fazer um código inteiro. Agora, pra fazer um código inteiro, como em Portugal e na Espanha, antes de remeterem ao legislativo, houve discussões, inclusive, internacionalmente. Os dois códigos tiveram intensas trocas de informações e discussões doutrinárias. A maioria de nós não tem a noção exata do alcance. Só se a pessoa foi designada para verificar ou teve curiosidade. Quando, na verdade, a questão deveria ser discutida amplamente.

Os agentes da justiça estão tendo mais destaque no Brasil. Como o senhor avalia o papel do MP hoje?
Nós vemos pelo noticiário, lamentavelmente, que importância das pessoas que ocupam esses cargos é extremamente necessária. Se não houvesse essa criminalidade cada vez mais sofisticada eles não seriam tão necessários. Fiz uma viagem para Canadá certa vez.

O próprio cidadão canadense não sabia indicar a localização do tribunal. O índice de criminalidade por lá é baixíssimo. Na Islândia, fazia mais de dez anos que não havia um crime violento. Aqui não existe uma quadra em que não tenha um crime violento por semana. É bem diferente. Então, a importância da polícia, do MP e do Judiciário cresce muito. O governo tem enfrentar esses problemas também com uma constância maior. Há um problema sério de corrupção em nosso país.

E o atual momento, que vários casos estão ganhando destaque, tanto nacionais quanto estaduais. Qual é a visão do senhor? É só mais uma sucessão de fatos? Pode ocorrer de fato alguma mudança institucional?
Não pode haver caça às bruxas, pegar alguém só para satisfazer a sociedade. Mas não se pode ter pena se o fato estiver comprovado. Se ele estiver corretamente provado não pode deixar passar em branco.

Qual a importância do Paraná na sua carreira?

Foi vital em vários aspectos. Profissionalmente tudo o que aprendi foi aqui. Quando cheguei no tribunal, em Brasília eu já tinha uma formação completa como profissional do MP e como professor. Emocionalmente também, pois minha mulher é daqui. Então, devo tudo ao Paraná.

CONTINUA

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O senhor nasceu na Alemanha, mas veio para o Brasil ainda bem pequeno. Que influência cultural ficou da sua terra natal?

Nasci lá casualmente, meus pais vieram para cá, eu tinha mais ou menos um ano. Na época em que eles vieram, não tinha perspectiva nenhuma, a Alemanha estava arrasada e não tinham como sobreviver. Meu pai veio para cá, ficamos no Rio de Janeiro, onde me formei em Economia e Direito. Então, passei no concurso e fiquei 23 anos no MP do Paraná. Meus pais tinham certa dificuldade de falar português. Portanto, quando chegava em casa, falava alemão com eles. Mas há 11 anos não falo com ninguém, pois minha mãe morreu. Então não tenho contato com ninguém. Falei com o embaixador austríaco em um cerimônia, mas já senti um certo ferrugem. Influência logicamente tem, a parte cultural, tenho orgulho de meus pais serem de lá. Mas me sinto brasileiro e particularmente paranaense.

"Quando cheguei ao STJ, em Brasília, eu já tinha uma formação completa como profissional do MP-PR. Então, devo tudo ao Paraná."

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Majoridade penal é cláusula pétrea?

Debata sobre a possibilidade de alterar este ponto da Constituição divide juristas e desperta dúvidas

Katna Baran

■ Redução da maioria penal. O assunto não é novo e sempre marca presença nos debates eleitorais. Mas, diante da aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados da admissibilidade da PEC 171/93 - emenda constitucional que diminui a idade de imputabilidade penal no Brasil de 18 para 16 anos -, o tema volta à tona com forte apoio popular. Conforme pesquisa Datafolha, divulgada no último dia 15 pelo jornal *Folha de S. Paulo*, 87% dos entrevistados são favoráveis à proposta.

Apesar de ter que percorrer um longo caminho até uma possível promulgação, a decisão da CCJ reabriu a discussão jurídica sobre o projeto. Conforme entendimento da maioria dos deputados que formam a comissão (o placar foi de 42 contra 17), a medida não fere os princípios constitucionais e, por isso, pode ser apreciada pelos parlamentares. Não há, porém, acordo entre juristas.

Até no Supremo Tribunal Federal (STF), a questão não é unanimidade — se a emenda constitucional chegar até lá, o julgamento deve ser apertado. O ministro Marco Aurélio Mello, por exemplo, já se pronunciou dizendo que a maioria penal não é cláusula pé-

trea e poderia ser alterada. Por outro lado, ele também declarou que não acredita ser essa a melhor alternativa para reduzir a criminalidade.

O principal argumento que impossibilitaria a alteração na idade de imputabilidade penal é a concepção de que seria uma garantia incluída nos conceitos de direitos individuais. “Hoje, o jovem com até 18 anos tem uma garantia: a de que cumprirá medida socioeducativa, em um ambiente separado com aspecto diferenciado, se cometer um ato infracional. Ou seja, qualquer mudança vai afetar esse direito”, observa o professor de Direitos Humanos da FGV Direito Rio, Michael Mohallem.

Conforme o professor de direito da PUC-RS, Ingo Sarlet, a Constituição proíbe emendas que tendem a abolir determinados conteúdos — entendimento já confirmado pelo STF em outros casos (veja mais abaixo). Mesmo assim, ele considera que até uma cláusula pétrea não implica na imutabilidade de um direito. “Tanto é que a liberdade de ir e vir, que é um direito fundamental individual e cláusula pétrea, é fortemente restringida por lei ordinária, inclusive a ponto de prever reclusão e privação temporária de tal liberdade”, diz.

Constitucionalidade

Para outros especialistas, porém, o entendimento é de que as cláusulas pétreas estão restritas ao artigo 5º da Constituição, o que não inclui a maioria penal, que foi prevista primeiramente no

Código Penal de 1940 e incorporada à Constituição em seus artigos 227 e 228. “O entendimento contrário pode engessar a lei e fazer com que ela não acompanhe a realidade social”, acredita o promotor de Justiça da Vara de Infância e Juventude do Ministério Público de São Paulo, Fábio José Bueno.

Para o juiz de direito da área penal e da infância da Bahia, José Brandão Netto, a questão central sobre a constitucionalidade do projeto não está na diminuição da idade penal, mas sim em um limite imposto pela lei. Ou seja, segundo ele, o que não pode ocorrer é a extirpação de uma idade mínima, mas sua redução está garantida. “A maioria vai estar, então, garantida, e sobre isso não há problema. Temos que atualizar a Constituição a uma nova realidade”, observa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO CASO

Em outras situações, o STF considerou outros artigos da Constituição, que não o artigo 5º, como cláusulas pétreas. Por exemplo, no julgamento da ADI 939-7/DF, em 1993, o Supremo considerou cláusula pétrea, e consequentemente imodificável, a garantia constitucional assegurada ao cidadão no art. 150, III, b, da Constituição Federal (princípio da anterioridade tributária), entendendo que ao visar subtraí-la de sua esfera protetiva, estaria a Emenda Constitucional nº 3, de 1993, deparando-se com um obstáculo intransponível, contido no art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal.

TRATADOS INTERNACIONAIS

Além da discussão sobre constitucionalidade, a proposta de emenda que trata da redução da maioria penal no país, pode encontrar outra barreira: a dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como aponta o professor da FGV Direito Rio, Michael Mohallem. "Me assusta a ausência dos compromissos internacionais no debate porque há, ao menos, duas convenções assinadas pelo país que tratam da inimizabilidade dos menores", avalia. Para ele, como o Supremo Tribunal Federal já estabeleceu que os tratados internacionais assumem status de norma constitucional, um possível atentado às convenções deve ser observado.

CONTINUA

01 MAI 2015

DESDOBRAMENTO

Caso alteração ocorra, assunto deve ir para o STF

Logo depois que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do projeto de emenda constitucional que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos no Brasil, parlamentares contrários à emenda declararam que pretendem apresentar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir o andamento da proposta. O deputado Rubens Júnior (PCdoB-MA) é um que já tomou a medida. "O uso do mandado de segurança é relativamente polêmico, já que seria uma forma de controle da própria discussão democrática do projeto. Mas, se a CCJ não vem fazendo o seu trabalho, que é de controle de constitucionalidade, o recurso pode ser aceito pelos ministros", observa o professor da FGV Direito Rio, Michael Mohallem. Os especialistas apontam que, mesmo que a emenda passe por todas as fases legais e acabe promulgada, provavelmente vai ser alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade no STF. "Várias entidades estão prontas para provocar a Corte Suprema contra a medida, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil [OAB]", diz o jurista e professor Luiz Flávio Gomes. O resultado do julgamento do mérito da questão, porém, é imprevisível.

Veja outros argumentos pró e contra a redução
da maioria penal no Brasil:

01 MAI 2015

A favor

A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioria penal. Conforme pesquisa Datafolha, divulgada no último dia 15 pelo jornal Folha de S.Paulo, 87% dos entrevistados são favoráveis à proposta.

Diferentemente do que ocorria antigamente, os jovens têm maior consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos, por isso continuam a cometer crimes. Além disso, a redução iria proteger jovens do aliciamento feito pelo crime organizado.

Se o jovem de 16 anos tem condições de exercer sua cidadania por meio do voto, por que não poderia ser preso?

A maior parte dos países ditos desenvolvidos adota idade penal menor do que 18 anos. Na maioria dos estados norte-americanos, por exemplo, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece como punição máxima três anos de internação até mesmo para jovens que cometem crimes com requinte de crueldade, o que seria uma forma de estimular a prática de infração pelos jovens.

Contra

Considerando a má-qualidade e a superlotação do sistema prisional brasileiro, a inserção de jovens a partir de 16 anos nas penitenciárias não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade. Pesquisas apontam que 70% dos presos reincidem na criminalidade.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública apontam que jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 1% dos crimes praticados no país (0,5% considerando apenas homicídios).

Os jovens são as grandes vítimas de violência no país. Deveriam ser elaboradas políticas públicas para combater, por exemplo, a esta-

X

tística do IBGE que aponta que 486 mil crianças entre 5 e 13 anos foram vítimas do trabalho infantil no Brasil em 2013.

A redução da maioria penal iria afetar, principalmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil. Um estudo da Universidade Federal de São Carlos aponta, por exemplo, que 72% da população carcerária brasileira é composta por negros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê medidas suficientes para sanção dos menores infratores, como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

A quem interessa um Ministério Público sem autonomia?

ARTIGO

MICHAEL RICHARD REINER,
procurador-geral do Ministério Público
de Contas do Paraná

Ao Ministério Público brasileiro tradicionalmente se reconhece o papel de porta-voz das aspirações da sociedade, que nele deposita a guarda e a defesa dos direitos fundamentais, principalmente frente ao próprio poder público e às autoridades constituídas. Suas atribuições, por assim dizer, estão elevadas a um status de "patrimônio da cidadania".

Soa natural, pois, que a independência funcional e a autonomia institucional do MP sirvam como o fiel da balança para a correta, eficiente e desimpedida atuação do órgão, ainda mais quando em voga a luta contra o desvio de dinheiros públicos.

Neste contexto, a Constituição Federal também assegurou a presença do Ministério Público nos Tribunais de Contas. Vocacionou, portanto, neste campo, o próprio Parquet para que zele pelo patrimônio público, combata a malversação de recursos e resguarde a boa administração pública.

A autonomia, portanto, de um órgão com a envergadura de atribuições para o combate à corrupção a partir do próprio Controle Externo da Administração Pública, é coerente com o preceituado na denominada "Convenção de Mérida" das Nações Unidas (Decreto 5687/06), que, em seu artigo 6.º, item 2, estabelece:

"cada Estado Parte outorgará ao órgão ou aos órgãos mencionados no parágrafo 1º do presente Artigo a independência necessária, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, para que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e sem nenhuma influência indevida."

O Ministério Público de Contas, contudo, ainda compõe, no tópico, um cenário nacional heterogêneo, variando desde uma autonomia administrativa temperada à total independência orçamentária/financeira (como requer, aliás, o "sistema" Ministério Público).

Esta irrestrita autonomia ao MPC, de seu turno, é plenamente aferível a partir da atual arquitetura constitucional. É o que defendem renomados juristas pátrios (José Afonso da Silva; Ayres Britto; Juarez Freitas; Uadi Bulos; Marco Aurélio; Néri da Silveira; Hugo Mazzilli etc.) e o próprio Conselho Nacional do Ministério Público. Deliberação do CNMP, ainda vigente, reconhece ao MPC "a natureza jurídica de órgão do Ministério Público brasileiro e, em consequência, a competência do CNMP para zelar pelo cumprimento dos deveres funcionais dos respectivos membros e pela garantia da autonomia administrativa e financeira das unidades, controlando os atos já praticados de forma independente em seu âmbito, e adotando medidas tendentes a consolidar a parcela de autonomia de que ainda carecem tais órgãos". Na oportunidade, apoiaram a deliberação diversas entidades de representação, como

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).

A Procuradoria-Geral da República, no entanto, retomando tese de mais de duas décadas e descompassada com o quadro acima (e com o próprio amadurecimento do terna no STF), põe agora em xeque um dos pilares da ação ministerial ao apresentar, no último dia 9 de março, a ADI 5254 (distribuída ao Ministro Luís Roberto Barroso), questionando a autonomia administrativo-financeira de mais de meio século do MPC do Estado e dos Municípios do Pará.

Uma pauta anticorrupção, com a devida vênua, deveria apontar para uma direção absolutamente oposta.

Caso se assente que o MPC, por sua essência de Parquet (objetivamente declarada no art. 130 da Constituição da República), deva ser dependente de outras esferas estatais, retoma-se, em gênero, um perigoso entendimento estrutural segundo o qual poderia o MP orbitar outros órgãos sem ter maculada a respectiva independência funcional.

CONTINUA

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Porém, não se quer crer que um discurso de unidade do MP brasileiro – ainda mais quando em jogo o combate à corrupção – passe pelo amesquinamento de suas prerrogativas básicas de funcionamento. Mesmo sabendo-se de movimentos para unir, numa mesma vertente, os ramos do Ministério Público da União (o Militar, o Federal e o do Trabalho, por exemplo), a possibilidade do diálogo pressupõe sinergia, não a cisão ou o aniquilamento.

O Controle Externo da Administração Pública e, especialmente, o aperfeiçoamento do Ministério Público que nele atua, é que devem estar numa pauta anticorrupção do MP brasileiro.

Crê-se, firmemente, que esta será, ao cabo, a postura do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, na grandeza que lhe é peculiar, para abraçar, inclusive, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que inclua o Ministério Público de Contas entre os segmentos do artigo 128 da Constituição Federal, ponto este, aliás, sobre o qual já se manifestou favoravelmente por ocasião da expedição de Nota Técnica do CNMP em 28 de janeiro do corrente ano.

Certamente, então, o fortalecimento institucional e a unidade do Ministério Público convergirão para o aprimoramento do controle.

Soa natural que a autonomia institucional do MP sirva como fiel da balança para a correta atuação do órgão

Caso se assente que o MPC deva ser dependente de outras esferas estatais, retoma-se um perigoso entendimento estrutural segundo o qual poderia o MP orbitar outros órgãos

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Jurisprudência

TJSC

Partes devem dividir indenização em acidente com culpa concorrente

Ementa

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VÍTIMA FATAL. ATROPELAMENTO ENTRE O ACOSTAMENTO E A PISTA DE ROLAMENTO. DANOS MATERIAIS, MORAIS E PENSÃO MENSAL. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. PROVA SUFICIENTE DA CULPA DA RÉ, BEM COMO DA VÍTIMA. CONCORRÊNCIA DE CULPAS RECONHECIDA. PROPORÇÃO DIFERENCIADA. REFORMA DA SENTENÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. INVIABILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Concorre culposamente para o evento "atropelamento" o motorista que, ao tentar reparar seu veículo no acostamento da via, abre o capô postado para a pista, colocando-se em situação de risco. Se a vítima tiver, ainda que minimamente, concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano. Inteligência do artigo 945 do Código Civil. "Havendo culpa concorrente, a doutrina e a jurisprudência recomendam dividir a indenização, não necessariamente pela metade, como querem alguns, mas proporcionalmente ao grau de culpabilidade de cada um dos

envolvidos." (Programa de Responsabilidade Civil. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2014, pp. 58/59). O valor da indenização por dano moral deve ser fixado com base no prudente arbítrio do magistrado, sempre atendendo à gravidade do ato danoso e do abalo suportado pelos familiares da vítima, aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, além do caráter compensatório e punitivo da condenação, bem como às condições financeiras dos envolvidos. A pensão mensal a ser paga aos filhos menores em razão do falecimento do seu genitor em acidente de trânsito deve estender-se até que aqueles completem 25 anos, idade em que presumivelmente exercerão atividade laboral própria e constituirão família, cessando, em tese, a prestação de auxílio mútuo entre pais e filhos. Não havendo prova sobre o quantum percebido pelo de cujus a título de vencimentos, tem-se como adequada a fixação da indenização sobre um salário mínimo. Em homenagem ao princípio da razoabilidade, inviabilizada a prestação de caução ou formação de reserva de capital como forma de garantia do cumprimento da obrigação quando a parte por ela responsável for hipossuficiente, de modo que tal providência, além de inócua, poderia prejudicar-lhe a própria subsistência.

TST

Empresa terá que indenizar mulher chamada de "pior funcionária do mês"

Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). FOTO EXPOSTA POR 1 (UM) MÊS. DESPROVIMENTO. Diante da ausência de violação dos dispositivos invocados não há como admitir o recurso de revista. Agravo de instrumento desprovido.

TRT9

Empresa deve ressarcir trabalhadora por exigir uniforme

Ementa

EXIGÊNCIA PATRONAL DE USO DE CALÇA, SAPATO E MEIAS PRETOS NO AMBIENTE DE TRABALHO. RISCO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. GASTOS COM UNIFORME DEVIDOS PELA EMPREGADORA. Ao estabelecer um padrão de vestimenta que deverá ser obrigatoriamente utilizado no ambiente de trabalho, exigindo o uso de calça, sapatos e meias pretos pela Empregada, deve a Empresa arcar plenamente com as despesas respectivas, sob pena de transferência dos riscos da atividade econômica à Trabalhadora hipossuficiente. O pagamento pelos danos materiais referentes aos gastos com o uniforme determinado, portanto, é devido pela Ré. Recurso da Reclamada a que se nega provimento, no particular.

01 MAI 2015

GAZETA DO POVO

DIÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

Direito nos tribunais superiores

Um apanhado de artigos de renomados juristas nacionalmente reconhecidos está reunido na obra, coordenada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná José Sebastião Fagundes Cunha. Entre os autores, estão Luiz Edson Fachin, Luiz Guilherme Marinoni, Arruda Alvim e Olympio de Sá Sotto Maior Netto. O processo civil contemporâneo e os princípios de segurança jurídica e desenvolvimento nacional são abordados no livro em que se procura analisar as funções do processo na atualidade. A obra é em homenagem ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sérgio Luiz Kukina.

O Direito nos Tribunais Superiores

J.S. Fagundes Cunha (coordenador), 720 páginas. Editora: Benijuris.

Preço: R\$ 180

Caixa dos Advogados divulga programação de atividades culturais

O recém-inaugurado prédio da OAB-PR, no centro de Curitiba, começou a oferecer atividades culturais nesta semana. A Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA-PR) divulgou a programação dos cursos que serão oferecidos no 11º andar do Edifício Maringá. Podem participar advogados e seus dependentes.

Em comemoração ao mês das mães, a CAA-PR está oferecendo um desconto de 50% na primeira mensalidade para as primeiras 45 advogadas que são mães que se matricularem. O desconto será concedido para as 15 primeiras inscrições em cada atividade: na dança de salão, na disco dance e no yoga. Mais informações: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/>.

Evento analisa os dez anos da lei de parcerias público-privadas

Acontece na próxima terça-feira (5), a palestra "Dez anos das parcerias público-privadas: avaliação e perspectivas", proferida pelos juristas Marçal Justen Filho e Fernando Vernalha Guimarães, como moderação de Rafael Wallbach Schwind. O evento será das 18h às 19h, na sede da OAB-PR do Ahú. Em seguida, das 19h às 20h30, ocorre o lançamento do livro *Parceria Público Privadas – Reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004*, de autoria de Justen Filho e de Schwind. Os eventos são abertos ao público, as inscrições são gratuitas e podem ser feitas on-line ou por telefone: www.oabpr.com.br/eventos ou (41) 3250-5835.

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Plano para novos presídios ficou no zero

Das 33 obras paralisadas em todo o país, 20 estão no Paraná. Outros 46 projetos sequer foram iniciados

Felippe Anibal

▣ Cinco anos depois de seu lançamento, o Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional permanece praticamente na estaca zero. As 99 obras de construção de novas penitenciárias ou ampliação de unidades já existentes estão longe de sair do papel: 33 estão completamente paralisadas e 46 sequer foram iniciadas. Apenas 20 projetos estão em andamento. A promessa inicial era de que os presídios fossem entregues em dezembro de 2014, no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), gerando 45,9 mil vagas no sistema prisional.

O Paraná é o estado que tem o maior número de obras previstas. São 20 projetos: 12 construções e oito ampliações. Mas o ritmo dos trabalhos por aqui está tão estagnado quando o próprio programa. Todas as obras continuam completamente paralisadas. Pior: não há sequer previsão para que os trabalhos sejam retomados.

Um relatório da Comissão de Obras do Plano de Apoio ao Sistema Prisional emitido no fim de 2014 mostra que as unidades paranaenses ainda estão em fase inicial. Nove das obras sequer atingiram 1% do total.

Os quatro projetos que estão em estágio mais avançado tiveram entre 11% e 17% dos trabalhos executados.

Em outubro de 2013, o Ministério da Justiça havia anunciado o repasse de R\$ 116,8 milhões para as obras nas penitenciárias paranaenses. O governo do estado deveria entrar com uma contrapartida de R\$ 45 milhões. Segundo o relatório da comissão, até o fim de 2014, R\$ 96,7 milhões em recursos federais e R\$ 4,8 milhões do estado haviam sido empenhados. Deste montante, apenas R\$ 3,2 milhões da União e R\$ 746 mil estaduais foram usados nas obras.

As novas penitenciárias e ampliações gerariam, segundo os projetos, 6.670 novas vagas no Paraná. Seriam unidades importantes para ajudar a recompor o combalido sistema prisional do estado. Além de sofrer com problemas crônicos de superlotação, as prisões do estado foram alvo de 24 rebeliões no ano passado. O alto índice de presos mantidos em delegacias completa o quadro drástico.

“A abertura de novas vagas, sem dúvida, seria muito importante para resolver o problema crônico de encarceramento em delegacias de polícia”, disse o presidente da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, José Carlos Cal Garcia. “Por outro lado, apenas a preocupação com a construção de novos presídios não basta”, ressaltou.

Paralisados

Além do Paraná, outros quatro estados estão com obras de construção ou ampliação de penitenciárias paralisadas.

Em Pernambuco, sete projetos estão travados. Em Minas Gerais, são quatro unidades paradas. Pará e Maranhão têm uma obra uma obra parada, cada.

O balanço mostra que apenas 20 projetos estão em andamento. Os locais onde as obras estão mais adiantadas, com andamento superior a 60%, estão em Goiás, onde serão criadas 300 vagas ainda em 2015; em Sergipe, que espera ter mais 390 vagas; e no Distrito Federal, com previsão de abertura de 400 vagas.

CONTINUA

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Só quatro obras passaram dos 50% de execução

Das 53 obras iniciadas do Plano Nacional de Apoio do Sistema Penitenciário, só quatro estão com mais de 50% da construção concluída. Na maior parte dos projetos que começaram a ser tocados (19 obras), o índice de execução não passa de 1%, o que, na prática, significa apenas colocar uma placa ou cercar a área. O monitoramento aponta que 37 (70% do total de convênios com obras iniciadas) têm no máximo 10% do projeto finalizado. Pouco mais de 50 contratos, do total de 99 do plano federal, são apontados como "críticos" no relatório do governo, devido ao atraso no andamento.

Entre as 45.934 vagas prometidas pelo Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, o próprio governo estima conseguir entregar menos de 1.500 neste ano. Os projetos não avançam nem em estados que mantêm índices alarmantes de violência.

Em Alagoas, por exemplo, o projeto para construir a cadeia pública de Maceió, com 603 vagas, fechado em 2008 com o governo federal e incorporado ao plano atual, continua emperrado. A empresa que venceu a licitação desistiu da empreitada, sem deixar qualquer sinal de obra.

O estado amarga o título de mais violento do Brasil, com 64,6 homicídios por 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional, de 29 assassinatos por 100 mil habitantes, de acordo com o Mapa da Violência mais recente, que usa dados de 2012.

JUSTIFICATIVA

Ministério da Justiça atribui atraso a dificuldades dos estados

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça, e que administra o Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, atribuiu o atraso a dificuldade dos estados em indicar os terrenos para as obras, a problemas formais nos projetos e licitações, e a desistência de empresas que já haviam sido contratadas.

Segundo o Depen, os principais entraves enfrentados pelos estados dizem respeito às etapas iniciais do processo, que compreendem aprovação do projeto, liberação do terreno e documentação. O órgão ressaltou que alguns governos tiveram dificuldades em adequar os projetos à resolução 09/11, do Conselho Nacional de Polícia Criminal e Penitenciária, que especifica as diretrizes para a arquitetura penal.

Para minimizar os impactos, o Depen elaborou projetos-referência, que poderão ser usados pelos estados. Além disso, o órgão aceitou que os estados alterem o terreno onde as unidades serão construídas. Por fim, o Depen autorizou a postergação da entrega de alguns documentos, para começar a liberar o dinheiro para as obras.

"A abertura de novas vagas, sem dúvida, seria muito importante para resolver o problema crônico de encarceramento em delegacias de polícia."

José Carlos Cal Garcia presidente da comissão de direitos humanos da OAB.

CONTINUA

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REVISÃO

Governo está renegociando contratos, diz Sesp

Por meio de nota, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp) disse que as obras de construção e ampliação das penitenciárias no Paraná estão paralisadas por causa do decreto 29/2015, que prevê a renegociação do cronograma físico e financeiro das licitações de serviços.

Ainda segundo a secretaria, em novembro do ano passado, "a Caixa Econômica não tinha recursos, o que atrasou o início das obras". A Sesp diz que os projetos estão passando por um processo de revisão. "Os engenheiros do governo estão fazendo um diagnóstico de todas as obras previstas e, após esse procedimento, será possível definir outros detalhes de planejamento de cada projeto", consta da nota.

A **Gazeta do Povo** perguntou se existe um cronograma para que as obras voltem a ser realizadas; se há um novo prazo previsto para a entrega dos presídios; e se a contrapartida do governo do estado foi dada, mas não houve respostas. A Sesp apenas acrescentou que as novas vagas serão importantes para superar o problema da superlotação em delegacias. (FA)

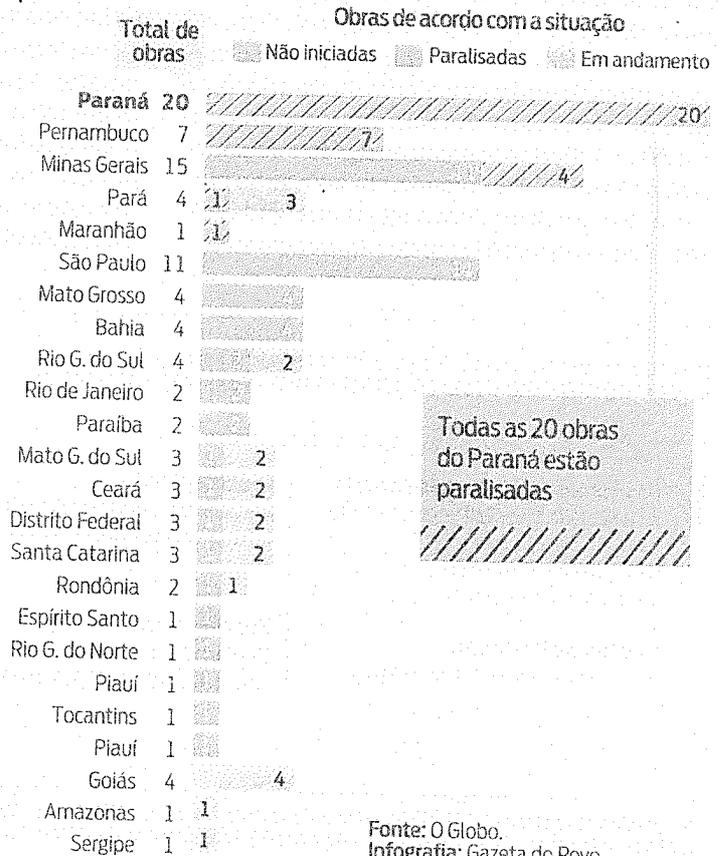
ANDAMENTO

Veja qual a situação das obras de construção ou ampliação de unidades prisionais em cada estado.

NO PAÍS



POR ESTADO



Fonte: O Globo.
Infografia: Gazeta do Povo.

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Da conta de criminosos para os cofres públicos

Confira o caminho percorrido pelo dinheiro obtido por meio de crimes até o ressarcimento à sociedade brasileira

Kelli Kadanus

A repatriação de recursos em favor dos cofres públicos brasileiros é um recurso utilizado para ressarcir a sociedade em relação aos danos causados por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. De acordo com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça, cerca de US\$ 300 milhões estão bloqueados atualmente no exterior esperando repatriação aos cofres públicos brasileiros. Segundo o órgão, até dezembro de 2014, cerca de R\$ 40 milhões foram recuperados em acordos de colaboração internacional.

O trâmite para que esse dinheiro volte aos cofres públicos é moroso e pode levar anos, já que os valores só retornam ao Brasil quando as ações judiciais estão encerradas e não cabe mais nenhum recurso.

Um dos mecanismos usados para garantir a devolução de dinheiro resultante de crimes é o bloqueio judicial dos valores. Os recursos ficam bloqueados nas contas, tanto no Brasil quanto no exterior, até que o processo judicial chegue ao fim.

De acordo com o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Deltan Dallagnol, uma das dificuldades encontradas para o bloqueio de dinheiro no exterior é a localização das contas. "Nem sempre é fácil encontrar recursos da pessoa no exterior", diz. "Você tem que saber que existe o dinheiro, que existe a conta e aí eles vão naquela conta que você especificou e fornecem a informação. Eles não fazem uma busca geral, diferentemente do que acontece no Brasil."

Outra dificuldade é a demora para que esses recursos retornem ao Brasil. "Quando você busca a recuperação desses ativos de modo judicial, você vai ter que esperar o encerramento dessas ações criminais dos processos cíveis para poder promover o retorno efetivo desses recursos para os cofres públicos", explica Dallagnol. "Esses recursos ficam apenas bloqueados. E a questão é: quanto tempo demora um processo judicial? Pode demorar três, cinco, dez, 15 anos."

Maneira abreviada

Uma maneira de diminuir o tempo de espera para que os recursos bloqueados no exterior retornem ao Brasil é a colaboração premiada. Nesse caso, o investigado concorda em devolver os valores que estão em seu nome em outros países e assina um documento autorizando a transferência para contas judiciais. "Esse documento vai para a autoridade estrangeira que efetuou o bloqueio; essa autoridade estrangeira vai saber que essa transferência é pactuada com

as autoridades brasileiras e vai autorizar o banco a transferir para a conta brasileira. E o dinheiro vem simples assim", explica Dallagnol. Nesses casos, os valores ficam em contas judiciais, da Justiça Federal ou do Supremo Tribunal Federal (STF), dependendo do acordo firmado.

"Nós já fizemos acordos que permitem a entrega imediata de R\$ 500 milhões", diz Dallagnol, em referência aos valores que a força-tarefa que investiga a Lava Jato espera recuperar com a operação. O valor é significativo, já que, de acordo com o DRCI, até novembro de 2014 apenas R\$ 40 milhões foram repatriados por meios judiciais. "A gente está extrapolando em muitas vezes tudo que já entrou no Brasil de recuperação de ativos até hoje, na história", relata o procurador do MPF.

"Nem sempre é fácil encontrar recursos da pessoa no exterior. [Na Lava Jato] nós já fizemos acordos que permitem a entrega imediata de R\$ 500 milhões."

Deltan Dallagnol, procurador do MPF.

CONTINUA

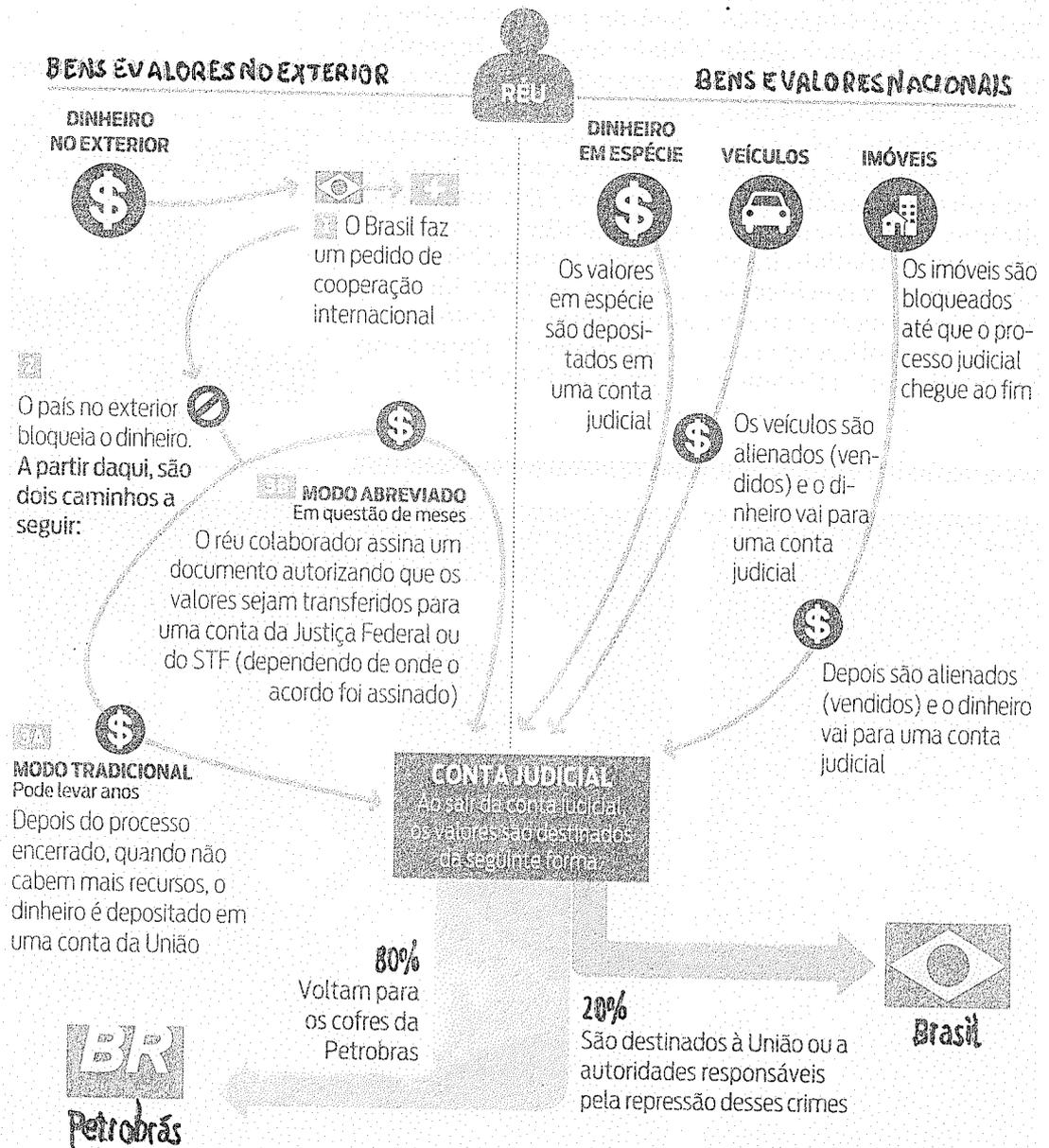
02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEVOLUÇÃO

Veja como funciona a restituição de valores aos cofres públicos de bens e de dinheiro vivo no Brasil e no exterior:



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 02 MAI 2015

CONTINUAÇÃO

Afinal, para onde vai o dinheiro repatriado em casos de crimes?

Depois de chegarem aos cofres públicos, os recursos repatriados podem seguir dois caminhos. Usando como exemplo o dinheiro recuperado na Operação Lava Jato, uma parte vai voltar aos cofres da Petrobras, que é considerada uma vítima do esquema de corrupção.

"Mas nem todo dinheiro é produto exclusivamente desse crime de desvio da Petrobras. Existem outros crimes, como o de lavagem de dinheiro. Nesse caso, a vítima é a sociedade, é a população de modo difuso. É o povo brasileiro", explica o procurador do MPF Deltan Dallagnol.

Nesse caso, por determinação legal, o destino do dinheiro é a União. "Mas há uma autorização na Lei de Lavagem de Dinheiro que permite que o dinheiro seja destinado às autoridades responsáveis pela repressão desse tipo de crime, ou seja, ele iria para órgãos públicos para melhor promover a prevenção e o combate a esse tipo de crime."

Na hora de dividir o dinheiro, quem decide é o Judiciário. Os procuradores do caso podem, porém, fazer uma sugestão, que será avaliada pelo juiz. Temos conversado com a Petrobras no sentido do dinheiro que estamos recuperando mediante acordos encaminhar 80% do valor para a estatal", conta o procurador.

No caso de dinheiro em espécie e bens apreendidos durante as investigações, o destino deverá ser o mesmo. O que muda é a

tramitação em cada caso. No caso de valores em espécie, o dinheiro é depositado em uma conta judicial. Já em casos de veículos, a legislação brasileira permite que os bens sejam alienados. "A tendência é que o bem seja vendido, convertido em dinheiro e esse dinheiro seja depositado", explica o procurador. Por outro lado, se o bem não estiver sujeito à deterioração, como um imóvel, o procedimento é diferente. "Esse imóvel é bloqueado. Existe uma hipoteca legal que é levada a registro para impedir que seja vendido para terceiros e, salvo alguma necessidade de alienação, que aconteça ao longo do caminho, esse bem fica mantido constricto até o trâmite julgado e aí sim ele seria alienado e serviria para reparar o crime." (KK)

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Justiça Federal manda União prorrogar inscrições no Fies

▮ A Justiça Federal de Mato Grosso determinou nesta quinta-feira (30) que a União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prorroguem o prazo de inscrição para novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até uma nova decisão judicial. O prazo para a adesão de alunos que tentam conseguir o financiamento do programa pela primeira vez terminou nesta quinta-feira (30).

Procurado, o MEC informou, por meio de sua assessoria, que ainda não foi notificado e que, assim que isso ocorrer, irá recorrer da decisão por meio da Advocacia-Geral da União (AGU). A determinação liminar é assinada pelo juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, vale para todo o país e atende, em parte, ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União. A prorrogação é por prazo indeterminado.

No pedido de prorrogação, a Defensoria Pública da União alega que a educação de milhares de estudantes não pode ser prejudicada por falhas no sistema do Fies. De acordo com a Defensoria, as falhas violam os direitos coletivos dos estudantes de baixa renda pré-matriculados em cursos superiores particulares.

Pela decisão, o Ministério da Educação também fica obrigado a corrigir imediatamente o funcionamento do SisFies, sistema usado para novas contratações, ou a oferecer aos alunos meio alternativo de efetivação da inscrição no programa. O juiz ainda fixou multa diária de R\$ 20 mil ao FNDE, gestor do Fies, e à União caso não ampliem o prazo, como determinado.

No final do ano passado, o Ministério da Educação adotou mudanças no programa federal, como a exigência de desempenho mínimo no Enem e rigor maior sobre a qualidade dos cursos financiados. Depois disso, estudantes passaram a relatar problemas para acessar o sistema e alguns até ameaçaram desistir dos cursos.

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Pensão alimentícia

Assunto dos mais recorrentes nas atividades da malha fiscal do Imposto de Renda (IR), a pensão alimentícia é cercada de rígida disciplina legal.

Conforme as orientações da Receita Federal, podem ser deduzidas da base de cálculo mensal do IR e na declaração de ajuste apenas as importâncias pagas a título de pensão alimentícia, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo com as normas do Direito de Família e sempre em decorrência de decisão ou acordo judicial ou por escritura pública, nos termos do Código de Processo Civil.

Despesas com instrução e os desembolsos médico-hospitalares pagos pelo alimentante, em nome do alimentando, em razão de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente ou por escritura pública, podem ser deduzidas somente na declaração anual de rendimentos, em seus campos próprios, observado o limite anual relativo às despesas com instrução.

De acordo com as instruções da Receita, na declaração de ajuste anual do IR devem ser informados o nome e o número do CPF de todos os beneficiários da pensão e o valor total pago no ano, mesmo que descontado pelo empregador em nome de apenas um dos beneficiários.

Vale lembrar ainda que o contribuinte que paga pensão não pode incluir o filho como dependente.

Para fazer jus à dedução em comento, o contribuinte deve observar ainda que as importâncias pagas relativas ao suprimento de alimentos, em face do Direito de Família, serão aquelas em dinheiro e somente a título de prestação de alimentos provisionais ou a título de pensão alimentícia. Tratando-se de sociedade conjugal, a dedução somente se aplica quando o provimento de alimentos for decorrente da dissolução desse vínculo.

Outras despesas

Somente é dedutível como pensão o valor pago como pensão alimentícia. As quantias pagas decorrentes de sentença judicial para cobertura de despesas médicas e com instrução, destacadas da pensão, são dedutíveis sob a forma de despesas médicas e despesas com instrução dos alimentandos, desde que obedecidos os requisitos e limites legais. Os demais valores estipulados na sentença, tais como aluguéis, condomínio, transporte, previdência complementar, não são dedutíveis. Idêntico tratamento é aplicado quando tais valores forem pagos em decorrência de escritura pública de separação e divórcio consensual.

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA (4a) QUARTA VARA DA FAZENDA PUBLICA DO FORO CENTRAL DA COMARCA
DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Rua Padre Anchieta n° 1287— Curitiba/Pr Fone/Fax: (41) 3363-2914

EDITAL para CITAÇÃO de VALTER GONÇALVES, no prazo de 30 (trinta) dias. O Doutor EDUARDO LOURENÇO BANA, Juiz de Direito da Quarta Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei: FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 4a Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, sito a Rua Padre Anchieta n° 1287, 2° andar, Curitiba-PR, se processam os Autos n° 0004558-07.2008.8.16.0004 (52.401/00), de Ação de Procedimento ORDINARIO, em que é requerente O ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, representado judicialmente pela Procuradoria Geral do Estado, com sede na Rua Conselheiro Laurindo, n° 561, Centro, em Curitiba/PR, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência através de seu Procurador ao final assinado (cf. instrumento de Delegação de Poderes incluso), propor uma Ação de Reparação de Danos em face de VALTER GONÇALVES, brasileiro, solteiro, motoboy, portador do RG n° 4.599.399-0/pr, com endereço na Rua Leonor Cardoso, n° 311, ap. 302, bloco 29, Campo Comprido, em Curitiba (PR), pelo rito do Código de Processo Civil, artigo 275, inciso II, alínea "d", seguintes e demais aplicáveis, pelas razões que passa a expor: I - Os Fatos: 01. Consoante se depreende do anexo Protocolo Administrativo n° 8.929.966-7, em data de 07 de novembro de 2005, cerca das 16:30 horas, o soldado Everson Roberto Medeiros de Souza conduzia a viatura da Polícia Militar do Estado do Paraná marca Fiat Palio Weekend placa AMN-6199 e prefixo 40 6255 pela Rua Prof. Benedito Nicolau dos Santos, sentido rua Mateus Leme, Centro Cívico, nesta Capital, quando foi inesperadamente abalroada na sua lateral pela motocicleta Honda CG 126 placa ADN - 3389 que estava sendo pilotada pelo ora requerido pela mesma rua em sentido oposto, o qual pretendia adentrar à esquerda - no estacionamento do Tribunal de Contas do Estado - de forma descuidada e sem tomar as cautelas previstas na legislação para que viesse a consumá-la de maneira segura para si e para os demais envolvidos no trânsito. 02 - Como de praxe nestas situações, foi pela autoridade policial militar instaurado um inquérito técnico com o objetivo de apurar os fatos, da forma como efetivamente ocorreram. Diligenciando com critério e imparcialidade neste procedimento administrativo, com apurado levantamento pericial, inclusive com a ouvidoria do ora requerido, o Sr. Oficial encarregado concluiu pela integral culpabilidade do condutor da motocicleta no evento danoso, visto que efetivamente a pilotava sem a indispensável atenção para tanto. II - O Direito: 03. O sinistro (como se vê pelo procedimento incluso) deu-se exclusivamente em decorrência de imprudência, negligência e imperícia do condutor da viatura, por haver desrespeitado normas básicas e elementares de trânsito, mais especificamente o disposto no artigo 38, parágrafo único do Código de Trânsito Brasileiro, abrindo ensanchas, via de conseqüência, à sua responsabilização civil para a reparação do prejuízo que causou ao veículo oficial, na forma preconizada pelos artigos 186 e 927 "caput" do Código Civil. 04. Neste sentido é de ser levado em consideração não apenas o Boletim de Ocorrência, dotado de presunção de veracidade, como se infere pelos seguintes arestos unânimes do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como também o próprio técnico elaborado pela PMPR: apelação cível, responsabilidade civil, acidente de trânsito, colisão traseira. Ônibus e dois automóveis. Ausência de provas hábil a elidir as informações contidas no boletim de ocorrência. Dever de indenizar caracterizado. Reembolso seguradora responsável pela cobertura securitária. Sentença mantida recurso desprovido (8° CCv, ACv n° 3480481-5, Rel. Dês. Miguel Kfourri Neto, j. em 03.09.2006). "Ação de reparação de danos, acidente de trânsito. Entrada repentina do veículo do requerido na via principal a qual tem preferência de passagem. Desrespeito a sinalização. Culpa do requerido comprovada pelo boletim de ocorrências, o qual tem presunção de veracidade até prova em contrário" (9a CCv, ACv. N. 3800401 7, rel. Dês. Eugenio Achille Grandinetti, j. em 23.11.06). 05. Realmente, MM Juiz, a culpa do Requerido no acidente é incontornável, pois nada justifica o fato de tentar adentrar à esquerda sem tomar as devidas cautelas quanto aos veículos que seguiam em sentido contrário, e com isso chocando-se bisonhamente com a viatura policial militar que transitava normalmente pela mesma via. 06. Crê-se, então, que ao condutor da motocicleta faltou a indispensável cautela e previsibilidade pois: Em termos absolutos, tudo o que não é fisicamente impossível é previsível. Mas no tocante ao trânsito, a previsibilidade há de ser temperada pelo princípio da confiança recíproca, em razão da qual cada um dos envolvidos no tráfego tem o direito de esperar os demais se atenham às regras e cautelas que de todos são exigidas. (1a Câmara. Do TACrim. SP, Julgados, 15/251). Previsível é o fato cuja possível superveniência não escapa à perspicácia do homem comum. eia Câmara. Crim. Do TASP, Julgados, 1/35). 07. Também é certo que: "Quem conduz veículo motorizado não pode procurar isentar-se de culpa invocando dificuldades em obstáculos surgidos em seu caminho." (4a Câmara. Do TACrim. SP, JTACrim 61/186). 08. Sobre a culpa, vale trazer o magistério de Caio Mário, "in" Responsabilidade Civil, Ed. Forense, 3ª Ed. 1992. "Pode-se conceituar culpa como sendo um erro de conduta cometido pelo agente que, procedendo contra direito causa dano a outrem, sem a intenção de prejudicar, e sem a consciência de que seu comportamento poderia causá-lo. 09. Por outro lado, não se pode omitir a definição de Planiol, pela qual " Culpa é a infração de uma obrigação preexistente, de que a lei ordena a reparação quando causou um dano a outrem. ("in" Traité Elementaire du droit civil, vol. II n° 837). Assim da forma como agiu (com culpa), o ora Requerido violou o ordenamento jurídico, devendo então, reparar o dano que causou. 10. Como não poderia deixar de ser, a jurisprudência dominante segue o mesmo trilho da doutrina, como vemos pelo acórdão abaixo descrito, do TACrim. SP, de lavra do eminente Juiz Sidnei Benetti, "in" JUTACrim90/211: "A culpa consiste em proceder o agente sem a necessária cautela, deixando de empregar as precauções -indicadas pela experiência como

CONTINUA

02 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

capazes de prevenir possíveis resultados lesivos." 11. Como consequência, tem o requerido agora a obrigação legal de repor o montante dos prejuízos que causou aos cofres públicos pois: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito." (Art. 186 do Código Civil). "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." (Art. 927, "caput", do código Civil); II - Via Suasória: Esgotamento. 12. MM Juiz: Convém salientar desde já que o Estado do Paraná tentou compor amigavelmente com o Requerido chamando-o à sede da Procuradoria Geral do Estado (fls.61 do Inquérito Técnico), quando o mesmo espontaneamente formulou uma proposta de acordo dirigida ao Conselho Superior da PGE para pagamento parcelado do valor dos danos que causou (fls.62/63-I.T.), o que foi aceito por aqueles douto Colegiado (fls.68/69-I.T.). Esta atitude tomada pelo próprio requerido à ocasião implicou no pleno reconhecimento de sua culpabilidade no evento, em manifesta concordância com todos os termos do inquérito técnico realizado pela PMPR e de seu consequente débito para com o erário paranaense. 13. Contudo, a partir de então não existiu um consenso entre o requerido e a corporação policial militar quanto à forma deste pagamento parcelado. Retornou então o expediente à Procuradoria Geral do Estado, quando o requerido novamente prontificou-se em cumprir o acordo que propôs e que foi aceito pela Administração Pública, estabelecendo a maneira que lhe seria viável para tanto (fls.80-I.T.). 14. Assim, novamente aos cuidados da PMPR, tentou-se por diversas ocasiões restabelecer contato com o requerido, inclusive deixando-se recados com sua irmã, não obstante, o mesmo jamais retornou as ligações, demonstrando o mais completo desinteresse no cumprimento de sua obrigação para com o Estado do Paraná (fls.87/89 - I.T.). Desta maneira, não restou outra alternativa ao autor que o ajuizamento da presente demanda, ate mesmo em decorrência da fluência do prazo prescricional para o exercício de seu direito de ação. IV Requerimento. 15. Por tais razões de fato e de direito, o Estado do Paraná requer a citação do Sr. Valtor Gonçalves para acompanhamento desta ação até final sentença, a qual requer julgue pela procedência, a efeito da condenação do requerido ao pagamento ao requerente da importância de R\$ 3.234,48 (três mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), acrescido de juros de mora contados a partir da data do evento danoso e dos demais acréscimos legais, vez que trata-se de dívida resultante de ato ilícito, de custas e demais despesas judiciais, e dos honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência. 16. Como provas, além dos documentos que seguem anexos a esta inicial, requer a ouvida do depoimento pessoal do requerido (pena de confissão), bem como, na condição de testemunhas, dos seguintes policiais militares, a serem requisitados junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná: i) Soldado Minetto (Rg. n° 4.412.349-5), que foi o responsável pela elaboração do Boletim de Ocorrência de Acidente de Transito n° 11737/2005. ii) Sargento A. Vieira (Rg n° 5.841.238-4), que foi responsável pela confecção do croqui no local do acidente. 17. Atribui-se à causa, para fins fiscais, o valor de R\$ 3.234,48 (três mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos). ADVERTENCIA: Ao requerido para apresentar resposta ao pedido inicial, querendo, sob pena de assim não o fazendo, presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Requerente, em conformidade com as cópias que seguem em anexo deste fazendo parte integrante. (Nos termos dos artigos 285 e 319 do CPC). DADO E PASSADO nesta cidade de Curitiba, aos 06 dias do mês de Junho de 2014. Eu, Mariângela Mello Ferraz Gomes - Técnico judiciário, o digitei.

EDUARDO LOURENÇO BANA

GAZETA DO POVO

AYOUB HANNA AYOUB / GUSTAVO HENRIQUE VIDAL

Chega de perseguição a jornalistas

03 MAI 2015

Neste 3 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, os jornalistas do Paraná gritam por apoio. É inaceitável que profissionais da imprensa sejam impedidos de investigar informações de interesse público em pleno século 21.

O jornalista James Alberti não está só. Não apenas por estar vivo após escapar de um criminoso plano de assassinato. Mas ele compõe um expressivo número de casos de jornalistas que sofrem ameaças diárias por desempenhar o verdadeiro papel do jornalismo na sociedade: o de trazer à tona tudo aquilo que querem manter escondido.

James integra a equipe da RPCTV que investiga organizações criminosas na Região Norte do Paraná, ligadas à exploração sexual de menores, à corrupção na Receita Estadual e ao esquema de fraude em licitações do governo do Paraná. Ainda não há provas dos autores do plano para tirar a vida do jornalista, mas os sindicatos dos Jornalistas do Paraná (SindijorPR) e do Norte do Paraná exigem respostas das autoridades.

Este recente caso de agressão a um jornalista é uma amostra do que tantos outros profissionais da área sofrem diariamente, quando se propõem a efetivamente ser o contrapoder e trazer ao conhecimento da sociedade informações relevantes ao interesse e debate públicos.

Ameaçar jornalistas representa uma grave afronta ao direito à comunicação, ao qual todos os cidadãos paranaenses deveriam ter acesso. Além de um atentado ao livre exercício do jornalismo, também é um ataque a todos os paranaenses e a seu direito à livre informação. Quando não há liberdade em dar publicidade a fatos que atingem diretamente nossos direitos, a democracia está em perigo.

As investigações em Londrina mostraram que o dinheiro sonogado por um único empresário equivale a cerca de R\$ 7 milhões, que poderiam ter sido investidos pelo governo em escolas, creches e hospitais. Portanto, calar um jornalista

que quer trazer a público essa informação também é um atentado contra a vida de qualquer cidadão que está em filas do atendimento hospitalar, ou que sente na pele o desrespeito aos trabalhadores da educação pública estadual.

Mas James e todos os outros profissionais ameaçados e impedidos de trabalhar livremente não estão sozinhos, principalmente porque a categoria unida nos sindicatos está atenta e mobilizada para lutar contra essas ameaças e proteger o papel social da profissão, cobrando dos órgãos necessários e das empresas de comunicação a devida proteção ao profissional.

Recentemente foi criado o Comitê Paranaense de Proteção ao Jornalista. O grupo formado por jornalistas, representantes dos sindicatos, da CUT, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da ONG Terra de Direitos atuará em todos os casos de ameaça aos jornalistas paranaenses, encaminhando denúncias às autoridades competentes.

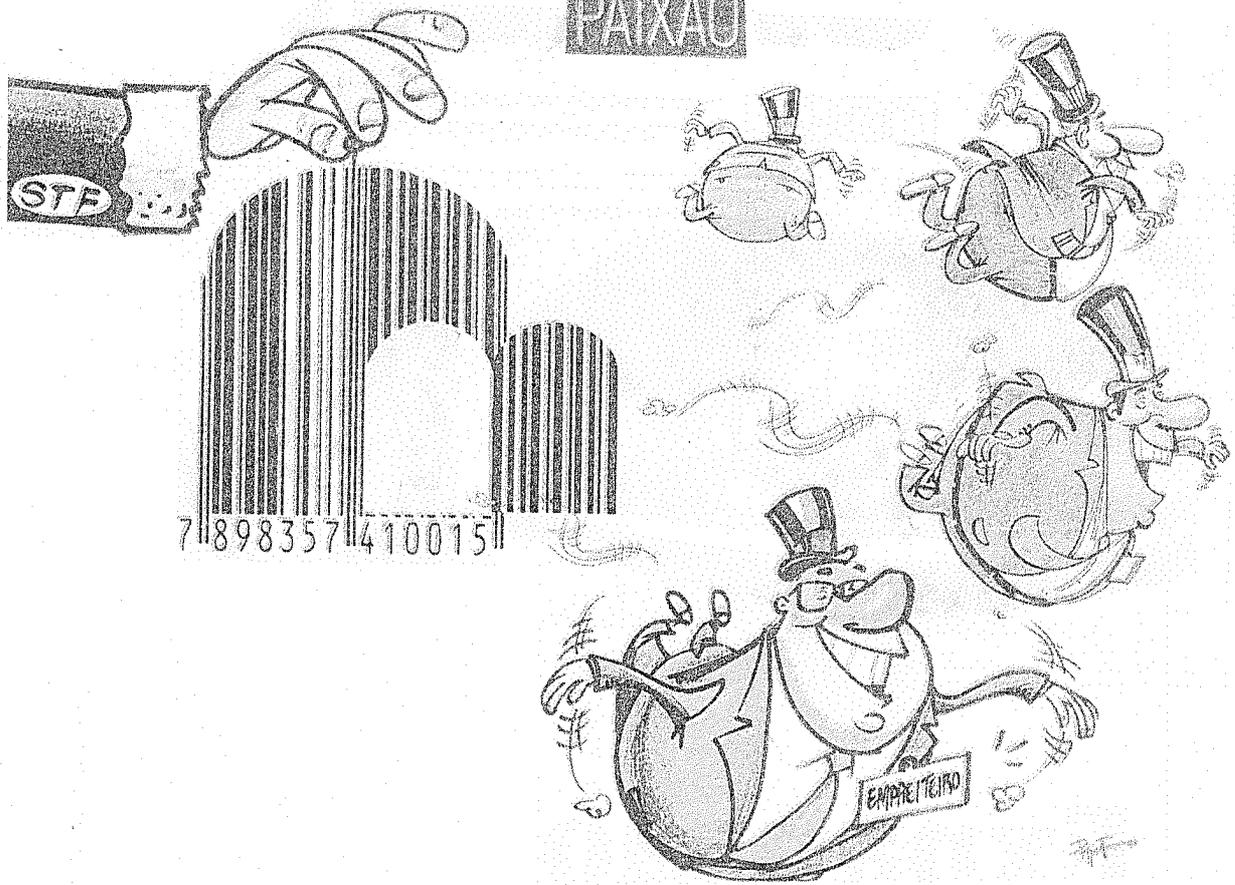
Neste domingo estamos na rua para denunciar essas práticas criminosas e dar um basta às ameaças aos jornalistas do Paraná. A partir das 10 horas estaremos no Largo da Ordem, em Curitiba, onde será lançada a campanha "Basta: chega de perseguição a jornalista". Na semana seguinte, o Sindicato do Norte realizará a mesma manifestação em Londrina e cidades próximas. Os profissionais da imprensa conversarão com a população para que ela também caminhe junto com os jornalistas, em defesa do jornalismo livre e do debate público. A mobilização continuará para proteger os direitos da sociedade e a plena democracia.

Gustavo Henrique Vidal é presidente do SindijorPR.
Ayoub Hanna Ayoub é presidente do Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná.

03 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



03 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PF encontrou menções a Toffoli em celular de empreiteiro, diz 'Veja'

Em sua edição desta semana, a revista *Veja* afirma que um relatório da Polícia Federal indica uma suposta proximidade entre o sócio e presidente da OAS, Léo Pinheiro, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli.

A menção a Toffoli surgiu em troca de mensagens em que o empreiteiro e o ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, em 13 de novembro de 2014, combinam a ida ao aniversário de Toffoli. Preso, Pinheiro foi solto na quarta após um julgamento no STF em que Toffoli foi um dos três votos favoráveis à libertação (3 a 2).

Foram encontradas outras três menções a Toffoli – a primeira em 2012, quando um funcionário da OAS lembra a Pinheiro: "Aniversário de Toffoli dia 15. Gosta de um bom whisky". Toffoli disse que conhece Pinheiro, mas não tem intimidade com ele.

04 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» LAVA JATO

Sentenças de empreiteiros saem em junho

▣ A decisão do Supremo Tribunal Federal de livrar da cadeia e transferir para o regime de prisão domiciliar nove empreiteiros denunciados no esquema de corrupção e desvios na Petrobras não vai criar obstáculos ao ritmo dos processos da Lava Jato conduzidos pelo juiz federal Sérgio Moro, avalia a força-tarefa responsável pelas investigações. Pelo cronograma, a partir de junho começam a ser expedidas as primeiras sentenças nas cinco ações penais que têm os executivos como réus.

Esta semana a Justiça Federal dará início aos interrogatórios dos 25 dirigentes e funcionários de seis empreiteiras — Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, OAS e UTC — das 16 apontadas como integrantes de um cartel nos contratos da Petrobras.

Na semana passada, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa e o delheiro Alberto Youssef — delatores e peças centrais no esquema — foram os primeiros réus desses processos a serem interrogados. Costa confirmou o esquema de corrupção e cartel na estatal. “Nos contratos envolvendo o cartel, a propina era generalizada”, afirmou.

Os executivos e as empresas serão acusados formalmente ainda por formação de cartel e fraudes em processo licitatório. “As empresas simulavam um ambiente de competição e o fraudavam. Temos aí um ambiente fraudado com cartas marcadas”, afirma Dallagnol.

Para os procuradores da força-tarefa da Lava Jato, a necessidade de prisão dos réus, incluindo o dono da UTC Engenharia, Ricardo Pessoa — apontado como o coordenador do cartel —, e o presidente afastado da OAS, José Aldemário Pinheiro, o Leó Pinheiro, está mantida.

30 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ex-procuradora-geral de Justiça do MA vira ré em ação

Fátima Travassos é acusada de livrar cunhado de Roseana Sarney (PMDB) de processo por formação de quadrilha

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

A ex-procuradora-geral de Justiça do Maranhão, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, é ré em ação de improbidade administrativa acusada de ter livrado de um processo o cunhado da ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), Ricardo Murad.

Segundo denúncia do Ministério Público do Maranhão contra a ex-chefe da instituição, o favorecimento ao político aconteceu em 2011, quando ele, junto com outros réus, respondia a um processo acusado de formação de quadrilha e fraude em licitações.

O processo referia-se ao período em que Murad chefiou a Gerência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Luís, em 2005. Mais tarde, ele virou secretário de Saúde de Roseana.

Em 2010, um ano antes do suposto favorecimento, Travassos havia sido reconduzida ao cargo de procuradora-geral, apesar de ter ficado em segundo lugar na lista tríplice submetida pelo Ministério Público à governadora.

De acordo com a Promotoria, Travassos pediu ao Tribunal de Justiça que rejeitasse denúncia contra Murad, que já havia sido aceita antes em juízo, "sem qualquer razão jurídica consentânea com o papel do Ministério Público" e "somente em relação a um dos acusados, sendo este seu amigo pessoal e notoriamente o responsável por sua recondução ao cargo que ocupava".

"Aliás, tal amizade, vinculação e falta de independência [da então procuradora] é fato público e notório e de conhecimento de toda a sociedade", diz a denúncia.

Murad também é réu no atual processo. Os promotores Tarcísio Bonfim e João Leonardo Leal pedem à Justiça que condene os réus à perda de função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa e proibição de contratar com o governo.

Os promotores não quiseram comentar a denúncia.

Travassos também responde a outras duas ações civis — numa delas, é acusada de usar carro e motorista oficiais para atividades pessoais.

A Folha não conseguiu localizar os acusados nem seus advogados.

01 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Professor em greve pede ajuda à Justiça

Parados há 50 dias e sem contraproposta do governo de SP, docentes recorrem ao Judiciário para acabar com impasse

Nesta quinta-feira (30), categoria manteve a paralisação; gestão Alckmin afirma que adesão é de apenas 5%

FÁBIO TAKAHASHI
DE SÃO PAULO

Aprovada há 50 dias, a greve dos professores das escolas paulistas vive um impasse. O governo não apresenta uma contraproposta, e o sindicato mantém a exigência de reajuste salarial de 75%.

Em assembleia nesta quinta (30), os docentes decidiram manter a paralisação, que atinge parcialmente a rede com 4 milhões de estudantes.

A próxima reunião entre os grevistas e o governo Geraldo Alckmin (PSDB) está marcada apenas para o dia 13 de maio. Dessa forma, a Apeoesp (sindicato docente) solicitou a mediação da Justiça.

O sindicato informou também que o Tribunal de Justiça agendou uma audiência, na quinta (7), para tentar uma conciliação entre as partes.

Até o fechamento desta edição, a reportagem não havia conseguido confirmar a audiência com o Judiciário.

PRECIPITAÇÃO

Segundo o governo, apenas 5% dos docentes faltaram ao trabalho nesta semana. Para o sindicato, porém, a adesão está entre 50% e 52%.

Do lado da Secretaria Estadual de Educação, a argumentação é que haverá política de valorização salarial, mas não no calendário imposto pela sindicato.

Segundo a pasta, a greve foi "precipitada", com motivação partidária. O sindicato é filiado à CUT, ligada ao PT.

A secretaria, porém, não informou quando fará essa proposta de reajuste —o piso salarial do professor em São Paulo é de R\$ 2.415,89 (26% acima da média nacional).

O governo estadual ressaltou também que, dos seis sindicatos da categoria, cinco não aderiram à paralisação. A Apeoesp, porém, tem mais filiados que os demais.

A gestão Alckmin diz que, apesar da situação financeira desfavorável, pagará neste ano R\$ 1 bilhão em bônus aos docentes, esforço não reconhecido pelos grevistas.

INTRANSIGÊNCIA

Já para a presidente do sindicato, Maria Izabel Noronha, o governo é "intransigente", por isso a greve se estende.

"Se não conseguem dar os 75%, conseguem quanto? O que não podemos é ficar nessa situação, de reajuste zero."

O índice de aumento reivindicado tem como base estudo do sindicato que buscou calcular a diferença salarial entre os professores da rede e os demais profissionais do Estado com ensino superior.

Para esse levantamento, a entidade utilizou dados da Pnad, levantamento do IBGE.

Essa equiparação salarial consta no Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso ano passado, que dá prazo até 2020 para o cumprimento dessa meta.

Em levantamento próprio, reportagem da Folha estimou que o reajuste necessário para equiparação estaria próximo dos 60%, considerando a média de todos os docentes.

O governo, por sua vez, contesta a defasagem. Afirma que, para os professores com carga horária semanal de 40 horas, a média salarial é de R\$ 4.416, apenas 1% inferior à média da população do Estado com ensino superior.

O governo, porém, não informa quantos docentes possuem essa carga horária (que se assemelha à média da população do Estado).

FOLHA DE S. PAULO

Justiça autoriza SP a reduzir pagamento de dívida com União

Decisão de caráter liminar permite que Haddad pague parcelas de acordo com lei que mudou índices de correção

Juíza avalia como 'censurável' a omissão do governo federal ao não definir prazos para regra entrar em vigor.

GUSTAVO URIBE
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal autorizou nesta quinta-feira (30) a Prefeitura de São Paulo a reduzir os pagamentos mensais de sua dívida com a União, permitindo que os valores sejam revistos de acordo com a lei que mudou os índices de correção das dívidas de Estados e municípios no ano passado.

A medida, autorizada em caráter liminar, permite que a prefeitura economize neste ano cerca de R\$ 1 bilhão, reduzindo de R\$ 340 milhões para R\$ 196 milhões seus pagamentos mensais à União.

A decisão da juíza Ivani Silva da Luz, do Tribunal Regional Federal em Brasília, autoriza o prefeito Fernando Haddad (PT), a pagar em juízo as parcelas da dívida.

A medida, contra a qual cabe recurso, é uma resposta à ação movida na semana passada pela prefeitura, antecipada pela **Folha**, para obrigar o governo Dilma Rousseff (PT) a cumprir a lei que altera a correção das dívidas.

As novas regras foram aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pela presidente no ano passado, mas a equipe econômica quer que as mudanças sejam adotadas só em 2016, por temer a perda de receita num ano de crise econômica e aperto fiscal.

Na decisão, a juíza avalia como "censurável" a omissão do governo federal ao não ter definido prazos ou "comandos legais" para que as novas regras entrassem em vigor.

Ela considera que essa conduta provoca "significativos prejuízos" à Prefeitura de São Paulo. "[A prefeitura] terá à disposição menos recursos públicos, comprometendo a prestação dos serviços de sua competência, advindo daí o risco de dano irreparável ou de difícil reparação", disse.

Ela ressalta que não acredita que o governo federal, após a tramitação da proposta, "obste a aplicação dos critérios nela previstos".

"O fato de o saldo atual da dívida estar elevado consoante os motivos mencionados pela ré [governo federal] em sua manifestação, não importa ao caso, pois tal questão não é impeditiva para a concessão dos novos parâmetros previstos pela lei", escreveu.

JUROS

As novas regras preveem incidência de juros mais baixos sobre os empréstimos, permitindo gasto menor com o pagamento das parcelas mensais da dívida e a redução do valor de seu estoque.

Com a mudança, a dívida de São Paulo passaria a ser corrigida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acrescido de 4% ao ano, e não mais pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna) mais juros de 6% a 9% ao ano.

A estimativa da prefeitura é que o saldo da dívida será reduzido de R\$ 62 bilhões para R\$ 36 bilhões. Há um mês, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), também entrou na Justiça e conseguiu decisão que obriga o governo federal a recalcular a dívida da capital fluminense.

A DÍVIDA DE SP

R\$ 62 bi

é valor da dívida da Prefeitura com a União

R\$ 36 bi

seria o valor se ela for reajustado de acordo com os critérios da lei aprovada em 2014

02 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz estica prazo para contrato novo no Fies

Liminar da Justiça Federal de Mato Grosso vale para todo o país e não fixa data; o governo federal vai recorrer

Inscrições deveriam ser encerradas nesta quinta (30); prorrogação foi pedida pela Defensoria Pública da União

CRISTINA CAMARGO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A Justiça Federal de Mato Grosso determinou nesta quinta-feira (30) que a União prorrogue o prazo de inscrição para quem quer ingressar no Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

As inscrições deveriam ter sido encerradas às 23h59 desta quinta, mas, à noite, uma liminar concedida pelo juiz Raphael Cazelli de Almeida Carvalho prorrogou o prazo por tempo indeterminado.

O juiz atendeu pedido encaminhado pela Defensoria Pública da União. A decisão vale para todo o país.

No pedido de prorrogação, a Defensoria Pública da União alega que a educação de milhares de estudantes não pode ser prejudicada por falhas no sistema do Fies.

A prorrogação do prazo, porém, não significa que o governo federal aceitará novos contratos —o sistema pode ficar disponível, mas sem novas vagas abertas.

Diante das queixas de estudantes de dificuldades para conseguir completar o processo no site do Fies, o governo federal tinha estendido até 29 de maio o prazo para quem pretende renovar o contrato.

Mas foi mantida a data limite (30 de abril) para interessados em conseguir um financiamento.

NA FILA

Até quarta (29), 250 mil novos contratos foram firmados neste ano, segundo o Ministério da Educação. Em 2014, foram 732 mil no ano todo. Ainda não há data de abertura do Fies no segundo semestre.

Há 1,9 milhão de contratos ativos no país, dos quais 156.940 não tinham sido renovados até quarta-feira.

De acordo com a Defensoria, as falhas no acesso ao site violam os direitos coletivos dos estudantes de baixa renda pré-matriculados em cursos superiores particulares.

“A União deve garantir que essas novas contratações sejam realizadas”, disse a defensora pública Luciana Tiemi Koga, em entrevista ao programa “Hora Um”, da Globo.

No final do ano passado, o Ministério da Educação adotou mudanças que restringiram, na prática, o acesso ao programa federal.

O governo cortou repasses, limitou o reajuste de mensalidades e passou a exigir desempenho mínimo no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e rigor maior sobre a qualidade dos cursos financiados. Depois disso, estudantes passaram a relatar problemas para acessar o sistema e alguns até ameaçaram desistir dos cursos.

Alunos chegaram a passar a madrugada na fila em frente à FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), em São Paulo, para conseguir completar o processo.

O Ministério da Educação disse, em diferentes ocasiões, que monitora o sistema para garantir o funcionamento.

OUTRO LADO

O MEC informou nesta sexta (1º) que vai recorrer, por meio da Advocacia Geral da União, da decisão da Justiça mato-grossense que prorrogou o prazo para inscrição de novos interessados no Fies.

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dia Mundial da Imprensa e Judiciário

TAÍS GASPARIAN

Decisões judiciais relativas à liberdade de expressão no Brasil aproximam-se das proferidas em países com forte tradição democrática

Os últimos anos foram essenciais para o estabelecimento de parâmetros mais seguros e perenes no que diz respeito à garantia e à efetividade da liberdade de expressão no Brasil. A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), revogando a Lei de Imprensa, em 2009, a promulgação da Lei de Acesso à Informação, em 2011, e o Marco Civil da Internet, no ano passado, são importantes documentos que justificam otimismo com relação ao tema.

A discussão sobre a liberdade de expressão é recente no país. Embora a Constituição Federal adote princípios de plena liberdade desde sua promulgação, em 1988, esses mesmos princípios coexistiram no Brasil durante mais de 20 anos, com uma Lei de Imprensa da época da ditadura militar.

Por ocasião do julgamento que afastou a aplicação da Lei de Imprensa, o Supremo, na voz do então ministro Carlos Ayres Britto, manifestou o entendimento de que as liberdades de pensamento, criação, expressão, informação e imprensa não comportam qualquer restrição ao seu exercício e não se sujeitam a outras disposições que não aquelas previstas na própria Constituição.

Vale lembrar que a decisão do STF foi provocada por uma ação as-

sinada pelo advogado e deputado federal Miro Teixeira, inspirado na avalanche de ações propostas contra a *Folha* e contra a jornalista Elvira Lobato por dezenas de fiéis de uma igreja, em razão de uma reportagem. O jornal não perdeu nenhum processo, e a decisão do Supremo é referência para diversas outras decisões judiciais no país.

Essas são questões que merecem ser lembradas no Dia Mundial da Imprensa, comemorado neste domingo (3), e que refletem o amadurecimento democrático do país.

Em homenagem a essa mesma data, a Universidade Columbia, em Nova York, colocará na internet um repertório de decisões judiciais de diversos países, relativas à liberdade de expressão. Trata-se do Global FoE Database Website (globalfree.domofexpression.org), que reúne jurisprudência de mais de 30 nações.

Construído com o apoio de juristas, advogados e professores, esse banco de dados permitirá o conhe-

cimento de casos críticos, assim como o exame comparativo de jurisprudência e a pesquisa por tendências regionais e globais.

Interessante notar que as decisões judiciais mais recentes relativas à liberdade de expressão no Brasil aproximam-se muito das proferidas em países com forte tradição democrática. Tanto aqui como nesses países, os assuntos mais marcantes são os relativos às violações à honra, ao direito ao esquecimento e ao discurso do ódio.

Estão praticamente fora da nossa agenda, por exemplo, os temas relativos à censura política e ideológica, que ainda são temas preocupantes em outros países.

Mesmo em uma democracia relativamente jovem como a brasileira, as decisões dos tribunais têm acompanhado a consolidação dos princípios democráticos de publicidade dos atos da administração pública e de liberdade de expressão. Afinal, à imprensa também cabe o papel de controlar e revelar atos relativos ao Estado, além de constituir uma alternativa à versão oficial dos fatos.

TAÍS GASPARIAN, 56, advogada, é sócia do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian - Advogados e integrante da Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão da OAB

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Fórum discutirá censura e liberdade de expressão

SÃO PAULO - A censura judicial e as relações dos meios de comunicação com o poder são alguns dos temas que serão debatidos na sétima edição do Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia, que acontece nesta segunda (4) em Brasília. A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia falará na conferência de abertura. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kaskay, e Carlos Müller, diretor de comunicação da ANJ (Associação Nacional de Jornais), participarão do evento, promovido pela Imprensa Editorial. O chargista Carlos Latuff, o cartunista Jaguar e o ilustrador Oscar debaterão a necessidade de limites para a liberdade de expressão e o atentado ao jornal satírico francês "Charlie Hebdo". O fórum ocorrerá das 10h às 18h no Museu da Imprensa Nacional.

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Membros do STF discutem modelo de financiamento de campanhas

Ministros querem destravar julgamento de doações de empresas

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) discutem uma alternativa para tentar destravar o julgamento que trata do modelo de financiamento de campanhas eleitorais. Debate-se encontrar uma norma intermediária para restringir, sem proibir, doações privadas.

Uma possibilidade seria fixar critérios para quem pode doar e limitar a quantidade.

As negociações envolvem o ministro Gilmar Mendes, que há mais de um ano paralisou o julgamento do caso para analisar a ação que pede que o tribunal proíba repasses de empresas. A suspensão ocorreu quando já havia maioria (6 a 1) contra as doações privadas.

A alternativa está sendo discutida por ministros e, se ganhar força, deve ser levada ao plenário, uma vez que provocaria uma reviravolta no caso, obrigando ministros a alterarem seus votos.

De acordo com integrantes do STF, o ministro Dias Toffoli, que é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), tem sinalizado que pode alterar seu voto pelo fim das doações de campanha.

Mendes tem dito que pode liberar seu voto até junho, permitindo a retomada do julgamento. Ele tem sido pressionado por parte de partidos políticos, como o PT, e por entidades da sociedade civil, chegando a ser alvo de protestos na Bahia.

Ele prefere que o Congresso defina a situação para não parecer que o tribunal impôs uma reforma política.

Acusado de segurar deliberadamente o processo, e diante do risco de que parlamentares não cheguem a um entendimento a tempo das eleições de 2016, Gilmar avalia desbloquear o caso.

Segundo a **Folha** apurou, Mendes pretende apresentar um voto comparando os cenários do financiamento público e do privado, citando eventuais consequências.

03 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Prisão invisível

SÃO PAULO- Polêmicas culturais, como as discussões sobre pena de morte, aborto, legalização das drogas etc., estão inscritas em nosso DNA. O debate, porém, fica por vezes comprometido pelo fato de que, no mundo de hoje, nem sempre conseguimos visualizar as supostas soluções para os problemas ao longo de todo o espaço amostral, isto é, avaliando as consequências para além dos efeitos mais óbvios.

Um bom exemplo é a questão do encarceramento. Não é difícil entender por que a população clama por penas mais duras. No Brasil, tornou-se racional resolver conflitos e apuros financeiros recorrendo ao crime, já que são baixas as chances de ser apanhado. Nossas polícias não conseguem investigar e chegar aos autores dos delitos. Para citar um único número atarrador, 80% dos inquéritos de homicídio são arquivados.

As pessoas, porém, não estão por dentro das mazelas do sistema. Elas veem os crimes, que são ainda amplamente destacados pela mídia, e advogam pela solução mais intuitiva, que é prender os criminosos. Há obviamente alguma correlação (ainda que não necessariamente alta) entre punição e redução da criminalidade.

O que a população não vê tão claramente é que há também custos nesse processo. O excesso de punição pode ser tão danoso para a sociedade quanto a falta. Isso é particularmente claro nas sociedades de coletores-caçadores, nas quais a defecção de um membro e sua família imediata já pode inviabilizar o grupo.

No mundo atual, o preço do excesso de punição vem por várias vias. A mais óbvia é que é caro construir presídios e manter condenados ali. Há ainda os custos com a Justiça e a mais etérea, mas não menos danosa, redução da confiança entre as pessoas.

O desafio é encontrar um jeito de diminuir a impunidade sem botar mais gente na cadeia. Até os norte-americanos perceberam que sair prendendo não é solução e ensaiam o movimento de esvaziar presídios.

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Exploração sexual

A cada dia as investigações do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) sobre o esquema de exploração sexual de adolescentes em Londrina ganha contornos mais dramáticos. O caso deflagrado em janeiro atingiu grandes proporções ao revelar que empresários, auditores fiscais e profissionais liberais pagavam programas a garotas menores de 18 anos. Mais de 20 jovens teriam sido aliciadas e 13 pessoas já foram presas.

Importante lembrar que alguns dos envolvidos também estão incluídos na Operação Publicano, que desbaratou um megasquema de corrupção na delegacia da Receita Estadual de Londrina. São investigações independentes, mas que se cruzam em vários momentos. A partir de escutas telefônicas autorizadas para a Publicano, foi descoberta a exploração sexual. Com mandados de busca e apreensão cumpridos nas casas de presos por exploração chegou-se a documentos que fortaleceram a Publicano.

O caso em questão expõe pessoas que se julgavam a margem da lei e que em tese deveriam zelar por ela. As jovens envolvidas são menores de idade e o crime fica ainda pior quando foi revelado que algumas tinham menos de 14 anos na época. Crianças. E, por isso, é importante que o caso não fique impune. Até mesmo porque, segundo divulgado ontem, uma menina de 13 anos – aliciada há dois anos – está grávida e a paternidade recai sobre um dos quatro homens que pagaram pelo programa. Três estão presos e um outro está foragido.

É um caso inaceitável e que não pode ficar impune. A sociedade deve zelar pela aplicação das leis e, nessa investigação em específico, deve-se exigir punição exemplar. Além da questão legal, deve-se zelar pelos princípios e valores éticos e morais. Em nenhum momento, as pessoas devem se acostumar com crimes como esse e julgar que se tratam de questões banais. Não pode (continuar a) ser assim.

01 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Jovem violentada está grávida

Loriane Comeli

Reportagem Local

Londrina – O 17º inquérito da operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que levou à prisão o ex-vereador Zaqueu Berbel na última quarta-feira por ter mantido sistematicamente, por mais de dois anos, relações sexuais com uma garota de 11 anos, indica que outros três homens também fizeram programas com a garota.

Dois já estão presos acusados de envolvimento no esquema de exploração sexual: o auditor fiscal da Receita Luiz Antonio de Souza, preso desde 13 de janeiro ao ser flagrado com uma garota de 15 anos em um motel; e o empresário Iris Moreira, dono de um conhecido motel da cidade, detido há mais de um mês. O empresário Fabiano Rodrigues de Oliveira Filho está foragido. Os cinco investigados neste inquérito respondem por estupro de vulnerável. Além da prisão dos quatro homens, a 6ª Vara Criminal também decretou a prisão de Laísa Pereira da Silva, que aliciava a menina, recebendo pagamento por isso.

02 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Concessionária obtem liminar contra bloqueio

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Jataizinho – A concessionária Econorte, que explora a praça de pedágio na BR-369, em Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina), conseguiu na tarde de ontem um mandado de manutenção de posse e reintegração contra o bloqueio realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O pedido foi acatado pelo juiz de plantão da 2ª Vara Federal de Londrina, Alexandre Delanni Monaco, que alegou que a interdição da praça poderia provocar tumulto e riscos de acidentes e atropelamentos. O mandado foi entregue por uma oficial de justiça aos líderes do movimento por volta das 15 horas. Porém, um acordo entre os trabalhadores e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) permitiu que o bloqueio continuasse até às 17 horas.

Com faixas e bandeiras, cerca de 200 integrantes

do MST permaneceram durante todo o dia no local. A maioria dos trabalhadores era dos acampamentos Carlos Marighella, Rosa Luxemburgo, Rochimim e Robson de Souza, localizados no município de Congonhinhas, além do Eli Vive, de São Jerônimo da Serra, ambos no Norte Pioneiro.

“A manifestação é uma forma de chamar a atenção das autoridades sobre as dificuldades dos trabalhadores do campo, da falta de recursos para produzir, do fechamento das escolas rurais e de tantas outras demandas”, frisou uma das coordenadoras do bloqueio, Maria Aparecida Rocha.

Os motoristas que trafegavam pela rodovia passavam acenando e buzinando para os manifestantes e apoiaram a liberação da praça de pedágio. “O valor aqui realmente é muito alto. Estou indo de Cambé para Santa Cecília do Pavão e vou gastar mais com o pedágio do que com o álcool”, apontou o comerciante Olímpio José Santana. O valor do pedágio para um carro de passeio em Jataizinho é de R\$ 16,10.

03 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Censura

O Ministério Público (MP) quer evitar a censura a revista e blog em Arapongas (Região Metropolitana de Londrina). O caso teve início com uma ação ajuizada pelo município contra os proprietários dos veículos de comunicação, cobrando que fossem retirados da internet comentários julgados ofensivos ao prefeito Padre Beffa e a assessores. O MP, entretanto, rechaçou a pretensão de "promover a censura aos veículos de comunicação, em atitude flagrantemente contrária ao que estabelece o ordenamento jurídico brasileiro".

Justiça acatou

A questão em Arapongas segue no judiciário, que foi favorável ao município em primeira instância. O Tribunal de Justiça (TJ) reformou a decisão. Ontem, o MP recorreu, novamente, ao TJ para que o processo seja extinto sem análise do mérito. Paralelamente, a 1ª Promotoria de Justiça de Arapongas instaurou investigação civil para responsabilização do prefeito por ato improbidade administrativa, pela utilização da Procuradoria do Município em benefício próprio. As informações são da assessoria do MP.

04 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Posse de ministro tira royalties da gaveta do STF

Tão logo o sucessor de Joaquim Barbosa assumira no Supremo Tribunal Federal, seu presidente, Ricardo Lewandowski, vai colocar em pauta as ações sobre a partilha dos royalties do petróleo. A nova lei estabelece distribuição mais igualitária das receitas entre os estados “produtores” e “não produtores” de petróleo, mas tudo foi suspenso por liminar de 2013, da ministra Cármen Lúcia, que na prática mantém em vigor a lei antiga.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUIZ DA LAVA JATO ABRE AÇÃO PENAL CONTRA VACCARI E RENATO DUQUE

O juiz federal Sérgio Moro abriu quinta-feira ação penal contra o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e o empresário Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, um dos delatores da Operação Lava Jato. Os três foram denunciados pelo Ministério Público Federal por lavagem de dinheiro. Segundo os procuradores, parte da propina paga a Renato Duque passou pela empresa Setal Óleo e Gás.

30 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

O preço da morosidade judicial

Ao retomar o julgamento de um processo cuja tramitação foi suspensa há quase dez anos por um pedido de vista e adiar a decisão definitiva por falta de quórum, o Supremo Tribunal Federal mais uma vez confirmou as críticas da iniciativa privada, que alega não dispor de segurança jurídica para ampliar seus investimentos no País.

O caso começou há duas décadas e meia, quando o então presidente José Sarney sancionou a Lei n.º 7.799, que introduziu novos critérios para a correção monetária dos balanços referentes ao exercício daquele ano. Alegando que as inovações feriram os princípios da irretroatividade e da anterioridade, várias empresas questionaram a constitucionalidade desse texto legal. A pretensão não foi acolhida pelos Tribunais Regionais Federais e as empresas recorreram ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

Em 2006, quando o caso tramitava no Supremo, o ministro Eros Grau pediu vista do processo e não apresentou seu parecer nem devolveu os autos ao plenário até aposentar-se, em agosto de 2010. Os recursos que estavam sob sua responsabilidade foram transferidos para seu sucessor, Luiz Fux, que foi indicado para o Supremo em fevereiro de 2011. Somente em 2013, dois anos depois de sua posse, ele

apresentou seu voto, permitindo assim que o processo fosse recolocado na pauta de julgamento, o que só ocorreu em abril deste ano.

Discordando do entendimento dos Tribunais Regionais Federais, Fux acolheu o recurso. Segundo o ministro, a Lei n.º 7.799 foi publicada em julho de 1989, tendo dessa maneira reflexos sobre a situação financeira das empresas entre os meses de janeiro a junho desse ano. Também reconheceu que, do ponto de vista econômico, a retroatividade dos novos critérios de correção monetária configurou, na prática, um aumento nos tributos a serem pagos pelas empresas no exercício de 1989. E ainda considerou inconstitucional o artigo 30 da Lei n.º 7.799, que desindexou as demonstrações financeiras do índice de inflação oficial – o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

Fux foi o terceiro ministro a votar nesse caso. O primeiro foi o relator do caso, Marco Aurélio de Mello, que acolheu o recurso e considerou inconstitucional o artigo 29 da lei, que obrigava as empresas a adotarem os novos critérios de correção monetária a partir do balanço do ano anterior. O segundo ministro a votar, Ricardo Lewandowski, acompanhou o parecer do relator. Assim que o caso voltou a tramitar, este mês, o julgamento foi suspenso por causa da ausência dos ministros Luís Roberto Barroso e José Celso de Mello. Além dos dois, ainda

faltam votar os ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia Rocha, Dias Toffoli e Rosa Maria Weber.

Como o Supremo está com um dos cargos vago desde a aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, ocorrida em julho do ano passado, e o ministro Teori Zavascki declarou-se impedido de votar, não se sabe quando o recurso voltará a ser apreciado pelo plenário. Enquanto isso, as empresas têm de esperar pelo julgamento de um problema iniciado há 25 anos, mantendo os recursos provisionados para o caso de não terem sua pretensão acolhida.

Essa demora é incompatível com o livre jogo de mercado. Para funcionar bem, ele precisa de normas jurídicas claras e editadas em conformidade com os dispositivos da Constituição relativos ao processo legislativo, além de um Poder Judiciário rápido em todas as suas instâncias. Quando não há nem uma coisa nem outra, como fica evidenciado pela discussão em torno da constitucionalidade da Lei n.º 7.799, as empresas ficam vulneráveis à possibilidade de o governo mudar as regras no meio do jogo fiscal. E, para afastar esse risco, elas são obrigadas a multiplicar seus gastos com provisionamentos e advogados, o que aumenta os custos dos negócios, comprometendo assim a competitividade da economia brasileira. Esse é um dos principais obstáculos ao nosso crescimento.

O ESTADO DE S. PAULO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Uma interpretação conveniente

01 MAI 2015

A investigação criminal é fundamental para definir se há ou não crime de improbidade

O ministro Celso de Mello, do STF, ao interpretar o § 4.º do artigo 86 da Constituição federal – assim redigido: “o presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções” –, declara que “a norma consubstanciada no artigo 86, § 4.º, da Constituição reclama e impõe, em função de um caráter excepcional, *exegese estrita*, do que deriva a sua inaplicabilidade a situações jurídicas de ordem extrapenal” (Inq 672-QO, DJ 16/4/93). Por essa razão entende que o presidente “não dispõe de imunidade, quer em face de ações judiciais que vierem a definir sua responsabilidade civil, quer em função de processos instaurados por suportar prática de infrações político-administrativas”. E conclui: “A Carta não consagrou, na regra pactuada em seu artigo 86, § 4.º, o princípio da irresponsabilidade penal absoluta do presidente da República”.

Tais considerações preliminares eu as faço em face do arquivamento de qualquer investigação sobre a presidente Dilma Rousseff pelo ministro Teori Zavascki, a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no processo sobre o assalto à Petrobrás, *nada obstante ter sido citada 11 vezes*, segundo informou à plateia o senador Ronaldo Caiado, após palestra que proferi na Fiesp (Consea) sobre “culpa grave” como crime de improbidade administrativa.

Mostrei, naquela ocasião, que o STJ em dois casos, no Recurso Especial n.º 816.193-MG

(2006/0015183-8) e no AgRg no Agravo de Instrumento n.º 1.375.3-MG (2010/0222887-9), decidiu que imprudência, negligência, imperícia ou omissão que provoquem grave lesão ao patrimônio público constituem crime de improbidade administrativa, mesmo que o chefe do Executivo não se tenha beneficiado pessoalmente do desvio de recursos das burras oficiais.

Ora, o § 4.º do artigo 86 da Constituição está subordinado à introdução do artigo, que declara: “Admitida a acusação contra o presidente da República...” – o que pressupõe que investigações preliminares sejam feitas para que a acusação se concretize, visto que *sem investigação não pode haver acusações*.

A investigação criminal é fundamental para definir se há ou não crime de improbidade. Não é possível, portanto, haver declaração de *imunidade prévia*, sem nenhum exame anterior.

No caso da presidente Dilma, ela foi citada 11 vezes como conhecedora dos fatos que continuam sendo desventrados, de uma prática em que não se conhece a data de encerramento. E durante o período em que ocorreram os fatos já apurados manteve a diretora e depois presidente da companhia Graça Foster, *no anterior e no atual mandato*, até fevereiro de 2015. É, pois, fundamental que se investigue, até para que se saiba se há outras pessoas envolvidas ligadas à primeira mandatária.

Afastar da *mera investigação* personagem essencial do governo em que se deram os desvios mencionados é prejudicar a própria apuração, não se per-

mitindo sequer provar a inocência da presidente, que seria sempre seu melhor salvo-conduto para a continuidade na vida pública. É que a não investigação, nada obstante citada 11 vezes como conhecedora do saque à Petrobrás, sempre deixará a impressão de que foi responsável e beneficiária do esquema montado na maior empresa estatal brasileira.

Investigação não significa condenação. O impeachment não pode ser realizado por fatos anteriores ao atual mandato, mas se houve ou não contaminação de um mandato ao outro só se poderá saber após as investigações. Por isso o § 4.º estabelece que o presidente não pode ser responsabilizado, mas, à evidência, não diz que não pode ser investigado. Como afirmou o ministro Celso de Mello, sendo regra excepcional de imunidade, a interpretação que se impõe é *sempre estrita e limitada*.

A investigação é necessária até porque há suspeita de que toda a campanha da presidente do primeiro para o segundo mandato se deu com o dinheiro recebido das empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato. Sua vitória, alicerçada em campanha milionária na qual os dados sobre a economia foram fantásticamente manipulados, restaria maculada, a justificar seu afastamento.

Ao interpretar o § 4.º e o artigo 86 da Carta Magna, nos *Comentários à Constituição do Brasil* que elaborei com Celso Bastos pela Editora Saraiva (15 volumes e mais de 12 mil páginas), falo em condenação, mas não digo que a “investigação” do envolvimento seja proibida, até para determinar o prazo inicial e final da prática delitosa.

CONTINUA

01 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Investigação, repito, não é condenação. Após apurados os fatos, eventual processo de impeachment perante o Congresso não pode ter por fundamento ilícitos anteriores ao mandato em curso.

Por fim, lembro que muitos constitucionalistas americanos, ao examinarem a emenda que propiciou apenas uma reeleição à presidência, entendem que nos EUS se elege um presidente por oito anos, tendo o povo o direito de confirmar ou não sua permanência no quarto ano. Por essa razão é que raramente um presidente eleito no primeiro mandato não mantém seu mandato no segundo quadriênio.

Termino este artigo com a observação de que, apesar do respeito e admiração que tenho pelo ministro Teori Zavascki e pelo procurador-geral da República, é de reconhecer que o pedido de arquivamento de *qualquer investigação, apesar de indícios constantes nas apurações feitas*, aceito pelo STF, afastou o desconforto de aquela Corte ter de julgar a chefe de outro Poder. Mas se ela for inocente, permanecerão, infelizmente, as suspeitas de ter tido conhecimento do que ocorria nos porões da empresa enquanto era gestado, segundo o jornal *The New York Times*, o maior escândalo de corrupção da História do mundo.

●
PROFESSOR EMÉRITO DA
UNIVERSIDADE MACKENZIE,
DAS ESCOLAS DE COMANDO E
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
(ECEME) E SUPERIOR DE GUERRA
(ESG), É MEMBRO DA ACADEMIA
BRASILEIRA DE FILOSOFIA

01 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

STF evita interferir

na disputa entre PF

e Ministério Público

Zavascki defende 'harmonia' nas investigações da Lava Jato e diz que sua função não é 'delimitar campos de atuação de autoridades'

Beatriz Bulla

Talita Fernandes/BRASÍLIA

O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, pediu ontem que a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República trabalhem de forma "harmoniosa" na condução da investigação dos políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobrás.

Zavascki mandou um recado aos dois órgãos para que definam, sem interferência da Justiça, o método de trabalho no caso. As afirmações constam no despacho no qual Zavascki autoriza pedidos de prorrogação por mais 60 dias em 20 dos 26 inquéritos que tramitam na Corte. "É do mais elevado interesse público e de boa prestação da Justiça que a atuação conjunta do Ministério Público e das autoridades policiais se desenvolva de forma harmoniosa, sob métodos, rotinas de trabalho e práticas investigadas adequadas, a serem por eles mesmos definidos, observados os padrões legais", disse Zavascki, apontando que não iria interferir na condução da investigação.

A Procuradoria, ao encaminhar ao STF pedidos de prorrogação de prazo nos inquéritos, queria que Zavascki determinasse que a Polícia Federal deveria prestar contas semanalmente sobre o andamento das investigações.

A queda de braço entre policiais e procuradores ocorreu por causa da divergência com relação à ordem em que os depoi-

● Autoridade

"Não podem tais afirmações (decisão anterior que dava à Procuradoria-Geral protagonismo na Lava Jato) serem compreendidas como destinadas a prejudicar a competência da autoridade policial"

Teori Zavascki

MINISTRO-RELATOR DA LAVA JATO NO STF

● Ato

Cerca de 50 pessoas que integram grupos contra a corrupção fizeram manifestação anteontem na porta da Polícia Federal de São Paulo em apoio ao juiz Sérgio Moro, que comanda a Lava Jato na 1ª instância.

mentos vinham sendo coletados e também porque a Polícia Federal pediu ao Supremo que alguns inquéritos, abertos em março, fossem prorrogados. Foi então que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhou ao Supremo petições sobre o andamento dos inquéritos, reafirmando que a Procuradoria é a autora "incontestável" das investigações.

Não é bem assim. Quando levou o caso à Corte, Janot citou decisão do próprio Zavascki que, na abertura dos inquéritos, definiu que o modo como se desdobram as investigações é "atribuição exclusiva" do procurador-geral. No despacho de ontem, contudo, Zavascki aponta que não quis, com isso, "delimitar os campos de atuação" das autoridades. "Não podem tais afirmações serem compreendidas como destinadas a prejudicar a competência da autoridade policial, que exerce autêntico poder, dever de reunir os elementos necessários à conclusão das investigações."

O ministro relator da Lava Jato destacou que o Ministério Público assume "papel ainda mais proeminente" na fase de investigação de casos em que há prerrogativa de foro – como os políticos investigados perante o Supremo – e pode indicar diligências complementares.

01 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SUPREMO EM PAUTA:

Rubens Glezer e Eloisa Machado

Divergências sobre quem é que investiga

O debate sobre os limites dos poderes investigatórios do Ministério Público ganhou repercussão na opinião pública nos protestos de junho de 2013 quando a reivindicação pela rejeição da PEC 37 ganhou destaque em meio aos pleitos pelo livre acesso ao transporte público. O tema volta à pauta com a Operação Lava Jato e, dentre os diversos posicionamentos, não é possível ignorar que essa disputa a ser uma exceção salutar em um ambiente institucional dominado pelos monopólios de competência.

Há monopólio de competência quando apenas um órgão ou entidade pode exercer uma determinada atividade.

Nesse cenário, o desenvolvimento dessa atividade sofre poucos controles de performance, a não ser por um poder superior – quando houver.

No cenário de disputa institucional, uma entidade precisa ter uma performance que não deixe a desejar em face da outra que também exerce aquela função. É o que está em questão neste momento: se o Ministério Público passa a realizar um número muito maior de investigações e obtém resultados de qualidade, aumentam os incentivos para que a Polícia Federal também melhore o seu desempenho.

Obviamente o cenário de disputa traz algumas dificuldades. Se não houver comunicação e articulação entre essas entidades, o trabalho desperdiçado, sobreposto ou contraditório será inevitável.

É justamente por esse motivo que o ministro Teori Zavascki determinou que os depoimentos de Edison Lobão e Roseana Sarney sejam realizados depois que exista o “prévio ajuste” adequado entre Ministério Público e Polícia Federal. Não se trata de uma situação de hierarquia entre esses entes públicos, mas de uma disputa regulada.



COORDENADORES DO SUPREMO EM PAUTA

02 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A decisão do Supremo



As investigações sobre a corrupção na Petrobrás levadas a efeito pela Operação Lava Jato sofreram um aparente prejuízo com a decisão da 1.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de transformar em prisão domiciliar a prisão preventiva em regime fechado de nove executivos de empreiteiras, que estavam há cerca de seis meses sob custódia da 13.ª Vara Federal, à qual cabe o julgamento das ações penais relativas ao assalto aos cofres da maior estatal brasileira nas quais denunciados ou réus não desfrutam de foro privilegiado.

É preciso, contudo, muito cuidado com as aparências, para que não se assumam posições passionais – o que é compreensível diante das proporções bilionárias da roubalheira – ou mal informadas a respeito das investigações e do julgamento dos denunciados no escândalo do petróleo, tanto os que terão seu destino decidido em primeira instância pelo juiz Sergio Moro, em Curitiba, como os que serão julgados pelo STF ou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

É preciso desde logo entender, por exemplo, que os empresários que já estão ou vierem a ser presos no interesse das investigações – bem como os diretores e outros funcionários da Petrobrás e ainda operadores do esquema criminoso, como o doleiro Alberto Youssef – serão todos julgados na 13.ª Vara Federal, na capital paranaense, como já ocorreu nos cinco primeiros casos. E essas ações penais subirão para o STF apenas em grau de recurso.

Foi o que aconteceu com a decisão de transformar as nove prisões preventivas em prisão domiciliar, na qual os investigados terão de cumprir uma série de exigências, inclusive o uso permanente de tornozeleira eletrônica. Essa decisão resultou do julgamento de habeas corpus impetrado pela defesa de um dos presos, o presidente da UTC, Ricardo Pessoa, sob a alegação principal de que o tempo decorrido de prisão preventiva era excessivo.

Os procuradores e, principalmente, os policiais federais entendem, intramuros, que a prisão preventiva prolongada tem sido de enorme valia na Lava Jato, sendo poderoso instrumento de pressão sobre os investigados para a obtenção de informações, principalmente nas delações premiadas. Mas tudo tem um limite e é ponderável o argumento de que alguém preso preventivamente no interesse de uma investigação não é um condenado, mas tão só um investigado que, nessa condição, não pode ser mantido indefinidamente privado de liberdade.

Essa foi a fundamentação do ministro encarregado de supervisionar a Lava Jato, Teori Zavascki, que relatou o pedido de habeas corpus de Ricardo Pessoa e propôs a extensão do benefício a outros oito empreiteiros presos nas mesmas condições. Contra o voto dos ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia, votaram com Zavascki os juízes Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

A decisão da 2.ª Turma do STF suscitou – como de hábito quando surgem controvérsias que envolvem interesses políticos – a suspeita da existência de uma armação que visaria, ao aliviar a pressão sobre os investigados, a proteger Lula e Dilma Rousseff de delações premiadas que a PF estaria na iminência de obter, inclusive de Ricardo Pessoa. Tudo é possível num país em que os donos do poder confundem seus interesses com os do governo e os do Estado. Mas, principalmente depois do julgamento do mensalão, a Suprema Corte consolidou o respeito e a confiança no cumprimento de sua missão constitucional de fazer justiça. Isso vale muito, considerando o desprestígio que assolou o Executivo e o Legislativo.

Ainda do calor da repercussão da decisão do STF, circulou a informação de que o presidente da UTC e as autoridades estão realmente na iminência de fechar acordo de delação premiada. E o STJ negou mais um habeas corpus em favor de Renato Duque, o homem do PT na Petrobrás.

Assim, em meio às divergências sobre a volta para casa dos nove empreiteiros – muitas delas, de lado a lado, plausíveis e respeitáveis – a consciência democrática recomenda respeitar também a maneira como a Suprema Corte procura cumprir seu papel.

02 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça determina prorrogação de prazo para obter Fies

Falhas no sistema de adesão ao financiamento baseou decisão; MEC ainda não foi notificado, mas União vai recorrer

Juliana Diógenes

A Justiça Federal de Mato Grosso determinou que o prazo para novas inscrições no Financiamento Estudantil (Fies), do governo federal, seja prorrogado por tempo indeterminado. A decisão do juiz Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, válida para todo o País, atende a pedido de liminar da Defensoria Pública da União (DPU) no Estado.

O Ministério da Educação (MEC) informou que ainda não foi notificado. A Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão.

A data para inscrição de alunos que tentavam ingressar no programa pela primeira vez se encerrou na quinta-feira. O MEC prorrogou para o dia 29 de maio o prazo para renovação dos contratos vigentes.

“Pedimos caráter nacional porque o Sistema Fies é o mesmo para todos os Estados. Não fazia sentido ter uma decisão diferente em cada Estado”, disse Luciana Tiemi Koga, defensora pública e autora da ação. Segundo Luciana, era “notório” que o sistema apresentava falhas. “Não é justo que milhares de estudantes fiquem sem acesso ao ensino superior por causa de falhas no sistema.”

Na ação civil pública, a defensora havia solicitado a prorrogação dos novos contratos para o dia 29 de maio, mesma data fixada pelo MEC para renovação dos alunos já beneficiados pelo

financiamento. O juiz determinou, porém, que o novo prazo para contratos deve ser indicado após nova decisão judicial.

O juiz pede a correção imediata do funcionamento do Sistema do programa na internet (SisFies) para novas contratações ou que o MEC ofereça meio alternativo para a inscrição no financiamento. A decisão fixou multa diária de R\$ 20 mil por descumprimento da determinação.

Mudanças. O MEC já informou que houve falhas no sistema de cadastro de financiamentos. Mas, para conter os gastos com o programa, o governo federal passou a restringir neste ano o acesso a novos contratos. Uma nova exigência é a nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para alunos que queiram o financiamento.

Além disso, o MEC está priorizando cursos com boas avaliações e regiões menos atendidas pelo programa. Também limitou em 6,4% o reajuste das mensalidades de cursos com contratos do Fies. Como não houve transparência sobre essas novas regras, instituições de ensino e alunos interessados no financiamento tiveram problemas ao tentar se cadastrar.

Até o ano passado, o sistema ficava aberto durante todo o ano – está previsto, para o segundo semestre, um sistema unificado com todos os financiamentos. Mais de 731 mil alunos entraram no programa, que tem 1,9 milhão de contratos acumulados. O Fies custou R\$ 13,7 bilhões só em 2014.

03 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO Justiça do Rio visita e liberta jovens infratores

Novidade no Estado desagradou ao MP; autores de crimes como estupro e homicídio estão entre os que receberam benefício

Roberta Pennafort / RIO

Filho de pai ausente e mãe “muito nervosa”, com quem não se dá, A. entrou para o tráfico por não aguentar a rotina de trabalho como servente de obra ou auxiliar de padaria. Não queria mais madrugar, carregar peso, se esforçar um mês inteiro por R\$ 700. “Vendendo droga, cheguei a tirar R\$ 1 mil por dia. É uma tentação. Mas não quero mais, posso acabar aqui de novo. Vou conservar minha liberdade, cuidar do meu filho, de 9 meses, tentar trabalhar com gastronomia”, planejava o rapaz de 17 anos na segunda-feira, prestes a ser liberado do Educandário Santo Expedito, em Bangu, zona oeste.

Na quarta internação em unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), A. foi beneficiado pelo novo sistema de reavaliações de processos, em vigor desde abril. Em vez de só analisar pareceres do Degase, elaborados por psicólogo, pedagogo e assistente social, que indicam se o jovem precisa cumprir a chamada medida socioeducativa por mais tempo, a Justiça tem ido às unidades entrevisar internos e responsáveis.

A novidade desagradou ao Ministério Público (MP), responsável pela análise prévia dos processos, pois a maior parte dos infratores analisados em abril recebeu progressão de regime ou extinção da pena, incluindo autores de crimes graves. Como exemplos, o do

rapaz de 14 anos internado havia dois pelo estupro da bisavó, acarnada, em surto provocado por drogas e álcool; e o do jovem que matou a namorada grávida, de 14 anos, com ajuda de um amigo que lhe pagara R\$ 40 (os dois poderiam ser o pai do bebê, daí a ação conjunta).

Em três audiências no Santo Expedito e na Escola João Luiz Alves, as mais populosas do Estado, nos dias 6, 13 e 27 de abril, foram examinados 255 processos. Os dados da primeira não foram divulgados. Nas outras, 22 infratores ganharam liberdade e 54 passaram para regimes de liberdade assistida (apresentação semanal ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social, o Crea) ou semiliberdade (o jovem fica sob a tutela do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente, o Criaad, de segunda a sexta-feira, podendo ir para casa nos fins de semana). Nove foram mantidos nas unidades.

Para o Ministério Público, trata-se de “um verdadeiro descalabro” o “mutirão” que tem por meta esvaziar as unidades, hoje com 1.900 jovens de 12 a 21 anos, abrigados em celas separadas conforme as facções criminosas com as quais se identificam, para que não se digladiem – 41,5% foram apreendidos por tráfico de drogas.

Sob a ótica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), segundo a qual o limite para unidades de internação deve ser de 90 pessoas, o déficit de vagas no Rio é

de 839. Em nota, o Ministério Público chamou o sistema de “tribunal de exceção para a sociedade”, por soltar jovens que, para o órgão, deveriam permanecer apreendidos.

Estratégia. A nova dinâmica foi sugerida pelo coordenador da Vara da Infância e Juventude, desembargador Siro Darlan, e está sendo tocada pela juíza Cristiana Cordeiro, subcoordenadora. Ela já tem audiências de reavaliação marcadas até julho. A intenção é ir às 25 unidades de internação, Crea e Criaad uma vez por mês.

A juíza diz que a legislação prevê os reexames em até seis meses, o que não vinha acontecendo, e a prática de ir às unidades existe em ao menos oito Estados – todos com menos internos do que o Rio. Os números de 2012 da Secretaria Nacional de Direitos Humanos mostram que o Rio é o quinto no ranking brasileiro, encabeçado por São Paulo.

“Muitas vezes, o parecer era favorável à progressão ou à liberdade e o MP tinha uma tendência mais endurecida, até penalista, e não uma visão da criança e do adolescente”, disse a juíza. De acordo com ela, “muitos garotos nunca foram ouvidos por um juiz e existem casos que nem precisariam de internação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, por não ter havido violência”. “Se for tráfico sem emprego de arma ou furto, não se justifica”, afirma a juíza.

CONTINUA

03 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Outro erro da postura do MP, a seu ver, é julgar o ato infracional como fator determinante ao avaliar se cabe a progressão, e não o comportamento do jovem na unidade.

“O ato infracional não pode ser uma tatuagem que o adolescente vá carregar a vida inteira. A sociedade deseja é que ele saia da vida criminosa. O MP quer criar uma sensação de impunidade, mas as medidas socioeducativas estão sendo cumpridas”, disse Darlan.

Incomodado com as declarações do desembargador, o Ministério Público representou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra ele. O CNJ não se pronunciou.

Majoridade aos 16

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos já fez suas primeiras diligências.

03 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Medida medievalesca
que cobriria de vergonha qualquer
sociedade civilizada

TEORI ZAVASCKI, ministro do STF, sobre manter nove empreiteiros da Lava Jato em prisão preventiva para forçá-los a fazer acordo de delação premiada. Zavascki colocou os nove em prisão domiciliar, lembrando que não há risco de fugirem ou de atrapalharem as investigações